



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

PAULO ROBERTO MIRANDA DA SILVA

**O PARADOXO DA OFERTA DE GRADUAÇÃO NO OIAPOQUE - AMAPÁ: DO
CFBBA AO CAMPUS BINACIONAL E O FOSSO ENTRE A EXPECTATIVA E A
REALIDADE (2014-2018)**

MACAPÁ - AP
2023

PAULO ROBERTO MIRANDA DA SILVA

**O PARADOXO DA OFERTA DE GRADUAÇÃO NO OIAPOQUE - AMAPÁ:
DO CFBBA AO CAMPUS BINACIONAL E O FOSSO ENTRE A
EXPECTATIVA E A REALIDADE (2014-2018)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e planejamento Socioeconômico

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Chagas

MACAPÁ - AP

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

S586 Silva, Paulo Roberto Miranda da.
O paradoxo da oferta de graduação no Oiapoque / Amapá: do CFBBa ao Campus Binacional e o fosso entre a expectativa e a realidade (2014-2018) / Paulo Roberto Miranda da Silva. - Macapá, 2023.
1 recurso eletrônico. 120 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Macapá, 2023.
Orientador: Marco Antônio Chagas.

Modo de acesso: World Wide Web.
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Oiapoque. 2. Campus binacional. 3. Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônia. I. Chagas, Marco Antônio, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 370333.95

PAULO ROBERTO MIRANDA DA SILVA

**O PARADOXO DA OFERTA DE GRADUAÇÃO NO OIAPOQUE - AMAPÁ: DO
CFBBA AO CAMPUS BINACIONAL E O FOSSO ENTRE A EXPECTATIVA E A
REALIDADE (2014-2018)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Aprovado em: 20 de dezembro de 2023

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marco Antônio Chagas
Orientador – PPGDAS/UNIFAP

Prof. Dr. José Alberto Tostes
Examinador Titular Interno - PPGDAS/UNIFAP

Antonia Costa Andrade
Profª. Dra. Antônia Costa Andrade
Examinadora Titular Externo – PPGED/UNIFAP

Ao Senhor Deus que me mantém a cada dia,
à minha esposa, Ieda Miranda,
e à minha filha, Sarah Miranda

AGRADECIMENTOS

A Deus que me sustentou e me manteve vivo e esperançoso.

À minha esposa Ieda Miranda, o apoio incondicional.

À minha filha Sarah Miranda.

Ao meu orientador Dr. Marco Antônio Chagas, que aceitou o desafio de guiar-me no caminho da pesquisa.

Aos demais docentes do PPGMDR que, diante do fato novo da Pandemia, procuraram fazer o melhor no compartilhamento de suas experiências.

Aos meus colegas de turma, o convívio surreal à distância.

A todos aqueles que mesmo não citados aqui contribuíram direta ou indiretamente para que mais esta etapa da vida acadêmica fosse cumprida.

Não há sabedoria, nem inteligência,
nem mesmo conselho contra o Senhor.
(Provérbios 21:30)

RESUMO

Esta pesquisa visa resgatar o contexto histórico de oferta de graduação no Oiapoque através de um Campus Binacional, implantado na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, no recorte temporal entre 2024 e 2028. A princípio havia a expectativa de implantação de uma universidade autônoma. Esta integraria o Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica, projeto acordado pelos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Nicolas Sarkozy em 12 de fevereiro de 2008. Os descaminhos e as discontinuidades políticas reduziram ou anularam os impactos positivos do projeto, implicando em um processo de cooperação bilateral inacabado, ou mesmo em problemas que se tornam novos desafios de tomada de decisão. Com o intuito de garantir uma ação pública em nível federal na fronteira, no final do governo do presidente Lula da Silva, a UNIFAP foi convocada pela Secretaria de Ensino Superior (SESU) para promover não mais um centro com estrutura física alocada envolvendo todas as instituições científicas já existentes na Amazônia, mas sim um campus em Oiapoque-AP para execução de um projeto de caráter binacional. A pesquisa se baseou em consulta de documentos institucionais, pesquisa bibliográfica, entrevista e literatura filiada ao conceito de território, territorialidades e fronteira, para referendar substancialmente a análise do conteúdo do projeto. Os achados da pesquisa validam as hipóteses de que o projeto principal – CFBBA –, que abrigaria a Universidade Binacional, foi criado, mas não executado conforme o discurso presidencial datado da época de 2008; e as expectativas propostas na pactuação para a implantação do campus Binacional do Oiapoque não se concretizaram no primeiro ciclo de oferta de vagas. Os resultados da pesquisa sinalizam ainda que a Universidade Binacional pode ser uma unidade autônoma, se considerar a natureza do lugar e o contexto da fronteira da preservação, tão bem delineada por Bertha Becker.

Palavras-chave: Oiapoque. Território. Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica. Campus binacional.

ABSTRACT

This research aims to rescue the historical context of offering undergraduate degrees in Oiapoque through a Binational Campus, implemented on the border between Brazil and French Guiana in the time frame between 2024 and 2028. Initially, there was the expectation of implementing an autonomous university. This would be part of the Franco-Brazilian Center for Amazonian Biodiversity, a project agreed upon by presidents Luís Inácio Lula da Silva and Nicolas Sarkozy, on February 12, 2008. Detours and political discontinuities reduced or nullified the positive impacts of the project, implying a process unfinished bilateral cooperation or even problems that become new decision-making challenges. With the aim of guaranteeing public action at the federal level on the border, at the end of President Lula da Silva's government, UNIFAP was summoned by the Secretariat of Higher Education – SESU – to promote no longer a center with an allocated physical structure involving all institutions existing scientific institutions in the Amazon, but rather a campus in Oiapoque-AP, to carry out a binational project. The research was based on consultation of institutional documents, bibliographical research, interviews and literature related to the concept of territory, territorialities and borders, to substantially endorse the analysis of the project's content. The research findings validate the hypotheses that the main project – CFBBA –, which would house the Binational University, was created, but not executed according to the presidential speech dated back to 2008; and the expectations proposed in the agreement for the implementation of the Binacional Oiapoque campus did not materialize in the first cycle of vacancies. The research results also indicate that the Binational University can be an autonomous unit, if one considers the nature of the place and the context of the preservation frontier so well outlined by Bertha Becker.

Keywords: Oiapoque. Territory. Franco-Brazilian Center for Amazonian Biodiversity. Binational campus.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trajetória dos principais marcos históricos da disputa pela fronteira na Região Amazônica	29
Quadro 2 – Resumo das iniciativas de gestão dos reitores da UNIFAP para a implantação e o fortalecimento do Campus Binacional.....	89
Quadro 3 – Expectativa e realidade de discentes no Campus Binacional do Oiapoque	91

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Oiapoque, fronteira com a Guiana Francesa	32
Mapa 2 – Distribuição dos povos indígenas no território do Oiapoque	34
Mapa 3 – Os parques PNMT e o PNCO.....	38
Mapa 4 – Áreas Protegidas da Fronteira da Preservação, segundo ICMBio (2009).....	49

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Causas verificáveis.....	54
Figura 2 – Consequências verificáveis	55
Figura 3 – Modelo lógico	56
Figura 4 – Instituições científicas existentes na Amazônia.....	61
Figura 5 – Instituições que comporiam o CFBBA com suas estações científicas.....	62
Figura 6 – Fachada atual do Campus Binacional do Oiapoque.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Potencial econômico da Amazônia Biológica e a valoração dos serviços ambientais	57
Tabela 2 – Metas para contratação de pessoal.....	70
Tabela 3 = Metas para infraestrutura e equipamentos.....	71
Tabela 4 – Meta de cursos e vagas	72
Tabela 5 – Justificativa para a escolha dos 10 cursos para oferta inicial do projeto Universidade Binacional	74
Tabela 6 – Vagas ofertadas no Campus Binacional do Oiapoque no período de 2014 - 2018.2, considerando os sete novos cursos implantados	87
Tabela 7 – Dados de cursos –duração em semestres/ano. Vagas ofertadas e matrículas	88
Tabela 8 – Comparativo de dados sobre as expectativas e a realidade de ofertas de vagas do Campus Binacional	91

LISTA DE ESQUEMA

Esquema 1 – A Universidade Binacional	64
---	----

LISTA DE SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CFBBA	Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica
CAPES	Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico
CF/88	Constituição Federal de 1988
CLII	Coordenação de Licenciatura Intercultural Indígena
CONSU	Conselho Universitário
DOU	Diário Oficial da União
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas
IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
NIBA	Núcleo Integrado da Biodiversidade Amazônica
PNMT	Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque
PNCO	Parque Nacional do Cabo Orange
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá
SESU	Secretaria de Educação Superior
SINDUFAP	Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Amapá
SINSTAUAP	Sindicato dos Técnicos Administrativos Universidade Federal Amapá
SPI	Serviço de Assistência ao Índio
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UPV	UNIFAP Pré -Vestibular
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 METODOLOGIA	21
3 O LUGAR DA PESQUISA	25
3.1 DO CONTESTADO À FRONTEIRA DA PRESERVAÇÃO	27
3.1.1 Território de litígios internacionais.....	27
3.1.2 A Criação do Oiapoque como consolidação da Soberania Nacional.....	31
3.1.3 A presença dos povos indígenas.....	33
3.1.4 A formação do tecido étnico	34
3.1.5 A biodiversidade da Amazônia	36
3.1.6 Fronteira para uso científico-tecnológico da natureza	37
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E FRONTEIRA	42
5 O PROJETO BINACIONAL — O CENTRO FRANCO-BRASILEIRO DA BIODIVERSIDADE AMAZÔNICA	51
5.1 O PROJETO BINACIONAL.....	51
5.2 A PROPOSTA E A CRIAÇÃO DO CFBBA	58
5.3 A UNIVERSIDADE BINACIONAL	64
6 A POLÍTICA DE EXPANSÃO DE CAMPI — REUNI, CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS BINACIONAL DO OIAPOQUE	67
6.1 A POLÍTICA DE EXPANSÃO DE CAMPI – REUNI	67
6.2 DA PACTUAÇÃO, DA FORMATAÇÃO, DA CRIAÇÃO E DA IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS BINACIONAL DO OIAPOQUE.....	70
6.2.1 Termo de pactuação para implantação de um campus universitário na fronteira	70
6.2.1 O processo de escolha dos cursos de graduação.....	73
6.2.3 Do debate à aprovação do Campus Binacional do Oiapoque na Câmara de Ensino	77
6.2.4 Parecer da relatora da câmara de ensino.....	83
6.2.5 Implantação do Campus Binacional do Oiapoque.....	85
7 CRÍTICAS SOBRE O RESULTADO DA PESQUISA	90

8 RECOMENDAÇÕES	96
9 CONCLUSÃO	99
REFERÊNCIAS	107
ANEXO	113

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata da proposta do Governo Federal e da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) de ofertar ensino superior através de um Campus Binacional no território¹ do Oiapoque. Este se situa ao norte do Amapá, região mais setentrional do Brasil e de históricos litígios internacionais e confronto político pela disputa de territórios, finalizado apenas em 1900 por um tratado de arbitragem, decidido na Suíça. Este tratado estabeleceu — no plano internacional — os limites definitivos de fronteira, reafirmando a base do Tratado de Utrecht. O Oiapoque é um espaço de natureza plena com várias áreas protegidas, incluindo unidade de conservação e terras indígenas.

A disputa entre os portugueses e franceses pelas terras onde se localiza o território do Oiapoque decorreu do desejo de expansão e ocupação de terras despertado na Europa desde o século XIV e do valor atribuído ao patrimônio natural, como a extração do ouro e outros metais preciosos. Nos dias de hoje, o interesse pela região ainda persiste porque no imaginário popular mantém-se o eldorado, ou porque há a possibilidade de se usufruir dos ganhos em euros e ouro do outro lado da fronteira. Ainda hoje isto é o provocador da migração pendular para o lugar Oiapoque e este movimento é uma característica peculiar do Oiapoque.

Sua localização geográfica compartilha uma fronteira de 730 km (através do rio Oiapoque, da sua foz até sua nascente) com a União europeia (EU), através da Guiana Francesa, e, por conta da centralidade dos temas da biodiversidade e da sustentabilidade, a Amazônia passou a ter um valor significativo e a região de fronteira passou a ser identificada como a fronteira para uso científico-tecnológico.

No estado do Amapá, através do Oiapoque que vai até a Guiana Francesa, há um corredor de biodiversidade, em sua maioria endêmica, composta por mangues, campos e montanhas contidas nos dois parques de maior expressão, o Parque Montanhas do Tumucumaque e o parque do Cabo Orange. Assim, toda a área do Oiapoque passou a ser identificada como rica em biodiversidade e com potencial para o desenvolvimento local científico e tecnológico no Amapá e na Amazônia, através de instituições de ensino e pesquisa.

Este aspecto relevante e distintivo do Oiapoque, por estar relacionado às áreas de preservação ambiental e ao potencial da biodiversidade, foi identificado pelos técnicos do

¹ Nesta pesquisa, o Oiapoque será entendido como território, de acordo com a fundamentação teórica.

Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) como área de reconhecida riqueza natural. No Oiapoque, 90% das terras estão sob jurisdição federal e separadas entre áreas de proteção ambiental: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT), o Parque Nacional de Cabo Orange (PNCO) e as áreas de reservas indígenas dos povos Galibi, Jumina (Galibis e Karipunas) e Uaçá – Karipunas, restando apenas 6.437,00 km² para real domínio do Oiapoque (Superti; Silva, 2015).

A localização atual também é resultado de um processo de refúgio dos povos indígenas que se deslocaram do litoral e do delta do Amazonas em direção ao interior do Amapá. No território podem ser localizadas várias etnias de povos indígenas distribuídas nas terras de Uaçá, Juminã e Kalibi do Oiapoque que ocupam uma área de superfície de 518.624 ha.

Estes povos que habitavam na faixa do território do Oiapoque possuíam relações comerciais, políticas, matrimoniais e rituais intensas que remontam ao século XVII, e nunca viveram isolados em si, mas possuíam uma rica experiência de relações, conhecimentos absorvidos em contato com seus parentes índios e não índios da Guiana Francesa e do Suriname. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([IBGE] 2023), eles povoavam mais de ¼ da população do Oiapoque e exerciam forte influência no setor primário, no comércio e na política.

Os discursos recorrentes dos presidentes brasileiros e franceses à época (década de 2000) indicavam tornar a Amazônia, sobretudo a fronteira do Oiapoque com a Guiana Francesa, um centro de referência de estudos e instituições de ensino e pesquisa para o aproveitamento do potencial da biodiversidade e estabelecer, sobretudo para o governo brasileiro, um padrão de atratividade para o Oiapoque.

Dados sobre o potencial da biodiversidade existente na Amazônia indicavam a necessidade de fortalecer as instituições já existentes na Amazônia e criar instituições voltadas para este tema. Entre as novas instituições a serem criadas destacava-se o centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade da Amazônia (CFBBA), cujo objetivo era ser uma referência unificadora sobre a diversidade biológica existente na Amazônia em níveis nacional e internacional, que funcionaria virtualmente, a princípio, mas que integraria várias outras instituições de pesquisa da Amazônia.

Imaginava-se que as instituições já consolidadas na Amazônia e envolvidas com as pesquisas sobre a biodiversidade seriam fortalecidas com a criação deste novo Centro Franco-Brasileiro. Tendo sua estrutura de pesquisa científica e de formação profissional de alto nível

funcionando, este centro seria capaz de cooperar em condições favoráveis com a pesquisa já desenvolvida na Guiana Francesa.

A partir da criação do CFBBA, outras instituições surgiriam, entre elas uma Universidade Binacional pensada para acontecer no território do Oiapoque. Entre os vários objetivos, esta nova instituição no lado brasileiro teria os objetivos de fomentar a pesquisa sobre o potencial natural existente no território, contribuir para o bem-estar da humanidade e prover a redução das assimetrias existentes entre o Norte e o Sul, em se tratando de mestres e doutores. Além disto, permitiria ao Oiapoque internalizar o perfil de Cidade Universitária com pessoas de todo o Brasil.

Posteriormente às narrativas oficiais, um amplo estudo sobre o potencial da Amazônia — sobretudo a riqueza natural e a biodiversidade — foi conduzido pelos técnicos do Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT). Estes estudos, dados sobre a Amazônia e o potencial da biodiversidade a ser explorado, foram apresentados à comunidade científica da Amazônia (sobretudo, no Amapá) em 17/05/2009 no Ministério das Relações Exteriores (MRE), numa tentativa de emplacar o projeto de criação do CFBBA e da Universidade Binacional.

Mais de uma década após as falas oficiais dos presidentes do Brasil e da França sobre a necessidade de instituições de graduação e pesquisa na fronteira do Oiapoque, pergunta-se: quais as circunstâncias e os desdobramentos que se efetivaram na implantação do CFBBA e do Campus Binacional do Oiapoque no estado do Amapá?

Esta pesquisa tem os seguintes objetivos: a) identificar em que circunstâncias foi proposta a criação de um centro de pesquisa, uma Universidade Binacional para o Oiapoque e que desdobramento se efetivou através da implantação de um Campus Binacional; b) descortinar como se deram o processo de formatação do projeto Campus Binacional e a incorporação das demandas populacionais do território do Oiapoque; c) analisar os resultados percebidos na graduação implantada a partir do primeiro ciclo² de oferta e demanda e compará-los com a expectativa de atratividade para o Oiapoque, a partir dos cursos existentes lá.

² Ciclo de curso se refere ao tempo regular e curricular de um curso superior definido em sua grade curricular, que vai do ingresso ao egresso do discente. Como exemplo: o curso de pedagogia formatado para o Campus Binacional do Oiapoque foi pensado para ser cumprido em oito (8) semestres ou quatro (4) anos, já o curso de direito foi formatado para ser concluído em dez (10) semestres ou cinco (5) anos.

As hipóteses indicam que: a) o projeto do CFBBA que abrigaria a Universidade Binacional prevista para a fronteira foi criado, mas não chegou a ser efetivado conforme o discurso presidencial, datado de 2008 (apesar da garantia de vultosos recursos para serem aplicados); b) o Campus Binacional implantado foi o resultado da assinatura de pactuação entre o Governo Federal e a UNIFAP para preencher a lacuna de ensino superior existente na fronteira e foi um desdobramento do projeto Universidade Binacional, que não se concretizou entre os dois países, como previsto. A formatação contou com audiência pública e participação de servidores da UNIFAP. No entanto, não incorporou aspectos distintivos do território; c) o novo direcionamento de oferta de ensino superior de uma Universidade Binacional autônoma para um Campus Binacional tutelado pela UNIFAP não concretizou as expectativas de ofertas, demandas e atratividade previstas para o território do Oiapoque como Cidade Universitária, pelos cursos existentes lá.

Entende-se que o resgate das circunstâncias das propostas do CFBBA que abrigaria a Universidade Binacional e seus desdobramentos é importante para que se conheça como as políticas públicas, em sua maioria, são decididas para regiões periféricas como o Oiapoque, fronteira com a Guiana Francesa, mas distante da capital Macapá. As ações governamentais, frutos de discursos com conteúdo de desenvolvimento, na sua maioria não têm levado a sério alguns elementos distintivos de cada território. No caso do Oiapoque há o problema do difícil acesso à capital, que se situa a uma distância de aproximadamente 600 km, sendo um trecho de 110 km de difícil mobilidade, especialmente no período chuvoso, o que acaba por impactar o avanço exitoso das ações para aquele território.

Também colabora para a reflexão da própria UNIFAP que de mero coadjuvante no processo de implantação do CFBBA, passou a ser identificada como a promotora principal para gerar conhecimento amazônico, através da implantação de um campus universitário na região de fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, conhecida como porta de entrada para os países europeus.

O resgate deste momento da história do ensino de graduação no território do Oiapoque também é importante para se compreender como os órgãos federal e estadual gerenciavam o capital natural da Amazônia, e descobrir como os investimentos têm sido conduzidos para aquela fronteira ao longo da última década, ou se consiste apenas de discursos vazios sem intencionalidade real para execução. Além disto, faz-se necessário compreender como as políticas públicas voltadas para as regiões periféricas da Amazônia — como o caso do

Oiapoque que fica na região mais setentrional do Brasil — são decididas, desenhadas e implantadas.

O caso do projeto Campus Binacional deve ser tema de ampla discussão por envolver recursos vultosos para sua execução; mexer com o sonho de discentes do Oiapoque e do Amapá em busca de graduação superior, sem precisar deixar seu território; e de docentes oriundos das várias partes do território brasileiro que, no afã de se estabelecerem no magistério superior, enfrentaram as adversidades comuns ao território do Oiapoque, como o acesso pela rodovia 156, e vivenciaram uma estrutura não recomendável para fixação *in situ*: ausência de comunicação de qualidade com o mundo da pesquisa e o aumento do custo de vida.

Também entende que a despeito do desconhecimento (população macapaense, oiapoquense, parte dos servidores da UNIFAP, discentes em geral) dos bastidores sobre o tema do projeto Universidade Binacional, esta pesquisa pode promover debates sobre a necessidade de intensificar a incorporação das características inerentes de lugar, o respeito pela cultura local e a participação da comunidade em projetos semelhantes voltados para os demais municípios do Amapá e do Brasil, especialmente porque nos dias atuais, com o retorno do governo Lula, há sinalização de que a Universidade Binacional, ou mesmo uma universidade de fronteira, pode ser ainda uma unidade autônoma.

Acredita-se que os resultados desta pesquisa podem subsidiar a própria academia (UNIFAP) na discussão, na montagem e nas propostas de outros cursos no projeto de expansão da Universidade para as outras cidades do Amapá, ou ainda na retomada de uma nova proposta de Universidade autônoma para a região de fronteira.

Esta pesquisa está estruturada em nove capítulos, referências e anexo. No Capítulo 1 (Introdução) a pesquisa é apresentada e detalhada. No Capítulo 2 (Metodologia) buscou-se relacionar todas as informações que permitem esclarecer como a pesquisa foi realizada, para possibilitar ao leitor compreender claramente a interpretação dos resultados. O Capítulo 3 (O lugar da pesquisa) apresenta a relação do autor com o lugar da pesquisa, suas primeiras impressões do Oiapoque; uma revisão bibliográfica que vai desde as disputas europeias pelo território, passa pelo litígio que gerou o contestado Franco-Brasileiro, a criação do Oiapoque como consolidação da soberania nacional e a identificação do território como fronteira para uso científico-tecnológico da natureza, especificamente a riqueza da biodiversidade. Neste capítulo, Oiapoque é identificado como território de múltiplos lugares específicos inerentes a ele, que o diferenciam em relação aos demais municípios do Amapá. As especificidades percebidas e descritas do potencial da biodiversidade, a presença dos povos indígenas, a formação do tecido

étnico e a dificuldade *in situ* e o acesso ao território, características que contribuíram ou não para a permanência de mão de obra qualificada no Oiapoque, aqui são descritos como distintos e merecedores de respeito e consideração. No Capítulo 4 (Fundamentação teórica: território, territorialidade e fronteira) apresenta-se o fundamento teórico, é discutido o conceito de território, territorialização e fronteira. Segundo os autores, território é um nome político para o espaço físico de um país onde, a partir da projeção do trabalho humano, aparece a relação de poder direta e indiretamente, pela atuação de autores sintagmáticos, na formatação da territorialização que é a materialidade deste território. Nele, o coletivo cultural de homens e mulheres cria e recria suas vidas num mundo de humanos e de outros mundos que o circundam e se complementam. Este território passa a existir ou ser formado a partir do desenrolar da história e se apresenta em múltiplas vertentes como territórios da prostituição, dos homossexuais (Escobar, 2015; Raffestin, 1993; Santos, 1996, 2003; Saquet; Sposito, 2008; Silveira, 2011; Sousa, 2001). A partir do conceito de território da autora Becker (2004) surgiu uma nova percepção da riqueza atribuída à Amazônia e ao mesmo tempo um alerta: a Amazônia vive um transe silencioso, em transformação, e no plano global adquiriu valor estratégico do patrimônio cultural com avanço dos recursos científico-tecnológicos para a manipulação da vida no nível genético (Albagli, 1998; Irving, 2004, 2006). O Capítulo 5 (O Projeto Binacional — O Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica) centraliza-se nas razões que pautaram a determinação do governo federal em defender a presença de instituições científicas para o estudo da biodiversidade da Amazônia. Busca-se resgatar este momento do contexto mundial sobre o tema da riqueza natural amazônica e a necessidade de cientificar produtos oriundos dela para benefício humanitário. Visa-se discutir as circunstâncias da proposta do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica (CFBBA), que incorporaria (também) uma Universidade Binacional. No Capítulo 6 (A política de expansão de campi — Reuni, criação e implantação do Campus Binacional do Oiapoque) é discutida a proposta do Governo Federal para a UNIFAP para ser a promotora do projeto de um campus universitário no Oiapoque, cunhado como “binacional”; são descritas as escolhas e as alterações dos cursos diante da proposta original e a aprovação pela câmara de ensino onde (de fato) ocorreu um debate sobre o projeto e a implantação do campus Binacional do Oiapoque. O Capítulo 7 (Críticas sobre o resultado da pesquisa) foi reservado para crítica dos resultados percebidos no primeiro ciclo de ofertas através dos seguintes paradoxos: a) expectativa de oferta anual versus realidade apontada pela pesquisa sobre os quantitativos de matriculados; b) o Oiapoque com status de Cidade Universitária com atratividade pelos cursos ofertados. Ainda se pretende

averiguar se o projeto de curso superior implantado teve o aval da comunidade oiapoquense, ou se foi imposto pela gestão do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e da UNIFAP. No Capítulo 8 (Recomendações) são apresentadas algumas recomendações que, incorporadas ao projeto, poderiam atenuar as dificuldades para a manutenção e a fixação *in situ* de capital humano no território do Oiapoque, como pesquisadores, docentes, discentes e profissionais liberais. Também é discutida a necessidade de se estabelecer parceria entre o poder público e a instituição promotora do ensino de graduação para a fronteira, para garantir o acesso e a mobilidade de qualidade no território que são cruciais para o aumento de demanda, e atenção especial aos elementos distintivos do Oiapoque e aos povos indígenas como público-alvo. O Capítulo 9 é o capítulo das nossas conclusões sobre o tema analisado.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou o caminho metodológico do tipo qualitativo e descritivo, em que os instrumentos de observação, seleção, análise e interpretação dos fatos foram fundamentais para a compreensão do tema proposto. Nesta abordagem, como fonte complementar, valorizou-se a experiência do pesquisador enquanto diretor do campus e o acesso que este obteve aos documentos oficiais. “Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente. Para esses pesquisadores um fenômeno pode ser mais bem observado e compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte” (Godoy, 1995, p. 62).

Inicialmente, a dissertação seguiu o caminho da pesquisa documental; em seguida, bibliográfica; e, por fim, a busca por fonte primária. Nesta abordagem qualitativa buscou-se resgatar informações contidas em documentos oficiais que tratam, primeiramente, da proposta de implantação do Núcleo Integrado da Biodiversidade da Amazônia (NIBA), do Centro Franco-Brasileiro de Biodiversidade da Amazônia (CFBBA), como resultado dos discursos recorrentes dos presidentes do Brasil e da França — ocorridos em encontros e reuniões bilaterais —, e demais documentos de instituições vinculadas ao MCT e ao MEC. Estes documentos permitem conhecer e entender o contexto que gerou a iniciativa de se criar uma Universidade Binacional no Oiapoque.

Nestes documentos, que *a priori* não receberam tratamento analítico e nem foram publicados, foi possível entender a percepção dos técnicos do Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) quanto ao potencial natural amazônico disponível na época, também foi possível entender a insuficiência de pesquisas e pesquisadores sobre o tema da biodiversidade. Apesar da existência de instituições de ciências nos estados da Região Norte do Brasil, sobretudo no Amapá, o percentual de pesquisas produzidas em laboratório e disponíveis para o consumo humano era muito baixo.

Buscou-se também analisar documentos disponíveis na UNIFAP que não foram analisados e nem publicados até o presente momento desta pesquisa. A este respeito, Prodanov e Ernani (2013, p. 112) esclarecem que a pesquisa bibliográfica é concebida a partir de material já publicado e destacam ainda, a partir de estudos de Roesch, que a pesquisa documental envolve arquivos públicos ou particulares, fontes estatísticas e fontes não escritas.

A pesquisa se concentrou no documento que deu origem ao projeto Campus Binacional, ata da reunião da Câmara de Ensino que deveria analisar e apresentar o parecer

sobre o projeto, memorandos sobre a temática da criação do campus, e a resolução 01/2013 que trata do projeto aprovado pelo Conselho Universitário (CONSU). Estes documentos ainda não haviam sido analisados criteriosamente e, portanto, foram fundamentais para se entender o contexto e os bastidores do Projeto Universidade Binacional.

Para entender melhor o contexto do Projeto Universidade Binacional e o território designado para a implantação desta instituição, a pesquisa buscou fundamentar-se nos estudos já discutidos e publicados por autores e pesquisadores regionais e amazônicos que mantêm, há anos e décadas, uma relação próxima com a fronteira do Amapá, o Oiapoque. Dentre os autores amazônicos destacam-se: Silva (2008), que discute a relação do Oiapoque com a fronteira; Tostes (2016), que faz uma relevante narrativa sobre o Oiapoque e suas constantes dificuldades para sair do estigma de cidade de passagem. Por fim, a pesquisa faz uso dos autores Almeida e Rauber (2017) que fizeram parte da primeira leva de docentes contratados para trabalhar no recente Campus Binacional do Oiapoque. Além deles, outros autores foram consultados e contribuíram na construção desta pesquisa sobre o tópico.

No decorrer da pesquisa percebeu-se que as fontes secundárias e terciárias não eram suficientes para elucidar a compreensão sobre o tema da criação do CFBBA, a Universidade Binacional prevista e o Campus Binacional. Nas fontes oficiais utilizadas há certa confusão nas nomenclaturas utilizadas. Ora o texto apresenta-se como Universidade Binacional, ora como Campus Binacional. A fonte primária é uma forma de descobrir respostas para algumas questões, mediante a aplicação de métodos científicos com duas finalidades: a acumulação e a compreensão dos fatos que foram levantados (Boni; Quaresma, 2005).

Desta forma, buscou-se amparar a pesquisa em dados primários, na tentativa de subsidiar a proposta pensada para a pesquisa. Foram realizadas entrevistas com os gestores da época em que ocorreram as tratativas relacionadas ao projeto científico virtual e com aqueles que vivenciaram o momento de construção do formato do projeto do Campus Binacional. A entrevista é definida como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (Haquete, 1997, p. 86).

O roteiro das perguntas seguiu o modelo semiestruturado, por permitir certa flexibilidade com o entrevistador. O objeto de pesquisa tem mais de 10 anos. Diante disto, o autor optou por utilizar a técnica entendida como HV (história de vida – tópica). Esta focaliza uma etapa da experiência dos entrevistados em questão. A HV tem como ponto principal

permitir que o informante retome sua vivência de forma retrospectiva (Boni; Quaresma, 2005; Minayo, 1993).

O tema das perguntas foi introduzido para o entrevistado, que teve a liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. Por questão de segurança sanitária, e ainda como reflexo da pandemia que se instalou no mundo, a maioria das entrevistas ocorreu virtualmente, e as respostas foram enviadas pelo aplicativo WhatsApp e por e-mail.

O uso de fonte primária, através das entrevistas aos gestores da época da implantação, permitiu uma visão mais aprofundada e completa sobre o tema. Além disto, permitiu conhecer os bastidores de ambos os projetos pensados para a fronteira e o território do Oiapoque e ainda desmitificou uma percepção equivocada do próprio autor, que a princípio entendia o novo campus Binacional como um desdobramento do projeto Universidade Binacional.

Os gestores participantes da entrevista foram: o reitor que participou das tratativas da construção do CFBBA e assinou o termo de pactuação que gerou o campus Binacional; a presidente da comissão responsável por formatar o projeto Campus Binacional; a coordenadora do Reuni pela UNIFAP; o pró-reitor de administração que participou da reunião de audiência pública no Oiapoque para apresentação do projeto Campus Binacional. Outros servidores foram convidados para participar da entrevista, no entanto, não retornaram com as respostas até a finalização desta pesquisa. Todos os entrevistados assinaram o termo de consentimento para a participação do estudo proposto, com ciência da possibilidade de uso de imagem e nome.

Por fim, foi utilizado o método comparativo, tomando como materiais para análise a minuta do projeto Campus Binacional, as metas e os objetivos contidos na resolução nº 01/2010 e o que vislumbravam os gestores da época da criação do campus. Andrade (2002, p. 28) expõe a sua visão sobre o método comparativo que é usado na realização de pesquisas. O método comparativo tem a finalidade de verificar semelhanças e explicar divergências. É um método usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedade de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento. Este método comparativo possibilitou o cruzamento de informações entre os documentos analisados, como a Minuta, a resolução de criação do campus e os editais de vagas no período de implantação, 2014 até 2018, considerado por este autor como o primeiro ciclo³ de ofertas.

³ Ciclo de ofertas é usado nesta pesquisa para se referir ao período que abarca o tempo regular de um curso: Cursos de 4 anos ou 8 semestres ou cursos de 5 anos ou 10 semestres. No campus Binacional do Oiapoque foi divulgada

O cruzamento entre o conteúdo do material disponível nos documentos oficiais não publicados e os dados dos editais de ofertas permitiu chegar a uma maior compreensão (aprofundada e baseada em dados) sobre o que aconteceu com a proposta e expectativa da oferta de ensino superior para o território do Oiapoque (primeiro ciclo de ofertas de vagas), e a possibilidade de se vislumbrar o Oiapoque como uma cidade universitária.

Além dos documentos citados anteriormente, o pesquisador foi um dos protagonistas presentes nos primeiros passos do projeto, a partir do ano de 2013, quando vivenciou o cotidiano do Campus Binacional no Oiapoque e acompanhou a implantação do projeto em sua fase inicial. Como fruto de suas análises empíricas, pôde constatar a execução da primeira parte do projeto: o que foi implantado, como foi implantado, as demandas reprimidas e as permanentes, as expectativas e a euforia em volta do novo campus por parte de gestores e oiapoqueenses em sua fase de implantação, bem como as desconfianças e as incertezas quanto ao futuro da implantação do projeto por parte de alguns docentes.

a oferta de sete (7) cursos em 2013, cujo início ocorreu somente em 2014. Destes sete (7) cursos, um (1) foi formatado para acontecer em cinco (5) anos ou dez (10) semestres. Os outros seis (6) foram formatados para serem cumpridos em quatro (4) anos ou oito (8) semestres. Esta pesquisa está delimitada em analisar as ofertas de graduação no período entre 2014 e 2018.

3 O LUGAR⁴ DA PESQUISA

O primeiro contato com o Oiapoque ocorreu ainda em janeiro de 2013, quando este pesquisador foi designado para acompanhar um grupo de avaliadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Este grupo foi em missão para avaliar o único curso de graduação existente na região (Educação Escolar Indígena) voltado, especificamente, para o público dos povos indígenas do Amapá e do norte do Pará. Este pesquisador tinha o papel de subsidiar os avaliadores em relação às informações necessárias do curso, haja vista que (naquele momento) detinha o cargo de Pesquisador Institucional da UNIFAP e era o responsável por postar dados e informações de cursos desta instituição na plataforma e-Mec.

O Oiapoque de então era uma cidade pacata, diferente de sua fama — inclusive entre os próprios amapaenses — de ambiente agitado e movido por violência, prostituição e doenças. Porém, havia uma história a ser descoberta naquela região de fronteira que exigiria um olhar mais profundo, além uma experiência simplesmente empírica. Ainda em janeiro, este pesquisador foi designado, pela Portaria nº 0397/2013, diretor do recém-criado Campus Binacional do Oiapoque, para acompanhar a implantação do novo campus universitário no território.

Neste período era possível analisar, ainda empiricamente, que o Oiapoque possuía uma beleza e uma riqueza natural pouco vistas por este autor nas outras regiões do Brasil. Além disto, era possível visualizar a presença constante dos povos indígenas percorrendo as ruas e, em outros momentos, nas grandes aldeias visitadas. Estes seres humanos compartilham uma riqueza cultural bela e única, também pouco vista em outros ambientes.

Na cidade, o contato se mantinha com sotaques distintos — na maioria do Norte e do Nordeste do Brasil —, de pessoas que vinham atrás do sonho do euro ou do ouro, ambos do outro lado da fronteira. Foi a partir destes encontros que logo se percebeu que o Oiapoque era formado por uma mescla de pessoas oriundas de várias regiões do Brasil. Em sua maioria não vinham para fincar raízes, estavam ali para passar uma temporada ou passar uma chuva.

⁴ "Lugar", conceito espacial que durante longo tempo foi utilizado pelos geógrafos para expressar o sentido locacional de um determinado sítio. Devido a esta definição, foi relegado a um plano secundário em relação a outros conceitos espaciais, como paisagem, espaço e território. Aqui é definido tanto como localidade física quanto como lugar de experiência, afeto e percepção.

Neste período, este autor vivenciou um aspecto negativo da sua aventura em missão ao Oiapoque: o processo de mobilidade. O acesso da capital à cidade, ao território, às aldeias indígenas e ao potencial da biodiversidade (os dois grandes Parques) se dava a partir da BR 156, que possui área ainda não asfaltada (cerca de 110 km), em precária situação de manutenção no período chuvoso. Este aspecto exigiu deste autor e de outros servidores, neste período, coragem para enfrentar atoleiros inimagináveis e viagens que duravam dias, quando poderiam ser feitas em 6 ou 7 horas. Esta experiência levou o novo diretor à reflexão sobre duas situações: a) a admiração e a preocupação por parte dos colegas do serviço público quando ao aceitar a missão de deixar a capital com a família para gerir (como diretor) a implantação do Campus Binacional do Oiapoque; b) uma compreensão da frase de Nascimento (2009), quando afirma que o isolamento geográfico provocado pela BR-156, em três décadas, fez do Oiapoque um recanto ignorado pelos próprios amapaenses.

Este aspecto tem cunhado o Oiapoque daquilo que Silva (2011) chama de “extremo isolamento” em relação às outras cidades do estado do Amapá e à própria capital, Macapá. Esta especificidade do acesso ao lugar Oiapoque impacta diretamente em seu crescimento socioeconômico e suas cadeias produtivas. Além disto, afeta o bem-estar, a qualidade de vida e as condições favoráveis ao bem-viver. Almeida e Rauber (2017), dois pesquisadores da primeira convocação de professores para o campus, destacam que são estes desafios estruturais e logísticos que dificultam tanto a atração como a fixação *in situ* de migrantes com capital cultural, social e econômico para o Oiapoque. Em razão disto, eles concluem, em tom pessimista, que a única fronteira do Brasil com a Europa enfrenta, em tempos hodiernos, consideráveis dificuldades estruturais não mais vivenciadas há décadas no Centro-Sul brasileiro e muito menos no continente europeu.

Depois de uma experiência vivenciada por este autor por cerca de dois anos e cinco meses na adaptação do espaço, da estrutura, da recepção e do treinamento básico dos primeiros docentes e técnicos, foi necessário retornar à capital Macapá e à sede da universidade. Porém, o interesse pelo avanço exitoso do Campus Binacional, inicialmente conduzido por este autor, continuou a reverberar na sua mente, incutindo-lhe o desejo de se aprofundar em uma pesquisa sobre o local, seus atributos e a sua relação com o projeto Campus Binacional.

Foi com este desejo em mente que inicialmente escolhi o tema de pesquisa: “Universidade Binacional: uma reflexão sobre a previsão, a constatação e o lugar”. O interesse era descobrir o que de fato foi pensado originalmente para ser criado, estruturado e implantado naquele vasto território, distante da capital Macapá, visto por muitos como região periférica,

desconhecida pelos próprios amapaenses e ainda identificada como espaço de exploração de metais, exploração sexual e violenta. O território do Oiapoque é detentor de atributos próprios, como riqueza da biodiversidade, reconhecida nacional e internacionalmente por instituições públicas, privadas e organizações não governamentais (ONGs), e presença maciça de povos indígenas no cotidiano da cidade, com os quais foi possível contactar através de visitas e reuniões com caciques em suas aldeias.

Contudo, no decorrer da pesquisa descobriu-se que na realidade o Campus Binacional do Oiapoque não era um desdobramento do projeto Universidade Binacional inicialmente imaginado, mas fez parte de outro programa do Governo Federal, denominado de Expansão de Campi – Reuni. Apesar disto, em nada mudou o desejo de descobrir as razões para a oferta de ensino superior no Oiapoque, como foi pensado e formatado o projeto, se houve participação dos munícipes nas decisões e no acolhimento das características e dos atributos próprios do território, e os resultados verificáveis, após o primeiro ciclo de oferta de cursos superiores para a fronteira.

Neste capítulo deseja-se caracterizar o Oiapoque no sentido de conhecer a sua história, os motivos que despertaram interesses regionais, nacionais e internacionais pelo seu espaço, bem como os entraves e os obstáculos percebidos para seu desenvolvimento. Vale destacar que este lugar é um território de uma gama de riqueza da biodiversidade, habitado por indígenas há séculos e cristalizado no imaginário popular como na famosa música “Do Oiapoque ao Chuí”: “[...] arrumei as minhas malas e de viagem saí para conhecer o Brasil do Oiapoque ao Chuí”⁵.

3.1 DO CONTESTADO À FRONTEIRA DA PRESERVAÇÃO

3.1.1 Território de litígios internacionais

O território⁶ do Oiapoque foi um espaço de constante disputa entre diversos países desde a descoberta do continente americano no final do século XIV, até o início do século XX.

⁵ Trecho da música “Oiapoque ao Chuí”, de Teodoro e Sampaio. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/teodoro-e-sampaio/883796>. Acesso em: 09 nov. 2023.

⁶ A geografia trabalha com cinco categorias geográficas que podem ser aplicadas nos estudos geográficos: espaço geográfico, paisagem, território, região e lugar. Para o Oiapoque, será utilizado o conceito ou categoria de território

Durante este período, este espaço foi dominado por diferentes nações que lutavam pela posse definitiva. A França foi o país que mais se destacou neste litígio, quando a partir do século XVII entrou definitivamente na disputa pela região, ao fundar a primeira colônia francesa na Amazônia à margem do rio Sinamari em 1626, posteriormente transferida para a Ilha de Caiena. Esta foi a origem da Guiana Francesa.

Na literatura e documentos oficiais, esta disputa territorial foi denominada como o Contestado Franco-Brasileiro e propunha a delimitação da fronteira entre o Estado brasileiro e a Guiana Francesa. Inicialmente, a disputa concentrou-se entre a França e Portugal e continuou com o Brasil Independente. Finalmente, em 1990 um tratado de arbitragem internacional definiu os limites que vigoram até hoje. O texto de Irving (2006) a seguir resume o percurso histórico de iniciativas de vários países até a disputa direta entre França e Brasil pela região:

Este território representa o resultado do balanço de forças, entre diversos países, desde os tempos remotos da descoberta do continente americano até a época recente da República no Brasil. O percurso histórico recua desde a disputa entre portugueses e espanhóis e, [sic] a assinatura imprecisa do Tratado de Tordesilhas, passando pelas iniciativas dos demais países europeus em ocupar a Amazônia brasileira, até a disputa direta entre França e Brasil pela soberania do território, entre o Amazonas e o Oiapoque. Confronto político finalizado apenas em 1900, por um Tratado de Arbitragem, decidido na Suíça, que estabeleceu, no plano internacional, os limites definitivos de fronteira, reafirmando a base do Tratado de Utrecht. (Irving, 2006 p. 39)

Parte da trajetória que percorreu séculos pode ser visualizada no quadro a seguir.

(a despeito de hoje ser visto como município), pois representa um espaço delimitado por ações de poder e litígios ao longo dos séculos.

Quadro 1 – Trajetória dos principais marcos históricos da disputa pela fronteira na Região Amazônica

PERÍODO	EVENTOS MARCANTES
1605-1697: De La Ravardière aos novos interesses europeus, rumo à tentativa francesa de conquista do Rio Amazonas.	<ul style="list-style-type: none"> Em 1605, Henrique IV nomeia La Ravardière seu representante nas regiões da América, do Rio Amazonas até a ilha de Trindade, e algumas colônias são estabelecidas a partir de então. Em 1626 é fundada a primeira colônia francesa na Amazônia, à margem do rio Sinamari, e em 1624 esta é transferida para a Ilha de Caiena, e Caiena passa a ser a sede da colônia, o que posteriormente deu origem à Guiana Francesa. Em 1637, para conter o avanço dos franceses na região, Felipe IV doa a Manoel Parente a capitania de Cabo Verde (atual Amapá), com limites um pouco mais ao interior, entre a foz do rio Amazonas e o rio Oiapoque. Em 1656, Caiena é ocupada pelos neerlandeses dos Países Baixos. Em 1684, Caiena retorna ao controle dos franceses. Mas, em 1637, Caiena é incendiada pelos ingleses e reocupada pelos franceses. Em 1674, Caiena é conquistada pelos holandeses. Em 1676, holandeses são expulsos pelos franceses, e Caiena se torna definitivamente possessão francesa. Os franceses ocupam a região até o Rio Maroni, limite com Guiana Holandesa, ao oeste na Serra do Tumucumaque, onde estavam os portugueses pleiteando que suas terras fossem até Oiapoque. Em 1697, por ordem de Luís XIV, uma expedição parte de Caiena e chega até o forte de Macapá com o objetivo de domínio francês até o Rio Amazonas, mas os franceses são expulsos no mesmo ano por Antônio Albuquerque, capitão do estado do Maranhão.
1700-1797: A discussão de fronteiras entre França e Portugal na fase inicial.	<ul style="list-style-type: none"> Em 1700, um tratado provisório assinado em Lisboa neutraliza o território em disputa, um reflexo também da aproximação entre os países em função da situação política e econômica na Europa, mas este tratado é anulado posteriormente como resultado da guerra de sucessão na Espanha. Em 1713, os diversos países envolvidos na disputa assinam o Tratado de Utrecht e a França renuncia ao atual Amapá, passando a ser considerado território português as terras com as duas margens do rio Amazonas, no domínio denominado cabo Norte, entre os rios Amazonas e Vicente Pinzon (hoje Oiapoque). Este contexto assegurava, assim, somente ao Brasil a navegação e o uso do Amazonas e a metade meridional das montanhas de Tumucumaque. A partir de 1720, a estratégia francesa passou a colocar em dúvida a localização geográfica do Rio Oiapoque. Em 1797, em função da expansão napoleônica, o governo português faz concessão à França e ambos os países assinam tratado estabelecendo limites da Guiana Francesa no rio Calçoene, entre o Oiapoque e o Araguari.
1801-1815: A disputa entre França e Portugal pelo território e os reflexos da derrota de Napoleão.	<ul style="list-style-type: none"> Em 1801, com o tratado de Badajoz, Portugal concorda com a fronteira no rio Araguari e, em seguida, pelo Tratado de Madri, a fronteira francesa avança até o rio Carapanatuba, que deságua no estuário do Rio Amazonas. No ano seguinte, o Tratado de Amiens, entre França e Espanha, restabelece a fronteira no rio Araguari. D. João, príncipe Regente de Portugal (já refugiado no Brasil), no entanto, declara nulos todos os atos pós Utrecht, sob a alegação de que estes teriam sido resultantes de força. Ordena a ocupação da Guiana, chegando, em 1808, até a linha divisória do Tratado de Utrecht (Oiapoque). Em 1809, as tropas portuguesas atravessam um rio e marcham até Caiena dominando-a. Em 1815, após a derrota de Napoleão, o ato final do congresso de Viena objetiva a restauração da paz europeia e estabelece a restituição à França do território da Guiana, até o Oiapoque, ratificando, portanto, o Tratado de Utrecht.
1822-1900: A disputa entre o Brasil Independente e a França pelo território, até a sentença arbitral na Suíça.	<ul style="list-style-type: none"> Em 1822, a independência brasileira gera novos impasses geopolíticos com relação à perspectiva dos territórios de fronteira, e a base administrativa do país na Amazônia passou a ser a província do Grão-Pará. A França, neste período, continua a fomentar suas estratégias expansionistas nas Américas. Em 1854, Wardem (Instituto da França e Sociedade de Geografia de Paris) insere uma falsa latitude na relação histórico-geográfica do reino do Brasil, elaborado pelo padre Manuel Aires de Casal, pela qual o rio Oiapoque passa a ser o rio Araguari. Este padre publica um livro afirmando que a fronteira entre o Brasil e a França era o Rio Amazonas, o que caracteriza como uma ofensiva científica da França. Em 1836, conforme o Tratado de Amiens, tropas francesas ocupam o território brasileiro, o que gera um grande movimento político na capital do Brasil (Rio de Janeiro). O governo brasileiro recorre à diplomacia britânica, à qual não interessa a expansão francesa na Amazônia.

	<ul style="list-style-type: none"> • Em 1840, o governo francês ordena evacuação do território ocupado (considerado neutro). A partir da década de 50, o Brasil reforça as ações para integração do espaço amazônico. • De 1842 a 1853, as negociações para o estabelecimento dos limites de fronteiras entre os países fracassam, mas são restabelecidas em 1853 pela França. • Em 1835 ocorre uma missão especial brasileira a Paris e se restringe a navegação e o comércio no Rio Amazonas, liberada apenas em 1866, apesar da pressão internacional. • Em 1857, Joaquim Caetano da Silva apresenta na sociedade de geografia de Paris a defesa da soberania brasileira, com documento específico em mapas. Em 1861 esta defesa é publicada na França, no livro intitulado “l’Oyapoc et l’ Amazone: Question Brasieliene et française”. • Em 1886, uma iniciativa inesperada de aventureiros franceses estabelece a fundação da République de Cunani, entre os rios Araguari e Oiapoque, com a nomeação de um presidente e todo aparato legal. • Em 1889, a Proclamação da República do Brasil cria uma ótica na política externa com o Barão de Rio Branco, personagem estratégica da política e da diplomacia. Em 1895 este prepara a “memória justificativa dos direitos do Brasil” na controvérsia de fronteira com a Guiana Francesa. A tensão de Fronteira nessa época passa a mobilizar a opinião pública na França e no Brasil. • Em 1897, o ministro da França no Rio de Janeiro, S. Pichon, assina com o novo Ministro das relações exteriores do Brasil, General Dionísio Cerqueira, o compromisso arbitral, atribuindo-se a função de Juiz ao Presidente do Conselho Federal Suíço, que deveria declarar se o rio “Iapoc ou Vicente Pinzon” (Citados no tratado de Utrecht) era efetivamente o rio Oiapoque (posição brasileira) ou Araguari (posição francesa). • Em 1900 (1º de dezembro) é proferida a sentença arbitral em favor do Brasil, em conformidade ao que está estabelecido em Utrecht: • I. “Conformement au sens précis de l’article 8 du traité d’Utrecht, la revière Japoc ou Vincet Pinçon est l’Oyapoc qui se jette dans l’Ocean immédiatement à l’ouest du Cap d’Orange et qui par son thalveg forme la ligne frontiere” • II. “A partir de la source principale de cette rivière Oyapoque, jusqu’à la frontiè hollandaise, la ligne partage des eaux du bassin des Amazonas qui, dans cette région, est constituée dans la presque totalité par la ligne des monts Tumuc-Humaç, forme la limite intérieure”
--	--

Fonte: Doratioto (2003 *apud* Irving, 2006, p. 40-41), adaptado pelo autor.

O desejo de ocupação do território foi decorrente do valor atribuído ao patrimônio natural existente, como a extração do ouro e outros metais preciosos, e anseio de expansão e ocupação de territórios despertado na Europa no século XIV. Nos dias atuais, o interesse pelo território ainda persiste porque no imaginário popular mantém-se o eldorado, ou ainda a possibilidade de usufruir dos ganhos em euros do outro lado da fronteira. Isto é o provocador da migração pendular para o lugar Oiapoque hodierno, e este movimento deve ser considerado como característica peculiar do lugar Oiapoque.

Esta dimensão histórica é fundamental para conhecer o espaço amazônico e as lutas travadas ao longo dos séculos e que se estenderam no século XX pelo cobiçado minério. Como resultado, houve migração intensa de pessoas impactando o crescimento demográfico do Oiapoque. “O interesse pelo lugar assentava-se no potencial econômico que a região passou a apresentar a partir do último quarto do século XIX, quando se desvelou a extração de ouro oriundo das jazidas regionais”. Estas descobertas alavancaram a economia local e regional e permitiram que grandes toneladas de ouro fossem enviadas, sem fiscalização oficial, para países da Europa através do porto de Cayne (Almeida; Rauber, 2017, p. 480).

Além da exploração do ouro, os indígenas da região e os saramacás,⁷ conhecidos como os negros da selva começaram a explorar a essência do Pau Rosa (*bois du rose*). Todo o processo de exploração era realizado às margens do rio Oiapoque, em usinas de destilaria. A essência passou a ser comercializada por guianenses e franceses e se tornou um perfume francês de renome internacional, o que contribuiu para o ciclo econômico, mesmo que de curta duração, no Oiapoque.

[...] a essência do pau-rosa, conhecida entre os povos indígenas regionais e na Guiana Francesa como *bois du rose*, tornou-se um perfume francês renomado e reconhecido internacionalmente – Chanel n.º 5 –, criado em 1921. A extração dessa essência constituiu um ciclo econômico importante na região de Oiapoque conduzido pelos franceses, tanto do lado brasileiro como do lado francês, mas que teve curta duração, de poucas décadas, em virtude da exploração predatória da árvore *Anibarosaeodora*. Essa extração realizada pelas usinas de destilaria que se formaram nas margens do rio Oiapoque e seus afluentes se encerrou definitivamente em meados do século XX e envolvia, sobretudo, indígenas, saramacás, guianenses e franceses, responsáveis pelo comércio (Moraes, 1964 *apud* Almeida; Rauber, 2017, p. 482).

3.1.2 A Criação do Oiapoque como consolidação da Soberania Nacional

Para consolidar a soberania nacional frente ao Contestado Franco-Brasileiro, em 1945 foi criado o município do Oiapoque pelo Decreto-lei federal n.º 7.578. Seus primeiros habitantes foram os índios oiampis, que ocupavam o rio Oiapoque — esta palavra é uma variante do nome Oiampis (Costa, 2010, p. 44). É um dos dezesseis municípios que compõem o estado do Amapá; ocupa uma área de 23.034,392 km² (IBGE, 2020); é o município de maior extensão no estado, 90% de suas terras estão sob jurisdição federal e separadas entre áreas de proteção ambiental, como o Parque Montanhas de Tumucumaque (PNMT) e o Parque Nacional de Cabo Orange (PNCO), além das terras indígenas Galibi, Jumina (Galibis e Karipunas) e Uaçá (Karipunas), restando apenas 6.437,00 km² para real domínio do Oiapoque (Superti; Silva, 2015); sua localização geográfica compartilha uma fronteira de 730 km (através do rio Oiapoque, de sua foz até sua nascente) com a União Europeia (EU), através da Guiana Francesa

⁷ Saramacá ou saramaka representa um dos grupos de origem africana que reside em grande parte no Suriname, mas também na Guiana Francesa. Em sua trajetória histórica escaparam do colonialismo escravista no Suriname, fixaram-se em densas florestas a partir do final do século XVII e conseguiram a liberdade em 1762. De acordo com José Jorge de Carvalho (1984, p. 215): “São conhecidos na literatura antropológica afro-americana como os “Negros da Selva” (termo alheio que inclui também os outros grupos: Djuca, Matawai, Boni e Paramacá) ou “Maroon societies” (sociedades de quilombos). [...] o Suriname foi o único país onde sua experiência de fuga foi totalmente bem-sucedida, a ponto de que conseguiram tornar-se quase um estado independente dentro do país”.

(Mapa 1), e possui um forte apelo geopolítico, militar e econômico no norte da América do Sul (Porto; Silva, 2010); mantém uma influência forte nas cidades que se localizam na fronteira, entre elas Camopi, Saint Georges e Cayenne. É considerado território limdeiro, por fazer limite com país vizinho e sua sede se localizar no limite internacional (Tostes, 2016).



A literatura informa que os moradores do Oiapoque — conhecido, inicialmente, como Vila de Martinica — tiveram origens ameríndias. As pesquisas sobre a origem destes moradores indicam que o tecido étnico do Oiapoque é formado por povos Palikur-Arukwayene, Karipuna, Galibi-Marworno e Galibi Kali'na, juntamente com créoles, antillesses, cearenses, paraenses, maranhenses, ribeirinhos e caboclos de diversos lugares. Trata-se de um espaço de intersecção e redes de relações interculturais, terra de refúgio populacional e de pioneiros em busca do eldorado (Almeida; Rauber, 2017).

Uma recente pesquisa etnográfica conduzida por Ferreira (2018) entre 2015 e 2017, como ferramenta para a construção de um plano de desenvolvimento do Oiapoque - PDO, vai na mesma direção dos dois autores citados anteriormente, ao demonstrar que 55% das pessoas que viviam no Oiapoque pertenciam a outros estados, que apenas 23% da população se autointitulava oriundos do próprio município e que este aspecto de migração não tinha

influência na atuação dos moradores e não comprometia o sentimento de pertencimento em relação ao lugar.

Os habitantes do território do Oiapoque eram de diferentes raças e etnias que construíam vínculos familiares (brasileiros e franceses). Desta forma, as raízes do Oiapoque foram pautadas em raízes sócio-históricas, diferentes dos aspectos da capital Macapá. O texto a seguir esclarece este posicionamento:

Os habitantes regionais, os caboclos, índios, negros e créoles, não se consideravam portugueses, franceses ou brasileiros. Esse embate deu apenas no contexto diplomático e político. Boa parte da população transfronteiriça do Oiapoque constrói vínculos familiares em ambos os lados da Fronteira [...] pode-se afirmar que o Oiapoque participa de uma cultura caribenha amazônica pautada em suas raízes sócio-históricas [...] fatores estes, que no mínimo, se distinguem em muitos aspectos de sua capital Macapá dominada e povoada por portugueses a partir do século XVII. (Almeida; Rauber, 2017, p.479-480)

3.1.3 A presença dos povos indígenas

Uma parcela importante da população do território do Oiapoque é composta pelos povos indígenas. Dados do censo demográfico (IBGE, 2010) indicaram que, dos 20.500 habitantes do Oiapoque, 5.137 se autodeclararam ameríndios, ou seja, 25% da população total do município. Almeida e Rauber (2017, p. 484) acreditam que esta porcentagem pode ser maior pelo fato de que “nem todas as pessoas se autodeclararam indígenas”. Considerando que o tecido étnico do Oiapoque defendido pelos autores citados é de origem ameríndia, é provável que esta tese se confirme. Recentemente, novos dados do IBGE (2023) apontam que entre 2010 e 2022 houve um crescimento de mais de 60% entre esta população (8.088) no território do Oiapoque, o que indica que os povos indígenas tiveram crescimento quase duas vezes maior do que a população geral do município.

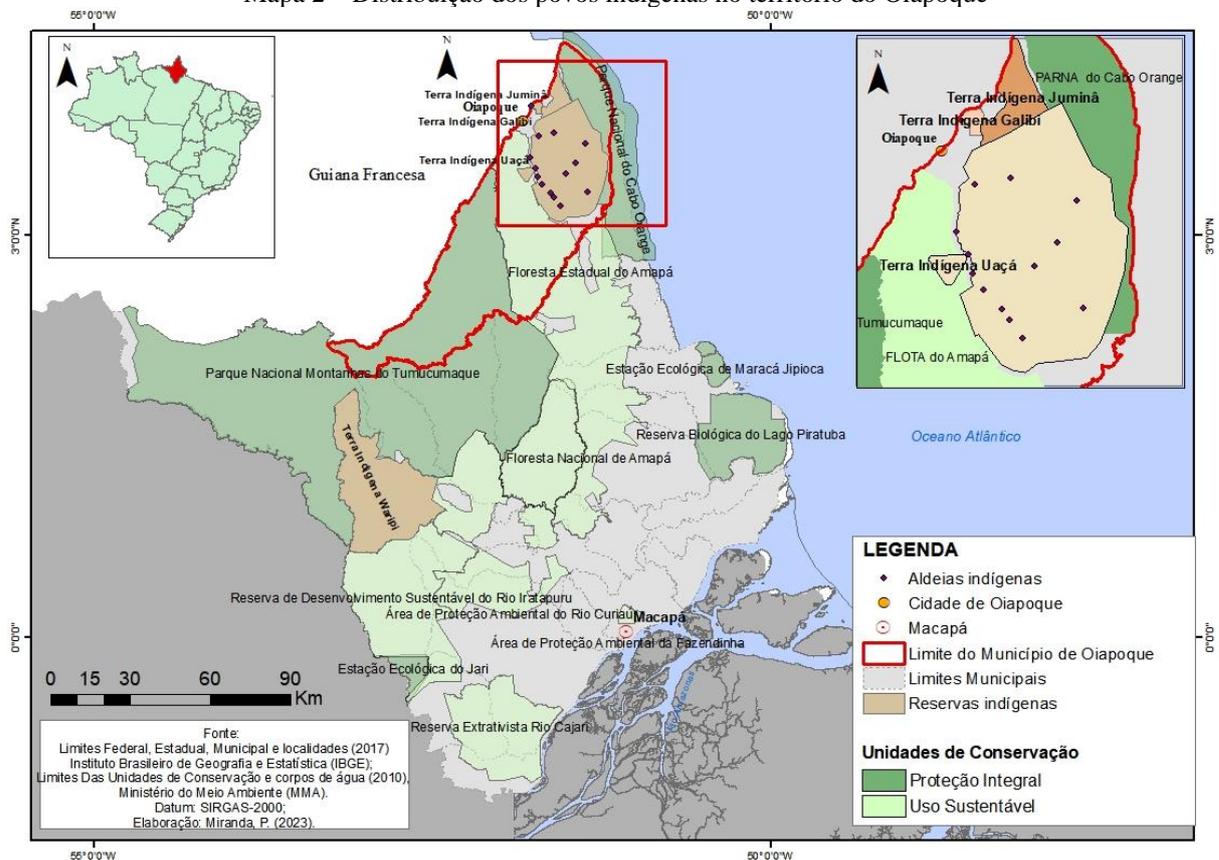
Ao tratar sobre o tema estabelecido, Milhomes (2019, p. 5, 6, 10) defende que se pode considerar os povos indígenas como “legítimos moradores do lugar Oiapoque”. Ele afirma que no lugar Oiapoque há uma linha tênue entre dois mundos: o *outsider* e o cidadão. Este último se constitui dos povos indígenas. O estabelecido são os permanentes e detentores da cultura e da tradição local. O texto a seguir confirma esta tese:

Em relação aos transeuntes dos garimpos guianenses, estão na linha tênue entre dois mundos: o da garimpagem (*outsider*) e a condição de estabelecido como cidadão no município de Oiapoque. Esta relação existe pela própria dinâmica existente na espacialidade fronteiriça com a intensa mobilidade. Pode-se estar *outsider* ou estabelecido, dependendo das espacialidades fronteiriças disponibilizadas [...].

Especificamente na fronteira franco-brasileira, as populações indígenas me parecem os únicos grupos nativos permanentes e detentores culturalmente de uma tradição local. Diferentemente de comerciantes que realizam trabalhos de venda de mercadorias através do rio, estas populações conseguem manter relativa autonomia frente aos impactos da garimpagem condicionados às terras guianenses. (Milhomes, 2019, p. 5, 6, 10)

A localização atual é resultado de um processo de refúgio dos povos indígenas que se deslocaram do litoral e do delta do Amazonas em direção ao interior do Amapá. O mapa a seguir apresenta a localização das etnias e das tribos dispostas no território.

Mapa 2 – Distribuição dos povos indígenas no território do Oiapoque



3.1.4 A formação do tecido étnico

Em seus primórdios, o Oiapoque era pacato e com poucos moradores. A notícia de descoberta de ouro na fronteira com a Guiana Francesa provocou um fluxo de pessoas dos estados do Amapá, do Maranhão, do Ceará e do Pará para o território e provocou crescimento

acelerado, mas desordenado no município, cuja população atingiu cerca de 20.509 pessoas (IBGE, 2010).

Além dos povos indígenas que se deslocaram do delta do Amazonas para o interior do Amapá, os habitantes do território do Oiapoque foram sendo compostos por diferentes raças e etnias que construía vínculos familiares (brasileiros e franceses). Desta forma, as raízes do Oiapoque foram pautadas em raízes sócio-históricas diferentes dos aspectos da capital Macapá. O texto a seguir esclarece este posicionamento:

Os habitantes regionais, os caboclos, índios, negros e créoles, não se consideravam portugueses, franceses ou brasileiros. Esse embate se deu [sic] apenas no contexto diplomático e político. E, [sic] muitos regionais atravessam a fronteira para prestar serviço de artisan⁸ e lucrar com o câmbio monetário [...]. O Oiapoque participa de uma cultura caribenha amazônica pautada em suas raízes sócio-históricas [...], fatores estes, [sic] que no mínimo, se distinguem em muitos aspectos de sua capital Macapá dominada e povoada por portugueses a partir do século XVII. (Almeida; Rauber, 2017, p. 479-480)

O crescimento pendular do Oiapoque, por conta das notícias de descobertas de ouro na fronteira, impactou o modelo de construções improvisadas e próximas. A forte umidade presente nas paredes de quartos de parte dos hotéis, das pousadas e das quitinetes indica que a residência ou a permanência no local não era prioridade e nem um elemento atrativo para os que almejavam o outro lado da fronteira: turistas ou mesmo residentes temporários (professores do nível superior, pesquisadores da fauna e da flora, profissionais de comércio de metais como ouro).

Fonseca (2020, p. 278) indica que são acomodações “muito abaixo do que se poderia recomendar em termos de conforto” e concorda com o pensamento de outros autores, ao afirmar que o lugar Oiapoque tem uma característica que autores denominam como lugar de passagem (Tostes, 2011) de brasileiros em direção à Guiana Francesa (Almeida; Rauber, 2017), ou como dinâmica da passagem ou entremeio (Fonseca, 2000).

Chelala, Tostes e Andrade (2015) discutem a baixa retenção de capital humano na microrregião do Oiapoque. Segundo os autores, a fragilidade desta dimensão elevava o Oiapoque ao pior índice de servidores para cada mil habitantes do lugar (com 23,26 servidores), quando comparado com a capital Macapá (0,135%). Os autores apontam para a dificuldade da

⁸ A expressão “artisan”, utilizada pelos regionais, sobretudo franco-guianenses, refere-se às atividades de trabalho que exigem pouca qualificação profissional, mas que podem, em contrapartida, exigir certa experiência ou habilidade. Citado por Almeida e Rauber (2017).

prefeitura para reter mão de obra qualificada para ajudar a gerenciar o município. O estudo dos autores indica que o lugar Oiapoque sofria com a dimensão educação superior, que mantinha média abaixo do estado e do Brasil. O texto completo pode ser lido a seguir.

Os indicadores de qualidade do quadro funcional refletem os índices de capital humano na região, apresentam um quadro extremamente fragilizado, onde Oiapoque, integrante da mesorregião Norte, possui o pior índice com 23,26 servidores a cada mil habitantes. O quadro se torna mais complicado quando analisada a porcentagem de moradores do Oiapoque com curso superior (5,73% - abaixo da média do estado do Amapá - 10,84 e do Brasil - 11,27). O problema relacionado à disponibilidade de capital humano tem se [sic] agravado sobremaneira a situação da microrregião. As prefeituras não conseguem captar os recursos financeiros para atender as demandas locais. A falta de pessoal qualificado no setor institucional contribui para elevar as dificuldades já existentes, o problema está diretamente relacionado à baixa atratividade dos salários pagos pelas prefeituras locais. (Chelala; Tostes; Andrade, 2015, p. 112, 136).

Almeida e Rauber (2017) apontam que o Oiapoque sofre para ser atração, fixação *in situ* de migrantes, como professores, discentes de outros estados, profissionais liberais, pesquisadores com capital cultural, social e econômico que contribuam para o desenvolvimento da região. O ciclo do ouro não permite uma migração qualificada com capital econômico, menos ainda com capital cultural. Os recursos investidos na economia do garimpo não permanecem na região do Oiapoque e os recursos humanos atraídos são precários. O que o Oiapoque acaba atraindo são exploradores que vêm, mas não para fincar raízes, vêm para passar uma chuva e depois retornam aos locais de origem ou saem para novas aventuras. O texto a seguir reforça este pensamento:

A 'economia do garimpo' mobiliza pessoas e estimula a circulação monetária. Contudo, esse cenário econômico tem suas contradições uma vez que o ciclo do ouro não permite uma migração qualificada com capital econômico e, menos ainda, com capital cultural. Os recursos investidos na 'economia do garimpo' não permanecem na região de Oiapoque e os recursos humanos atraídos são precários [...]. Esse extremo norte amapaense apresenta desafios estruturais e logísticos que, no mínimo, impedem o crescimento socioeconômico regular e constante, dificultam a atração e fixação *in situ* de migrantes com capital cultural, social e econômico, bem como limitam o desenvolvimento de seus habitantes. (Almeida; Rauber, 2017, p. 491)

3.1.5 A biodiversidade da Amazônia

Na Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) na ECO-92, no Rio de Janeiro, foi assinada a convenção da diversidade biológica

ou biodiversidade⁹. A partir de então, dados da Amazônia brasileira foram discutidos pelo governo brasileiro e em 2009 o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT):

Amazônia Legal, região geográfica de 5,4 milhões de km², contém a maior biodiversidade do planeta no que se refere às plantas, peixe de água doce e mamífero. É a segunda região em anfíbios, terceira em aves e a quinta em répteis. Abriga ademais uma reserva mineral estratégica para o país, além de resguardar uma grande extensão ainda preservada das florestas tropicais do planeta. (Brasília, 2009, p. 3)

Neste período, o MCT informava que entre 350.000 e 550.000 espécies da genética vegetal já eram catalogadas no planeta, e o Brasil detinha a liderança mundial como o país com maior diversidade genética vegetal do mundo, com cerca de 55.000 espécies conhecidas. Deste total, cerca de 13.000 estavam presentes na Amazônia brasileira. Entretanto, este montante representava apenas 8% da flora brasileira estudado como compostos bioativos.

A gestão da biodiversidade na contemporaneidade era questão estratégica, nos planos local e global. No entanto, também era um alerta sobre o crescente interesse de importantes segmentos econômicos e industriais no acesso aos recursos genéticos, sobretudo os da Amazônia. A centralidade que os temas da biodiversidade e da sustentabilidade ocupavam na época – e ocupam ainda hoje no mundo – elevou a Amazônia a um valor significativo e a um novo patamar de fronteira para uso científico-tecnológico (Becker, 2004; Albagli, 1998).

3.1.6 Fronteira para uso científico-tecnológico da natureza

E o Oiapoque no Amapá? Por conta de sua localização geográfica e de sua fronteira com a Guiana Francesa, era composto por um corredor de biodiversidade, em sua maioria endêmica, composta por mangues, campos, montanhas etc. Toda a área do Oiapoque era vista como rica em biodiversidade e com potencial para o desenvolvimento local, científico e tecnológico no Amapá e na Amazônia. O texto a seguir apresenta os dados mais completos:

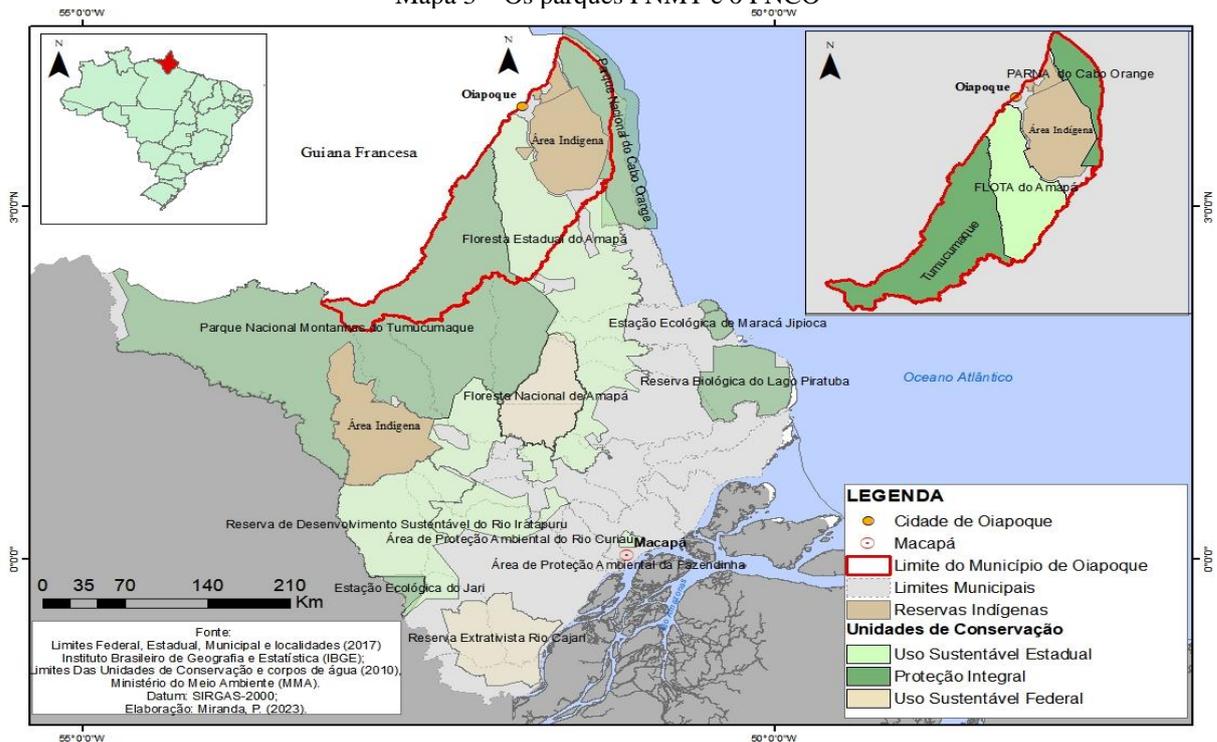
A localização geográfica do estado do Amapá, em fronteira com a Guiana Francesa, não é a única referência que o coloca como grande potencial para a pesquisa e desenvolvimento econômico e social. Os seus 143.537 Km², [...] compõem uma biodiversidade estimada em mais de 400.000 espécies, muitas delas endêmicas. O Amapá possui um dos mais importantes ecossistemas brasileiros compostos por mangues, campos, campinas, cerrados, florestas de terra firme, florestas de várzea e florestas de igapó, além de extensas bacias hidrográficas [...]. Além disso, a

⁹ A palavra “biodiversidade” foi cunhada em 1985 como uma contração de “diversidade biológica”.

biodiversidade do estado conta com proteção legal que se destaca no cenário brasileiro. Isso se concretiza quando se tem 72% do Estado coberto por unidades de conservação federais e estaduais ou terras indígenas. Estas áreas protegidas formam um corredor de Biodiversidade, com um total de 11 milhões de hectares. Incluem-se neste corredor o maior parque de florestas tropicais do planeta. O parque Nacional Montanhas de Tumucumaque, com mais de 3,8 milhões de hectares. O corredor da Biodiversidade do Amapá inclui ainda os últimos grandes trechos protegidos de manguezais das Américas. (UNIFAP, 2011, p. 11-12)

Para garantir o potencial do território do Oiapoque, o Governo Federal criou, além das terras indígenas Galibi, Jumina (Galibis e Karipunas) e Uaçá (Karipunas), áreas de proteção ambiental através de dois parques: o Parque Montanhas de Tumucumaque (PNMT) e o Parque Nacional de Cabo Orange (PNCO). Estes parques foram citados como referência de potencial da biodiversidade e como componentes importantes para a pesquisa e a educação ambiental. O Mapa a seguir destaca a localização dos dois grandes parques no território do Oiapoque.

Mapa 3 – Os parques PNMT e o PNCO



Fonte: elaborado pelo autor

O PNCO foi criado pelo Decreto nº 84.913 de 15 de julho de 1980; está localizado no estado do Amapá, nos municípios de Calçoene e Oiapoque; possui área de 619.000 ha, com fronteira direta com a Guiana Francesa. O parque protege uma grande extensão de mangue numa faixa marítima a 10 Km de largura da costa e ecossistemas terrestres. A fauna local abriga várias espécies de tartaruga, peixe-boi (*Trichechus inunguis*) e avifauna. Situado no litoral amapaense, é o último reduto de várias espécies anteriormente encontradas em todo o litoral

brasileiro, entre elas, o guará (*Eudocimus ruber*) e o flamingo (*Phoenicopterus ruber*) (Irving, 2006).

O outro parque cunhado como Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT) foi criado por Decreto s/n, publicado no Diário Oficial de 23 de agosto de 2002. O PNMT é a maior área protegida do mundo em floresta tropical, com cerca de 3.867.000 ha de área; faz fronteira com a Guiana Francesa e o Suriname; é dominada floresta densa com clima quente e úmido e abriga três dos principais rios do Amapá: o Oiapoque, o Jari e o Araguari. Irving (2006) destaca a importância da Floresta Amazônica, sobretudo a região onde se encontram os dois parques citados, com potencial para a pesquisa científica e o desenvolvimento regional através do turismo. O texto a seguir confirma o argumento:

Com relação ao patrimônio natural, o PNMT se caracteriza por uma elevada riqueza florística e faunística e uma significativa diversidade de habitats, uma das potencialidades de maior relevância para o desenvolvimento turístico, em geral, e para a pesquisa científica, em particular. (Irving, 2004, p. 35)

O PNMTA era de suma importância para a região e para o mundo, visto que se encontrava num imenso corredor de biodiversidade, ligando toda a face oeste do estado do Amapá até o nordeste do Pará, permitindo a interligação de diversas áreas protegidas, a grande maioria em ecossistema de floresta densa, e mantendo ainda intacta em quase 90% de sua extensão, e abrigando um altíssimo número de espécies e alto valor de endemismo (Irving, 2004, p. 31).

A partir da criação destes parques a natureza passou a ser considerada patrimônio nacional pela constituição brasileira. No entanto, em relação ao processo de criação e participação social, Irving (2004) destaca que estes parques, denominados parques de papel, em geral foram criados por decreto governamental, no processo *top down*, sem discussão com a população, de difícil acesso e distante das necessidades frenéticas de uma sociedade ávida por consumo e exotismo. Esta crítica está descrita no texto a seguir:

O compromisso do processo participativo e a inclusão dos atores sociais para a gestão, previstos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação/SNUC/Lei 9985/2000 (Brasil, 2000a e b) representam ainda uma “abstração”, um desafio a ser alcançado em médios e longos prazos. Além disso, estes denominados “parques de papel”, distantes dos grandes centros urbanos, constituem Unidades de Conservação de difícil acesso, de baixa ou nenhuma visitação turística e sem mecanismos claros de participação social nos processos de gestão. (Irving, 2004, p. 28)

Este novo olhar para a natureza da Amazônia como capital natural tem atraído a atenção e o interesse de importantes segmentos econômicos e industriais na biodiversidade como capital natural de realização futura. Esta valorização do território do Oiapoque adquiriu duplo patrimônio: o de terras propriamente ditas e o de imenso capital natural, que, além de estar no centro de acirradas disputas geopolíticas, está situado em área de fronteira normalmente vinculada à discussão de soberania e integridade nacional (Becker, 2005).

Na esfera do governo federal, o tema da pesquisa em biodiversidade começou a ser ventilado nos encontros entre o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva¹⁰, e o então presidente francês, Nicolas Sarkozy. O texto a seguir exprime esta ideia:

Uma das coisas que me encanta e certamente encantam o lado francês e o presidente Sarkozy, (sic) é a ideia de começarmos a discutir juntos a questão da Biodiversidade. E aí poderemos envolver todos os países que têm fronteira e que têm participação na Amazônia, para que a gente possa envolver o mundo científico a pesquisar, de forma muito mais ousada e forte, o que a Amazônia pode oferecer com os recursos para ajudar a humanidade [...] O desafio que está colocado para nós é como compatibilizar uma política de desenvolvimento em toda a Amazônia, levando em conta a preservação ambiental. Mais importante: como aproveitar, para o bem da humanidade, a extraordinária Biodiversidade da Amazônia, ainda muito desconhecida dos homens. (Biblioteca da Presidência, 2008)

Em um segundo encontro, agora em 23 de dezembro de 2008, novamente o tema da pesquisa sobre a biodiversidade esteve presente nas falas de ambos os presidentes. A ideia era unificar as instituições competentes em matéria de pesquisa com conhecimento e inovação tecnológica para aproveitar o máximo do potencial amazônico. Neste encontro, apareceu a nomenclatura Centro Franco-Brasileiro de Estudos da Biodiversidade. O texto a seguir confirma a declaração¹¹:

Unir capacidades em matéria de pesquisa, conhecimento e inovação tecnológica é igualmente decisivo para protegermos a vasta riqueza e excepcionais potencialidades de nosso patrimônio natural. Esse é o objetivo do Centro Franco-Brasileiro de Estudos da Biodiversidade Amazônica, que vamos criar. (Biblioteca da Presidência, 2008)

A pesquisa científica através da biodiversidade na Amazônia, sobretudo na fronteira, a partir das falas frequentes dos líderes do Brasil e da França, tornava-se um tema que

¹⁰ Entrevista coletiva concedida pelo presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da França, Nicolas Sarkozy, em 12.02.2008. Biblioteca da Presidência.

¹¹ Declaração à imprensa seguida de entrevista coletiva concedida pelo presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da França, Nicolás Sarkozy, em 23.12.2008.

não podia ser ignorado, especialmente porque ambos os países detinham grande parte do espaço da Amazônia protegido legalmente e mantinham relações transfronteiriças.

Em outro encontro, agora na cidade de Saint Georg do Oiapoque, este assunto da biodiversidade, como ciência a ser explorada como mecanismo de sustentabilidade, esteve na pauta da reunião, com a presença do presidente da república francesa, Nicolas Sarkozy, em 12 de fevereiro de 2008. O texto a seguir relata este momento de estreita relação entre o Brasil e a França, no sentido de firmarem parceria para a execução do projeto de pesquisa na Amazônia:

Saudaram a iniciativa do presidente Lula de criar um centro de estudos e pesquisas sobre a biodiversidade na cidade do Oiapoque tendo por objetivo desenvolver a cooperação universitária e científica pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia com apoio da Universidade Federal do Amapá e de outras instituições. Eles manifestaram intenção de estudar a criação de uma academia franco-brasileira da biodiversidade baseando-se na cooperação entre o futuro centro do Oiapoque e o Polo Universitário e científico da Guiana. (UNIFAP, 2009, p. 1)

A preocupação do governo brasileiro em implantar um projeto de grande envergadura na época passou por estudo preliminar conduzido pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), que identificou a Amazônia, sobretudo a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, como área de reconhecida riqueza natural. Com este discurso, na presença do presidente francês, oficialmente a fronteira ganhou ares de fronteira do uso científico-tecnológico da natureza. Este novo significado atribuído à fronteira do Oiapoque valorizou o seu espaço geográfico e territorial como estratégico na Amazônia, colocando-a como grande potencial para a pesquisa e o desenvolvimento econômico e social (Becker, 2004).

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E FRONTEIRA

Considerando que o objeto desta pesquisa está delimitado ao Oiapoque, a tudo o que o nome representa e a como foi pensado o preenchimento de lacuna da pesquisa e do ensino superior para a comunidade e as populações ancestrais e tradicionais, faz-se necessário aprofundar o conceito de território, territorialidade e fronteira para trilhar um caminho mais seguro e aceitável à pesquisa.

A palavra território evoca o território nacional e faz pensar no estado, em grandes espaços e em sentimentos patrióticos. No entanto, o conceito de território não pode ser reduzido ou associado à figura do estado. Territórios existem e são construídos nas mais diversas escalas, da mais acanhada à internacional. Alguns são temporais, outros são permanentes, ou cíclicos e periódicos. Apesar desta riqueza de situações, parte da literatura restringiu-se ao conceito carregado ideologicamente: o de território nacional (Sousa, 2001).

O território é um nome político para o espaço ou a extensão de um país, ou seja, para um país existir é necessário um território. No entanto, não é verdade em relação à nação. Esta nem sempre é acompanhada de posse de um território, nem de um estado. Quanto à territorialidade, esta pode ser construída sem o estado, mas é praticamente impossível este existir sem um território (Santos, 2003).

No entanto, os territórios são o resultado das ações da história. E, considerando que a sociedade está em constante movimento, a paisagem, a configuração territorial e as formas se modificam em espaços diferentes, singulares, como resultado das articulações entre a sociedade, o espaço e a natureza. Assim, como há o movimento da sociedade nos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, “o território poderá adotar espacialidades particulares” (Bordo *et al.*, 2004).

Na literatura da geografia, o conceito de território implica determinadas relações de poder sobre um espaço e envolve delimitações, como as fronteiras (Saquet; Sposito, 2008). Neste caso, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil (Raffestin, 1993). No entanto, outros autores sugerem, além desta perspectiva, uma abordagem cultural com seus simbolismos, identidades e teias de significados (Escobar, 2015; Silveira, 2001; Sousa, 1996); outros em uma abordagem científica através da fronteira científico-tecnológica (Albagli, 1998; Becker, 1983, 2005, 2010; Irving, 2004, 2006).

No território manifestam-se todas as espécies de relações de poder, mas também manifestação espacial do poder fundamentada em relações sociais, relações estas determinadas, em diferentes graus, pela presença de energia — ações e estruturas concretas — e informação — ações e estruturas simbólicas, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder (Raffestin, 1993).

O autor continua e afirma que para a construção do território é necessário haver relações, e estas marcadas pelo poder exercido por pessoas ou grupos. Poder e território são autônomos, porém, atuam conjuntamente para a consolidação do conceito de território, ou seja, o território surge após a ação de um ator no espaço que o territorializa, através de ações concretas.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, e é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. [...], o ator territorializa o espaço. (Raffestin, 1993, p. 143)

O território é visto pelo autor como político-administrativo, ou seja, como território nacional ou como espaço físico onde se localiza uma nação, ou ainda onde se limita uma ordem jurídica e política. Área medida e marcada pela projeção do trabalho humano com suas linhas, seus limites e suas fronteiras. A territorialização é a forma como se materializa o território, ou seja, como ocorre a manifestação das pessoas no segmento da cultura, da economia, da ciência etc. (Bordo *et al.*, 2004).

Por sua vez, aderindo às epistemologias que interpretam o significado de cosmologias territoriais, Krenak (2019) e Escobar (2015) apontam que o território é um espaço coletivo composto por todo lugar necessário e indispensável, onde homens e mulheres, jovens e adultos, criam e recriam suas vidas; é um espaço de vida onde se garante a sobrevivência étnica, histórica e cultural.

os territórios são espaços-tempos vitais de toda comunidade de homens e mulheres; entretanto, não é apenas isso, mas também o espaço-tempo de interrelação com o mundo natural que circunda e é parte constitutiva dele. Ou seja, a interrelação gera cenários de sinergia e de complementaridade, tanto para o mundo dos homens e mulheres como para a reprodução do resto dos outros mundos que circundam o mundo humano. Dentro de muitos mundos indígenas e em algumas comunidades afrodescendentes da América Latina, esses espaços materiais se manifestam como montanhas ou lagos que são entendidos como tendo vida ou como espaços animados. (Escobar, 2015, p. 10)

Santos (1996) e Silveira (2011) discorrem sobre o território usado. Segundo estes autores, as articulações entre a sociedade, o espaço e a natureza tornam o território categoria de território usado. Nesta concepção, o território usado incluiu todos os atores.

[...] abriga todos os atores e não apenas os que têm mobilidade, com a mais pura noção de espaços de fluxos. É o espaço de todas as existências. A história se produz com todas as empresas, todas as instituições, todos os indivíduos, independentemente de sua força diferente, apesar de sua força desigual. (Silveira, 2011)

Souza (2001) também traz sua contribuição, ao salientar que o território possui múltiplas vertentes e múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades. Entre estas vertentes, ele cita o território da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais, das gangues, e Saquet (2004) considera ainda a vertente da natureza.

Vieira *et al.* (2014) compartilham com Becker (1983) o conceito de território como espaço de distintos atores sociais e produzido socialmente; para além da atuação do Estado é constituído pelas dimensões sociais da economia e da política. Becker (1983) focou nas dinâmicas sociais da Amazônia. Para ela, a territorialidade é vista como produto de relações políticas em diversas escalas, que vão daquelas induzidas pelo poder do Estado, às grandes corporações e aos movimentos de organizações e resistências sociais. Como resultado de suas reflexões, programas inovadores foram formatados para a Amazônia.

Os estudos de Becker (1983) indicavam um conhecimento dos processos transformadores que ocorriam sutilmente na Amazônia brasileira, que levaram a novas percepções sobre a realidade regional e motivaram ações no campo da política pública. O território da Amazônia brasileira vivenciou três momentos:

[...] a) a fronteira dos recursos naturais percebida na primeira metade do século XX, b) a fronteira móvel, a partir dos anos sessenta (60), onde a circulação da força de trabalho, vinculada à expansão do povoamento, permitia a acumulação de capital no setor agropecuário, e mais recentemente, c) a Amazônia passaria a representar uma fronteira do capital natural, valorizada, estrategicamente, como símbolo de vida e capital natural, num processo de mercantilização da natureza. (Becker, 1983 *apud* Vieira *et al.*, 2014, p. 3)

Becker (1983) aponta que a partir de 1970 e de 1980 houve mudanças no plano da ciência, da tecnologia e da economia, que alteraram o jogo e as relações de poder em escala global. Becker (1983) entende que o Estado e o Governo não são únicos instrumentos de exercício de poder. Raffestin (1993) já afirmava que no território se fundamentam relações sociais que se projetam em poder.

Em sua rica produção científica sobre a Amazônia, Becker (2010) procurou distinguir territorialidade de gestão de território. Para a autora, territorialidade é o espaço da prática, é a apropriação de uma porção do espaço e um produto usado, vivido pelos autores como meio para sua prática. É a face vivida do poder onde se manifestam as relações pessoais, cotidianas e até as relações sociais complexas. É onde ocorrem as manifestações da oposição do local ao universal, dos conflitos entre a malha concreta e a malha abstrata, concebida e imposta pelos poderes hegemônicos.

Em relação à gestão do território, a autora assume o conceito da gestão de território como uma prática estratégica, científico-tecnológica do poder no espaço-tempo. É uma estratégia moderna, eminente, utilizada para articular coerentemente decisões e ações necessárias para alcançar as finalidades, instrumentalizando o saber de direção política de governo, desenvolvendo-se hoje como uma ciência, isto é, é uma estratégia cientificamente formulada e tecnicamente praticada e já integra elementos de administração de empresa e governamentalidade (Becker, 2010).

A autora propõe que os estudos se aprofundem no conhecimento sobre o processo de transformação territorial contemporâneo na Amazônia e sugere que as políticas públicas sejam adequadas aos processos sociais territorializados e que considerem dois vetores para a transformação social: o vetor tecnoindustrial e o vetor tecnológico, este último configurando a Amazônia como fronteira socioambiental.

Ao pesquisar o território Amazônico, Becker (2005) discute o potencial da riqueza natural, especialmente os temas da biodiversidade e da sustentabilidade. Segundo a autora, o território da Amazônia passou a ter um valor significativo. Com este novo patamar, a Amazônia passou a ser vista como fronteira para uso científico-tecnológico. O texto a seguir confirma este pensamento:

O novo valor atribuído ao potencial de recursos naturais confere à Amazônia o significado de fronteira do uso científico-tecnológico da natureza e, em sintonia com a política de formação de grandes blocos supranacionais, revela a necessidade de pensar e agir na escala da Amazônia sul-americana” [...]. Enquanto espaço geográfico, territorial, a valorização estratégica da Amazônia decorre do novo significado por ela adquirido, o de um duplo patrimônio: o de terras propriamente dito, e o de imenso capital natural. Na representação simbólico-cultural, o valor da região está condicionado pela centralidade que tem hoje no mundo a biodiversidade e a sustentabilidade da Terra. (Becker, 2005, p. 33-35)

O conceito de fronteira científico-tecnológica tem sido designado para se referir ao potencial que a Amazônia possui, especialmente pela riqueza da biodiversidade. Albagli (1998)

já alertava sobre o crescente interesse de importantes segmentos econômicos e industriais ao acesso aos recursos genéticos, sobretudo os da Amazônia. Ao tratar sobre a biodiversidade, ela chama a estes recentes interesses de desejo de manipulação da vida no nível genético, cujo domínio pode ser industrializado e comercializado em larga escala.

A recente motivação e o interesse crescente sobre o tema resultam, porém, da possibilidade, através do avanço da *fronteira científico-tecnológica*, de manipulação da vida no nível genético, potencializando largamente seus usos e aplicações e ampliando o interesse de importantes segmentos econômicos e industriais na biodiversidade como capital natural de realização futura [...]. A temática da biodiversidade deixa de pertencer às esferas científica e ambiental estritas, passando a estar no centro de acirradas disputas geopolíticas, particularmente em torno do acesso a recursos genéticos e do acesso à tecnologia, como vias de acesso à informação estratégica associada à biodiversidade. (Albagli, 1998, p. 59-60)

Discorrendo sobre a Amazônia, sobretudo o estado do Amapá, que abriga, juntamente com a Guiana Francesa, dois grandes parques nacionais, Irving (2005) destaca que a memória histórica é marginalmente conhecida pela população, a despeito de se constituir território com patrimônio ambiental de importância global. No entanto, ela afirma que:

Este território representa o resultado do balanço de forças, entre diversos países, desde os tempos remotos da descoberta do continente americano até a época recente da República no Brasil. O percurso histórico recua desde a disputa entre portugueses e espanhóis e a assinatura imprecisa do Tratado de Tordesilhas, passando pelas iniciativas dos demais países europeus em ocupar a Amazônia brasileira, até a disputa direta entre França e Brasil pela soberania do território, entre o Amazonas e o Oiapoque. Confronto político finalizado apenas em 1900, por um Tratado de Arbitragem, decidido na Suíça, que estabeleceu, no plano internacional, os limites definitivos de fronteira, reafirmando a base do Tratado de Utrecht. (Irving, 2006, p. 39)

A razão principal para as tentativas de ocupação é o valor estratégico atribuído historicamente ao patrimônio natural. Este território em transe é de elevada importância ecológica e geoestratégica para o Brasil, para o mundo, especialmente para as empresas multinacionais, o que envolve, de maneira evidente, um processo gradual de troca entre etnias e civilizações, de difícil reprodução em território amazônico (Irving, 2006).

Sobre o território Amazônico, Irving (2005) aponta que existe:

[...] um processo de transe silencioso, no qual o território se transforma de maneira imperceptível para os distantes centros de decisão, adquire uma nova representação no plano global pelo valor estratégico do patrimônio natural (notadamente, a base de recursos hídricos e de biodiversidade), e emerge, como potencialidade, para um novo modelo de integração amazônica. (Irving, 2005, p. 36)

Feita a explanação das principais ideias dos autores citados anteriormente, é necessário fazer algumas considerações sobre as abordagens dos conceitos de território, territorialidade e fronteira, visando aplicá-las ao Oiapoque, enquanto espaço para pesquisa dos recursos naturais e da biodiversidade. Dos diversos autores estudados, Sousa (2001) indica que a palavra território não pode ficar atrelada somente à figura do Estado, apesar dos sentimentos patrióticos despertados pela palavra. E ainda que os territórios nasçam e sejam construídos, alguns são temporários e outros permanentes. Relação de poder, mecanismos de dominação e controle são vistos como necessários para a existência de um território.

Santos (2003) caracteriza o território com uma abordagem política. Afirma que a palavra território é um nome político para se referir à extensão de um país e crê que a territorialidade pode ser construída sem a necessidade do Estado, porque é o resultado das ações da história. Considera que o fato de a sociedade se manter em constante movimento (social, econômico, político e cultural) modifica a paisagem e a configuração territorial.

Raffesttin (1993) aborda que no território se manifestam a cultura, a economia e a ciência (territorialização), gerando as relações de poder. Saquet e Sposito (2008) caminham na mesma direção, ao afirmarem que o território se constitui em determinadas ações de poder sobre o espaço e que se estende até as fronteiras. Este poder é exercido por pessoas ou grupos. No entanto, poder e território são autônomos. Bordo (2014) tem a mesma percepção de Raffesttin (1993), ao afirmar que a territorialização é a forma como se materializa o território e que este é a manifestação das pessoas no segmento da cultura, da economia e da ciência.

Escobar (2015) defende a visão mais cultural do território. Segundo ele, o território é um espaço coletivo onde homens e mulheres, jovens e adultos, criam e recriam suas vidas. Este espaço permite cenários de sinergia e complementariedade para o mundo e outros mundos que o circundam. Cita exemplos dos povos indígenas e afrodescendentes da América Latina, cujos espaços de montanhas e lagos são entendidos como possuidores de vida, seguindo as cosmologias territoriais de Krenak (2019).

Santos (1996) e Silveira (2011) introduzem o termo território usado porque inclui todos os atores articulados entre sociedade, espaço e a natureza. Souza (2001) salienta que o território possui múltiplas vertentes e múltiplos territórios, com destaque para prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais, das gangues; e Saquet (2004) acrescenta a vertente da natureza.

Já Becker (1983) vai além da definição de território e acrescenta outros termos. Segundo esta autora, que se notabilizou por sua relevante produção científica, sobretudo sobre a Amazônia, o conceito de território vai além da ação social e da atuação do Estado. Descreve

o território da Amazônia em três fases: a) a fase da fronteira dos recursos naturais (primeira metade do século XX), b) a fase da fronteira móvel (anos 60), percebida no setor agropecuário, e c) a fase da fronteira do capital natural, quando a Amazônia, valorizada estrategicamente, se torna símbolo de vida e capital natural, num processo de mercantilização da natureza.

A partir do conceito de território, Becker (1983) e Albagli (1998) passaram a alertar sobre o crescente interesse de segmentos econômicos e industriais ao acesso dos recursos genéticos existentes na floresta. Isto tem levado a acirradas disputas geopolíticas pelo acesso aos recursos genéticos e pela tecnologia associada à biodiversidade.

Novamente, agora em outra obra, Becker (2005) acrescenta que os temas da biodiversidade e da sustentabilidade da terra passaram a ter um valor significativo. Este valor conferiu à Amazônia o significado de fronteira do uso científico-tecnológico da natureza e que, enquanto espaço geográfico territorial, a Amazônia adquiriu duplo patrimônio: o de terras propriamente dito e o de imenso capital natural.

Irving (2004), discorrendo sobre a Amazônia, se deteve na fronteira do Oiapoque. Afirmou que os interesses de segmentos econômicos sobre o território são antigos e que a razão principal das disputas é o valor estrategicamente atribuído ao patrimônio natural. O território atual é o resultado do balanço de forças entre países desde a descoberta do continente americano, percorrendo as disputas entre portugueses e franceses e só é finalizado em 1990.

O território é um nome político para o espaço físico de um país onde, a partir da projeção do trabalho humano, aparece a relação de poder, direta e indiretamente, pela atuação de autores sintagmáticos. Através desta relação se constrói a territorialização, que é a materialidade deste território. Nele, o coletivo cultural de homens e mulheres cria e recria suas vidas num mundo de humanos e de outros mundos que o circundam e o complementam. Este território passa a existir ou ser formado a partir do desenrolar da história e se apresenta em múltiplas vertentes.

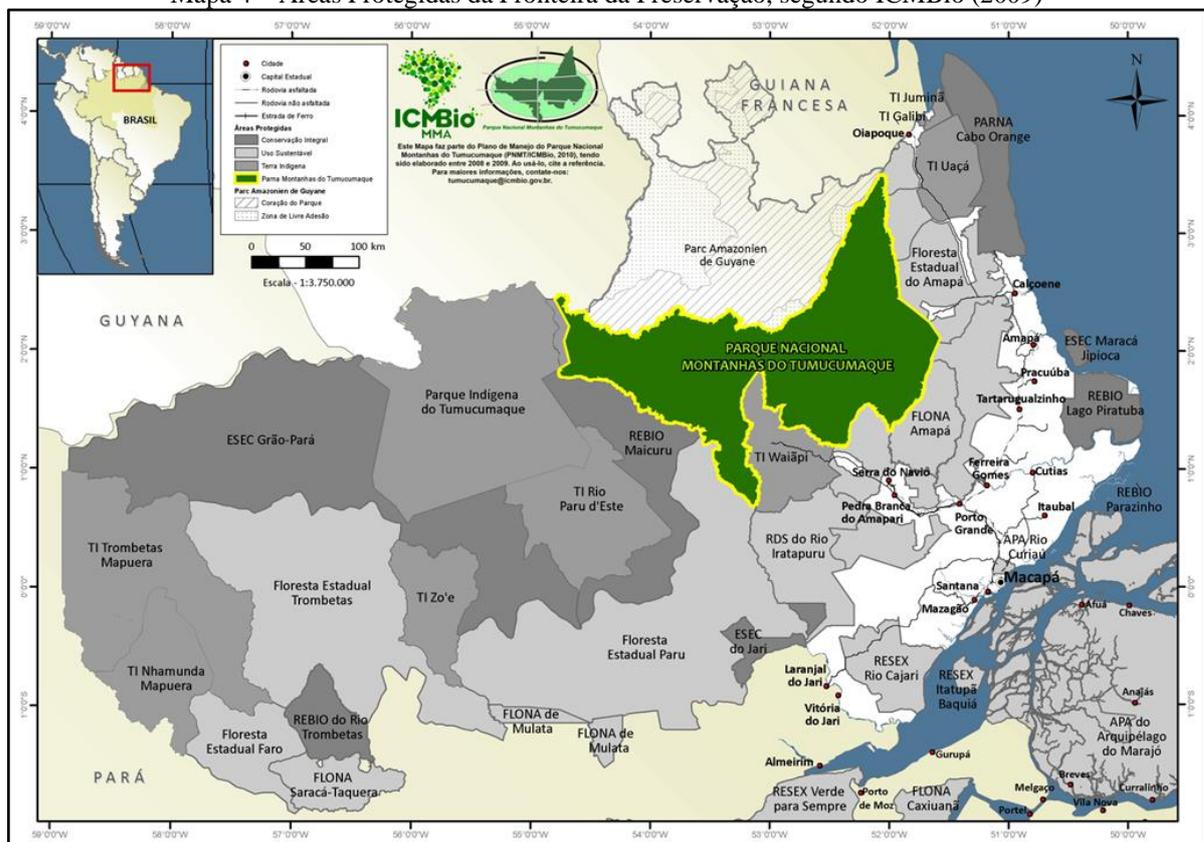
É necessário destacar que Becker (1983), Albagli (1998) e Irving (2006) alertam que a Amazônia vive um transe silencioso, em transformação, e que no plano global adquire valor estratégico do patrimônio natural, que o avanço da fronteira científico-tecnológica tem gerado disputas geopolíticas em torno do acesso a recursos genéticos, sobretudo de segmentos econômicos, despertando interesse da indústria, de olho na biodiversidade como capital natural.

No Amapá, 72% da sua área são cobertas por unidades federais e estaduais de conservação e de terras indígenas. Estas áreas protegidas formam um corredor de biodiversidade, com um total de onze 11 milhões de hectares. Inclui-se neste corredor o maior

parque de florestas tropicais do planeta: o Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque, com mais de 3,8 milhões de hectares. O corredor da biodiversidade do Amapá inclui os últimos grandes trechos protegidos de manguezais das Américas. A localização geográfica do estado, em fronteira com a Guiana Francesa, tem levado a sua biodiversidade a destaque no cenário brasileiro e o coloca como grande potencial para a pesquisa e o desenvolvimento econômico e social e a contar com proteção legal. Os seus 143.537 Km² compõem uma biodiversidade estimada em mais de 400.000 espécies, muitas delas endêmicas (UNIFAP, 2011).

O mapa a seguir faz parte do plano de manejo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e mapeia as diferentes áreas de proteção em seu entorno que contam com proteção legal.

Mapa 4 – Áreas Protegidas da Fronteira da Preservação, segundo ICMBio (2009)



Fonte: ICMBio (2009).

O Oiapoque está situado em uma área cuja localização geográfica compartilha uma fronteira de 730 km (através do rio Oiapoque, da sua foz até sua nascente) com a União Europeia (EU), através da Guiana Francesa; mantém uma influência forte nas cidades que se localizam na fronteira, entre elas, Camopi, Saint Georges e Cayenne. Este território transcende a barreira política imposta, por apresentar-se dinâmico.

Assim, a fronteira pode ser percebida também numa perspectiva dinâmica, que transcende, essencialmente, uma barreira política imposta sobre a base de um território contínuo. No entanto, quando a temática da integridade do território é trazida para reflexão, a 'dinâmica de fronteira', embora seja real, não coloca em discussão a percepção de fronteira na lógica geopolítica de soberania. (Irving 2004, p. 27)

O Oiapoque ao norte, enquanto fronteira com a Guiana Francesa, ultrapassa sua influência para além de suas delimitações geográficas de 22.725,70 km²; limita-se ao sul com os municípios de Calçoene, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari, e a oeste faz fronteira com o município de Laranjal do Jari; é utilizado como lugar de passagem para além da fronteira em busca do sonho do euro e do ouro; gera dinâmica nas relações sociais e econômicas. Além de ser banhado pelo rio que leva seu nome, possui uma vasta riqueza natural identificada nos três parques nacionais: O Parque Montanhas do Tumucumaque e o Parque do Cabo Orange, no Brasil, e o Parque das Guianas, na Guiana Francesa, além das terras indígenas e das outras áreas protegidas.

O Oiapoque possui a maior extensão no Estado. 90% de suas terras estão sob jurisdições federais e separadas entre áreas de proteção ambiental, como o Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque (PNMT) e o Parque Nacional de Cabo Orange (PNCO), além das terras indígenas Galibi, Jumina (Galibis e Karipunas) e Uaçá (Karipunas). Restando apenas, para real domínio do Oiapoque 6.437,00 km² (Superti, Silva, 2015).

O nome Oiapoque é entendido como território que vai além do lugar geográfico e da referência como região de fronteira, representa um território de múltiplas territorialidades, construídas por conflitos e exploração de riquezas naturais, pela presença de terras indígenas e unidades de conservação de proteção integral que delineiam a complexidade e o desafio de pensar a pesquisa.

5 O PROJETO BINACIONAL — O CENTRO FRANCO-BRASILEIRO DA BIODIVERSIDADE AMAZÔNICA

5.1 O PROJETO BINACIONAL

O Projeto Binacional foi uma iniciativa do presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e do presidente da República Francesa, Nicolas Sarkozy, de ampliar os acordos de cooperação técnica e científica existentes entre os dois países, desde janeiro de 1967. Ambos os presidentes, convencidos da importância ecológica, social e econômica da biodiversidade amazônica, reconheciam as oportunidades que o conhecimento científico e tecnológico podia proporcionar ao desenvolvimento sustentável.

No entanto, o conhecimento sobre a biodiversidade existente na Amazônia era insuficiente, os inventários biológicos eram reduzidos e as análises em nível molecular eram, também, insuficientes. Além disto, o baixo aproveitamento econômico, social e ambiental da biodiversidade, associado à reduzida capacidade de recursos, à baixa capacitação científica e tecnológica, a marcos legais inadequados, a cadeias produtivas ineficientes e à baixa conectividade entre ciência, governo e empresas, impactava o nível de desenvolvimento humano da região e não permitia o aproveitamento das oportunidades de crescimento que a Amazônia oferecia (Brasil, 2009).

Diante deste cenário de perdas de oportunidades, os presidentes dos dois países, cientes da estratégia de ampliar a base do conhecimento científico-tecnológico na área de biodiversidade e da necessidade de formar e aperfeiçoar os recursos humanos, firmaram o compromisso de investir no desenvolvimento regional para o Brasil e a França na região transfronteiriça, abrangendo o estado do Amapá e o departamento ultramarino da Guiana Francesa.

Esta parceria estratégica denominada de Franco-Brasileira levou a uma série de declarações em diferentes encontros dos presidentes dos dois países, Luiz Inácio Lula da Silva¹² e o então presidente francês, Nicolas Sarkozy. Em uma delas, no dia 12 de fevereiro de 2008, o presidente Lula afirmou:

¹² Entrevista coletiva concedida pelo presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da França, Nicolas Sarkozy em 12.02.2008. Biblioteca da Presidência.

Uma das coisas que me encanta e certamente encanta o lado francês e o presidente Sarkozy, é a ideia de começarmos a discutir juntos a questão da Biodiversidade. E aí poderemos envolver todos os países que têm fronteira e que têm participação na Amazônia, para que a gente possa envolver o mundo científico a pesquisar, de forma muito mais ousada e forte, o que a Amazônia pode oferecer com os recursos para ajudar a humanidade. O desafio que está colocado para nós é como compatibilizar uma política de desenvolvimento em toda a Amazônia, levando em conta a preservação ambiental. Mais importante: como aproveitar, para o bem da humanidade, a extraordinária Biodiversidade da Amazônia, ainda muito desconhecida dos homens. (Brasil, 2008)

Em um segundo encontro, agora em 23 de dezembro de 2008, havia a preocupação com a pesquisa na região para ambos os países. A ideia era unificar as capacidades em matéria de pesquisa com o conhecimento e a inovação tecnológica para aproveitar o máximo do potencial amazônico. Neste encontro apareceu a nomenclatura Centro Franco-Brasileiro de Estudos da Biodiversidade. O texto a seguir confirma a declaração¹³:

Unir capacidades em matéria de pesquisa, conhecimento e inovação tecnológica é igualmente decisivo para protegermos a vasta riqueza e excepcionais potencialidades de nosso patrimônio natural. Esse é o objetivo do Centro Franco-Brasileiro de Estudos da Biodiversidade Amazônica, que vamos criar. (Biblioteca da Presidência, 2008)

A oportunidade de cooperação internacional com a França poderia de fato ser fator preponderante para promover a convergência das ações das diversas instituições que já atuavam na região, mas, as distâncias quilométricas na Amazônia impediam que estas instituições e centros de excelência se conectassem eficientemente, a despeito de acumularem um histórico de conhecimento da região que, aliado ao avançado desenvolvimento científico francês, impactaria potencialmente a Amazônia.

O governo brasileiro entendia que o Projeto Binacional contido nas declarações dos presidentes do Brasil e França abria a possibilidade de o “Brasil ter acesso a longa experiência da França nas ciências da vida e no mercado mundial dos fármacos, e assim, avaliar o valor econômico efetivo da biodiversidade brasileira” (Brasil, 2009, p. 9).

Para materializar as recorrentes falas dos presidentes do Brasil e da França, se pensou criar um Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade da Amazônia (CFBBA), porque integraria instituições do lado brasileiro e do lado francês e funcionaria como um ponto de convergência quanto às questões relacionadas à exploração sustentável da biodiversidade, de

¹³ Declaração à imprensa seguida de entrevista coletiva concedida pelo presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da França, Nicolás Sarkozy em 23.12.2008.

modo a influenciar positivamente o contexto internacional. Vários dados sobre o potencial da Amazônia foram usados como referencial para se discutir a relevância do pré-projeto. Este seria o elemento integralizador de outras várias instituições de pesquisas já existentes em ambos os países citados.

Assim, o Projeto Binacional foi pensado a partir da criação de um consórcio de instituições científicas na Amazônia, denominado de Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade da Amazônia (CFBBA). A iniciativa de criar o CFBBA foi motivada por dois fatores principais: a) o resultado das recentes pesquisas sobre a biodiversidade e sua importância mundial para a economia e o desenvolvimento, que acabou por despertar o interesse dos dois países por proteger e aproveitar o potencial amazônico; b) acordos bilaterais, que aprofundaram as relações entre Brasil e França através de parceria em projetos científicos, desde 1967, com assinatura de acordo de cooperação técnica e científica (Souza, 2010).

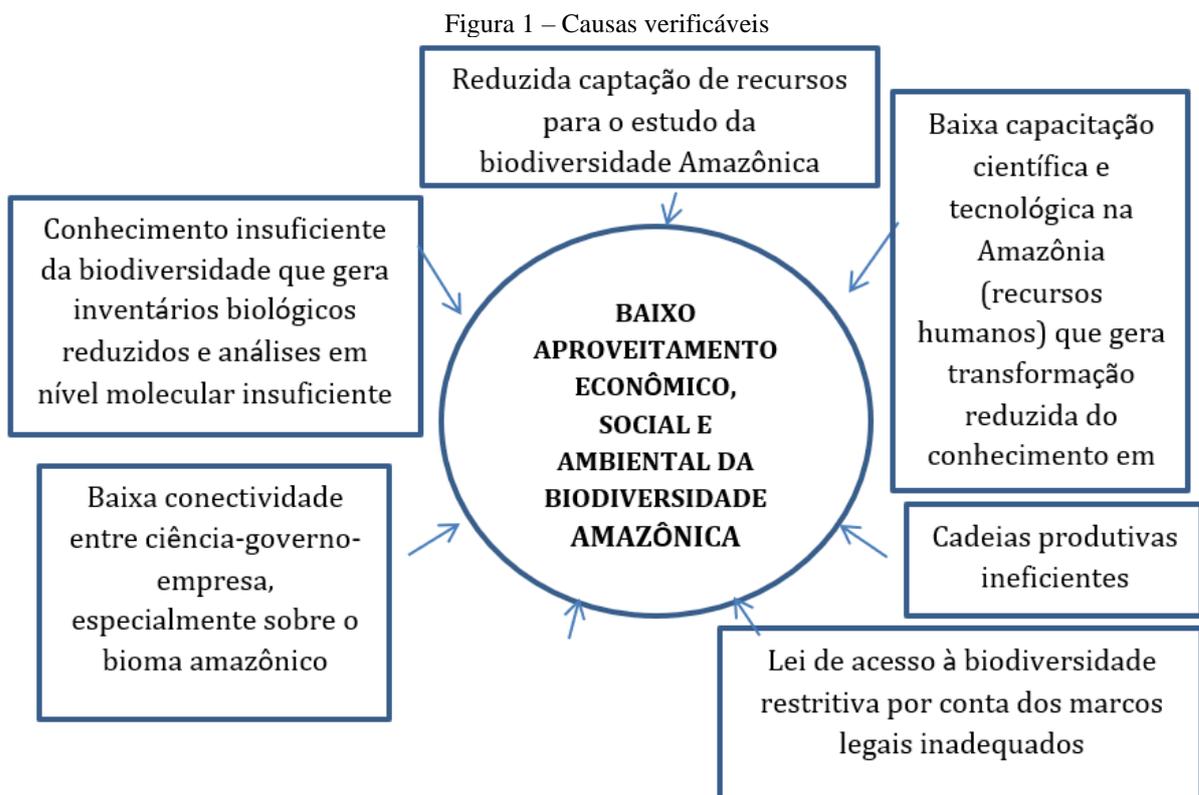
A primeira menção a uma proposta de criação de um centro de pesquisas científicas em parceria com a França no território do Oiapoque foi proferida no discurso do presidente brasileiro em uma visita à cidade de Macapá no dia 07 de dezembro de 2007. A partir de então, várias reuniões foram agendadas em Macapá e em Brasília para a devida formatação do projeto. Este assunto esteve na pauta de outra reunião, agora na cidade de Saint Georg do Oiapoque, com a presença do presidente da República Francesa, Nicolas Sarkozy, em 12 de fevereiro de 2008. O texto a seguir relata este momento de estreita relação entre o Brasil e a França, no sentido de firmarem parceria para a execução do projeto de pesquisa na Amazônia:

Saudaram a iniciativa do presidente Lula de criar um centro de estudos e pesquisas sobre a biodiversidade na cidade do Oiapoque tendo por objetivo desenvolver a cooperação universitária e científica pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia com apoio da Universidade Federal do Amapá e de outras instituições. Eles manifestaram intenção de estudar a criação de uma academia franco-brasileira da biodiversidade baseando-se na cooperação entre o futuro centro do Oiapoque e o Polo Universitário e científico da Guiana. (UNIFAP, 2011, p. 1)

A preocupação do governo brasileiro em implantar um projeto de grande envergadura na época passa por estudo preliminar conduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) ao identificar a Amazônia como área de “reconhecida riqueza natural” (grifo nosso). O MCT como “responsável por realizar pesquisas direcionadas ao desenvolvimento tecnológico com vistas à geração de conhecimento e de formas de uso sustentável dos recursos naturais, adaptadas à realidade local” (Brasil, 2009).

A Amazônia possuía uma extensão territorial geográfica de 5,4 milhões de Km², contendo a maior biodiversidade do planeta, no quesito plantas, peixes de água doce e mamíferos; a segunda maior região do planeta em anfíbios; a terceira em aves e a quinta em répteis; e comportava um vasto grupo de povos indígenas com conhecimento tradicional associado ao conhecimento de recursos genéticos. Apesar disto, havia baixo aproveitamento do potencial econômico, social e ambiental da biodiversidade da Amazônia (potencial bioativo, microrganismos, plantas superiores etc.). A indústria de medicamentos de sintetização de extratos de flora e ingredientes ativos dominava apenas entre 5-15% de um total de 250.000 espécies de plantas superiores (Brasil 2009).

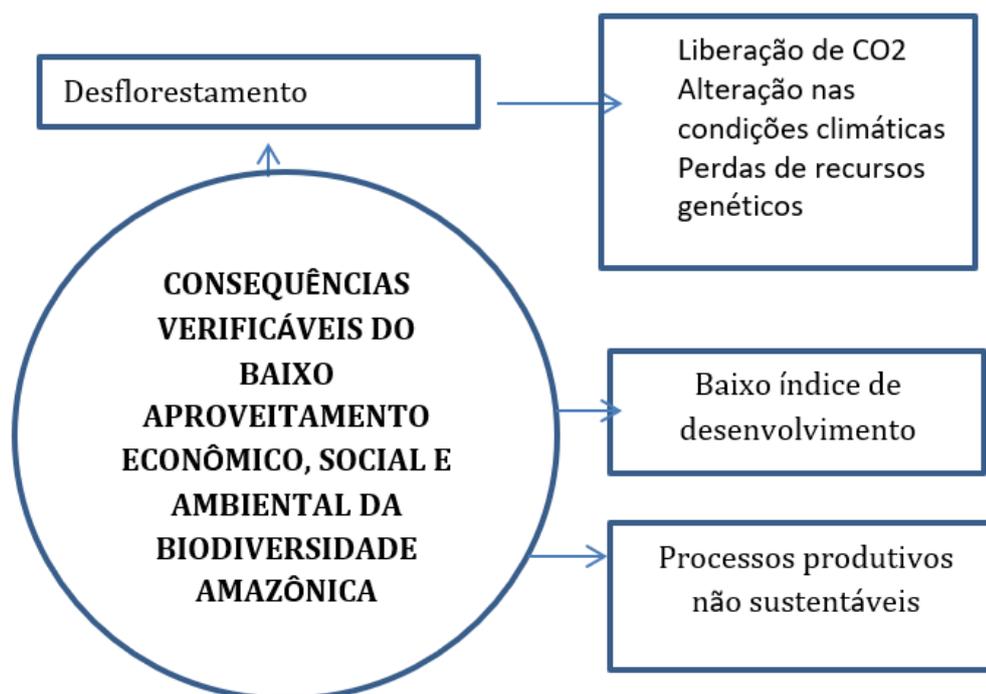
Entre os fatores que aumentavam a preocupação governamental neste período citava-se a questão do conhecimento insuficiente da biodiversidade por parte de pesquisadores e baixa conectividade entre ciência e governo sobre o bioma amazônico. As figuras 1 e 2 a seguir demonstram este entendimento.



Fonte: Brasil (2009, p. 26). Adaptação do autor.

Quanto às consequências de não interferência no processo atual do bioma amazônico, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) identificou as seguintes características:

Figura 2 – Consequências verificáveis



Fonte: Brasil (2009, p. 26). Adaptação do autor.

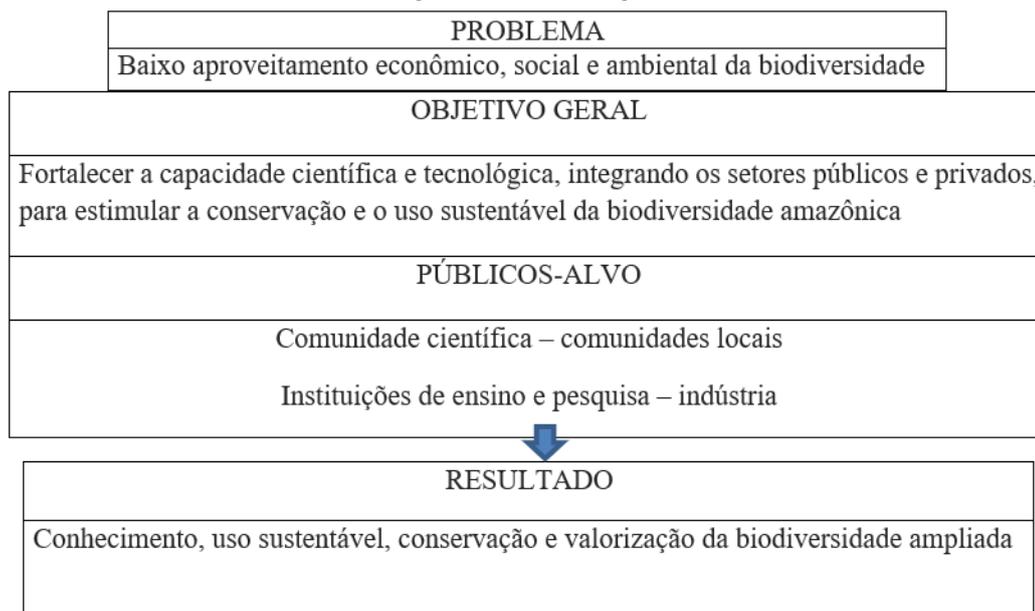
As duas figuras listadas anteriormente indicam que a baixa conectividade da ciência com o governo brasileiro, sobretudo ao bioma amazônico, aliada ao conhecimento insuficiente da biodiversidade, à captação científica e tecnológica e à ausência de marcos legais de acesso à biodiversidade, no mínimo levariam a perdas consideráveis dos recursos genéticos existentes no bioma amazônico e, conseqüentemente, ao baixo índice de desenvolvimento humano.

Em relação ao Amapá havia poucos dados geológicos, fitogeográficos e zoogeográficos disponíveis. Além disto, não havia um quadro permanente de pesquisadores nos diferentes ramos do conhecimento. Os poucos estudos que antecederam a virada do milênio eram os disponibilizados pelo Museu de História Natural Joaquim Caetano da Silva, pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (INPA) (Chagas, 2008, p. 49-50).

O MCT já havia detectado também que o potencial da Amazônia em termos de biodiversidade não tinha, até então, sido aproveitado a contento. Diante disto, foi elaborado um

modelo lógico que identificava claramente como propunha lidar com esta demanda. A figura a seguir demonstra, teoricamente, o problema detectado, o objetivo geral, o público-alvo a ser atingido ou atendido com as novas propostas, bem como o que se esperava em termos de resultados.

Figura 3 – Modelo lógico



Fonte: Brasil (2009, p. 25). Adaptado pelo autor.

Outro elemento que gerou reflexão foi o valor embutido nos serviços ambientais prestados pela biodiversidade, tais como: polinização, dispersão de sementes, distribuição de chuvas, sequestro de carbono, manutenção de processos ecológicos e proteção aos solos e às bacias. Esta valoração atribuída a bens e serviços ambientais tinha um potencial econômico maior quando comparado ao extrativismo madeireiro.

Sobre o valor embutido, Porto e Doff Sotta (2011) concordam que, ao longo das últimas décadas, os países amazônicos têm reduzido sua cobertura tropical, o que tem gerado impacto na biodiversidade e redução da oferta dos serviços ambientais e que estes serviços, apesar de serem importantes, não têm sido valorizados ou, no máximo, são subvalorizados, quando se observam as políticas de desenvolvimento montadas para a região. Concluem que este cenário precisa mudar para produzir efeitos na dinâmica das economias local e global. O texto a seguir apresenta o argumento dos autores:

A perda da cobertura florestal dos países tropicais, nas últimas décadas, tem causado um grande impacto sobre a biodiversidade e a integridade ecológica dos ecossistemas

e conseqüentemente uma redução da oferta de seus serviços ambientais. Apesar de sua grande importância na vida das populações, as funções destes serviços na vida de todos os seres vivos são subvaloradas na criação de políticas de desenvolvimento. Para mudar o cenário atual será necessário dar o devido valor a estas florestas, não somente pelo papel na mitigação dos efeitos negativos da mudança climática, mas também pelos efeitos na economia local e global, com a produção e comercialização de seus produtos sob parâmetros de sustentabilidade e valoração dos serviços ambientais fornecidos por estas. (Porto; Doffsotta, 2011, p. 20)

O Amapá é um estado de grande percentual de unidades de conservação, passou a ser beneficiado com a repartição dos recursos financeiros pelos serviços ambientais prestados pelas áreas preservadas que possuía. Estes benefícios foram possíveis após a aprovação do projeto do senador José Sarney, de 2004, sobre o corredor da biodiversidade. “Isso não deixa de ser uma estratégia de pagamento pelos serviços ambientais prestados pelas áreas protegidas do Amapá” (Chagas, 2008).

A tabela a seguir mostra o potencial econômico da Amazônia e a valoração por ha/ano dos serviços ambientais, quando comparados com o extrativismo madeireiro.

Tabela 1 – Potencial econômico da Amazônia Biológica e a valoração dos serviços ambientais

ATIVIDADE	VALOR (US\$/ha/ano)
Extrativismo madeireiro	28,5
Extrativismo não madeireiro	0,2 – 0,5
Ecoturismo	3 -90
Estoque de carbono	18- 75
Bioprospecção (royalties)	21 -90
Valor de existência (não uso)	0,3 – 31,0 (Valor hipotético que outros países pagariam pela preservação)

Fonte: Brasil (2009, p. 6). Adaptado pelo autor.

Os dados indicam que somente o valor atribuído ao extrativismo não madeireiro, ao ecoturismo, ao estoque de carbono do bioma amazônico, ou ainda o valor de existência (a preservação da Amazônia) eram suficientes para sobrepujar o valor do extrativismo madeireiro, que até então era o motor econômico da Amazônia. Assim, havia a necessidade inadiável de mudar o rumo do Brasil em termos de pesquisa no bioma amazônico e assim torná-lo competitivo em nível mundial.

Para promover o aproveitamento econômico da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável da região Amazônica havia necessidade de unir forças através de

programas integrados que envolvessem governos, ciência e tecnologia e empresas privadas. Os textos a seguir esclarecem este entendimento:

Para o avanço do aproveitamento dos recursos genéticos existentes na Amazônia, a prospecção e a biotecnologia são necessárias, mas não suficientes. Para tal há necessidade premente de um laço eficaz entre governo, ciência e indústria com investimento público como facilitador e estimulador do investimento privado, empresas bem capitalizadas, políticas públicas e regras regulatórias claras, infraestrutura da Ciência e Tecnologia modernizada e capacitação e fortalecimento dos recursos humanos. (Brasil, 2009, p. 6)

A interação de instituições com competências complementares possibilitará uma cooperação utilizada entre biólogos moleculares, botânicos ecologistas de modo a permitir que o manejo da biodiversidade seja feito sem degradação de qualquer natureza, constituindo-se essa proposta em uma oportunidade única para o desenho de programas com recursos naturais que atendam as expectativas sociais, econômicas, ecológicas e culturais para gerações presentes e futuras. (Brasil, 2009, p. 8)

Ao identificar a Amazônia como área de reconhecida riqueza natural de extensão territorial geográfica de 5,4 milhões de Km², com a maior biodiversidade do planeta, no quesito plantas, peixes de água doce e mamíferos, e ainda comportando um vasto grupo de povos indígenas com conhecimento tradicional associado ao conhecimento de recursos genéticos (Brasil 2009, p3), o governo brasileiro, por meio do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), sugeriu a criação de um centro de convergência denominado de Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica (CFBBA).

5.2 A PROPOSTA E A CRIAÇÃO DO CFBBA

A questão da riqueza da biodiversidade da Amazônia, aliada à demanda mundial por compostos bioativos de fontes naturais, e os desafios da saúde humana no novo milênio levaram o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) a fundamentar o projeto que viesse a suprir as demandas das indústrias, dos problemas mundiais de saúde humana (fome, doenças, expectativa de vida, desnutrição etc.) e, ao mesmo tempo, contribuísse para retardar a destruição acelerada do bioma amazônico, através do uso sustentável dos recursos naturais existentes. A proposta do MCT incluía inicialmente a criação de duas instituições públicas que possibilitassem uma integração entre a competência científica do Brasil e da França. Os textos a seguir indicam a relevância destas duas instituições:

O Núcleo Integrado da Biodiversidade Amazônia - NIBA e o Centro Franco-Brasileiro de Biodiversidade Amazônia – CFBBA têm que considerar o contexto

mundial e se constituir como um instrumento relevante para reduzir os desafios mundiais da saúde humana. A implantação do NIBA e do CFBBA vai ao encontro dos esportes brasileiros de aproveitamento da biodiversidade nacional para a produção de medicamentos, em consonância com a política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos da política do desenvolvimento da biotecnologia, que estabeleceu, como diretriz geral para área setorial da saúde humana, o estímulo à produção Nacional de produtos estratégicos, fazendo com que a bioindústria brasileira caminhe na direção de novos patamares de competitividade, com potencial para expandir suas exportações e estimular novas demandas por produtos e processos inovadores [...]. A proposta de um Núcleo Integrado e do Centro Franco Brasileiro na Amazônia é uma iniciativa de grande Impacto potencial para região na medida em que possibilitará uma integração entre a competência científica do Brasil e da França, com histórico conhecimento acumulado pelos brasileiros na região, aliado ao avançado desenvolvimento científico observado no Brasil nas últimas décadas. Essas iniciativas [...] possibilitará o acesso a biodiversidade [...] e possibilitará ao Brasil acesso a longa experiência da França nas ciências da vida e no mercado mundial de fármacos, para que se possa avaliar o valor econômico efetivo da biodiversidade brasileira. (Brasil, 2009, p. 9)

Em entrevista conduzida por este pesquisador, o Dr. José Tavares, Reitor da UNIFAP — que, na época, participou das tratativas deste consórcio — afirmou que:

[...] a ideia do CFBBA surgiu a partir da necessidade da discussão sobre a valorização da biodiversidade da Amazônia. A Andifes — órgão que representa todas as universidades brasileiras — encabeçava essa discussão. Sarkozy, presidente francês, tinha interesse em fortalecer essa relação norte do Brasil com a Guiana Francesa — território ultramarino da França —, juntamente com o governo Lula. Com isso, surgiu o CFBBA, que funcionou virtualmente dentro de um contexto de pensar na estruturação na área da pesquisa e do ensino e nas relações entre o Brasil e a França.

O estabelecimento do NIBA e do CFBBA proporcionaria espaços de convergência para o debate e o exercício da sustentabilidade e da biodiversidade, ou como principal catalizador das ações científicas, cujos resultados viriam a influenciar positivamente o contexto internacional e, ao mesmo tempo, promover iniciativas de bioprospecção, sob regras claras que coibissem a biopirataria na Amazônia e em outras regiões ricas em biodiversidade no mundo afora.

O texto a seguir indica as vantagens do estabelecimento destes dois institutos e indica o CFBBA como principal ponto de convergência e catalizador das ações que contribuiriam para acelerar a geração de conhecimentos sobre a biodiversidade da Amazônia.

Há muitas vantagens no estabelecimento do consórcio institucional citado. A primeira é fazer convergir à competência de centros de excelência que poderão contribuir à distância para projetos multitemáticos, o que seria inviável se a estratégia fosse reunir todas as competências em um grande centro. Em consórcio, nossas instituições, em cooperação com instituições francesas, terão a capacidade de realizar pesquisa de fronteira, fazendo uso da melhor ciência mundial para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, através de produtos de grande valor agregado, identificados e caracterizados na sua biodiversidade. Este consórcio se agruparia tendo Centro

Franco-Brasileiro como principal catalisador das ações e veículo para internalização da experiência e competência científica da França, de modo a constituir um grande Polo de porte mundial nesse tema, com custo relativamente baixo. Este complexo institucional aceleraria a geração de conhecimento sobre a biodiversidade da Amazônia de modo a promover seu desenvolvimento antes que este bioma se degrade ainda mais. (Brasil, 2009, p. 10)

Em 2009 foi criado o Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica (CFBBA) (publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 08 de janeiro de 2009, protocolo adicional de cooperação técnica e científica entre o governo da República do Brasil e o governo da República Francesa). O protocolo cita a importância ecológica, social e econômica da biodiversidade amazônica, bem como as oportunidades que o conhecimento científico e tecnológico poderia proporcionar ao desenvolvimento sustentável. Ademais, cita a necessidade de ampliar a base do conhecimento científico-tecnológico na área da biodiversidade, bem como a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos e o desenvolvimento regional nos países representados na fronteira — Brasil e França (Brasil, 2009, p. 13).

Uma vez instalado, o CFBBA deveria, entre outras atribuições: a) promover e fortalecer a capacidade científica e tecnológica em ambos os países, por meio de intercâmbio e transferência dos conhecimentos científicos e tecnológicos; b) elaborar e executar projetos conjuntos de pesquisas científicas voltados para a geração de conhecimentos, produtos e processos de interesse ambiental, econômico e social para ambos os países; e c) elaborar estudos operacionais que promovam a integração dos setores públicos e privados para o uso sustentável da biodiversidade, da geração de empregos e da produção de produtos oriundos da biodiversidade.

Na prática, o CFBBA deveria: a) organizar cursos para formação de recursos humanos e capacitá-los; b) buscar cooperação com empresas privadas para fomentar projetos de pesquisa científica e tecnológica; c) intercambiar o conhecimento, com base em temas da biodiversidade; e d) promover eventos científicos e tecnológicos, tendo como base o desenvolvimento sustentável.

O CFBBA teria duas estruturas: uma no lado brasileiro e outra no lado francês. O lado brasileiro seria formado por várias instituições já existentes e outras que seriam criadas para produzir ciência. Todas estas bases de pesquisas estariam em torno de um núcleo integrador denominado Núcleo Integrado da Biodiversidade Amazônica (NIBA), localizado no Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA). Este núcleo, além de integrar, fortaleceria as instituições de ensino e de pesquisas científicas da Amazônia já existentes em Manaus, Belém e Macapá. Entre as instituições que comporiam o CFBBA com

suas bases/estações, o documento destaca: o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), a Universidade Estadual do Amapá (UEAP), o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (Figura 4).

Figura 4 – Instituições científicas existentes na Amazônia



Fonte: Brasil (2009, p. 15).

As instituições que comporiam o CFBBA com suas estações científicas já existentes no Amapá eram as do Oiapoque, da Serra do Navio, Laranjal do Jari e a estação Parazinho no arquipélago do Bailique.¹⁴ Além destas estações, comporia ainda o CFBBA uma nova estação a ser estruturada no Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque (PNMT), com alojamento, laboratório, triagem de materiais e primeiras análises e resgate. Ali, no PNMT, se

¹⁴ O autor e três pesquisadores franceses conheceram esta estação situada na Reserva Biológica do Parazinho, no arquipélago do Bailique, em 2005, durante excursão com alunos do ensino fundamental da Escola Bosque do Amapá. A estação, na época, era administrada por único servidor que tinha, entre as funções, registrar o período dos mares e mudanças climáticas, garantir a manutenção das populações de quelônios e inibir presença de invasores em busca de captura de camarões. A reserva biológica do Parazinho no arquipélago do Bailique possui área de 111,31 ha e foi criada pelo Decreto 005 de 21/01/1985. Disponível em: <http://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/808>. Acesso em: 18 abr. 2023.

pensava também uma estrutura para acesso ao dossel da floresta e fortalecimento da capacidade de pesquisa dos pesquisadores. A Figura 5 confirma as informações.

Figura 5 – Instituições que comporiam o CFBBA com suas estações científicas



Fonte: Brasil (2009, p. 15).

As Figuras 4 e 5 acima indicam que o CFBBA seria o resultado do fortalecimento e da integração das instituições (já existentes) de ensino, pesquisa e gestão da biodiversidade no eixo Manaus, Belém e Macapá, que integralizadas em formato de consórcio comporiam o NIBA, cuja estrutura física teria como ponto focal o IEPA (secretaria executiva) em Macapá. As estações experimentais existentes em Oiapoque, Bailique, Laranjal do Jari e a base a ser estruturada no Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque (PNMT) estariam vinculadas ao Núcleo Integrador da Biodiversidade Amazônica (NIBA).

Um fato importante a ser destacado em relação ao CFBBA é que, a princípio, não teria instalação física. As atividades aconteceriam totalmente de forma virtual, o que foi confirmado em entrevista com o reitor Dr. José Tavares da UNIFAP, instituição que participou das tratativas no MCT para discutir o projeto no período. Posteriormente seria criada estrutura física na região do então recém-criado Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Sousa (2010) descreve este fato a seguir:

Foi assinado o Protocolo de Cooperação entre o Governo do Brasil e da França para o Desenvolvimento Sustentável do Bioma Amazônico; lembrando o compartilhamento de interesses amazônicos na fronteira entre a Guiana Francesa e o Estado do Amapá. Criou-se o Centro Franco-Brasileiro de Biodiversidade Amazônica (CFBBA), que não terá estrutura física, atuando de forma virtual, com suas atividades

coordenadas por um conselho binacional e um comitê científico formado por membros dos dois países, que se utilizarão da infraestrutura de pesquisa científico-tecnológica em biodiversidade das duas partes para desenvolver suas atividades conforme a demanda e as prioridades estabelecidas [...]. Um dos locais cogitados para o estabelecimento físico da sede do Centro Franco-Brasileiro de Biodiversidade da Amazônica - CFBBA é o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, considerado a maior unidade de conservação de floresta tropical do mundo. Situado no Estado do Amapá, com uma pequena porção no Estado do Pará, o parque tem área de 3,8 milhões de hectares e faz fronteira com as florestas da Guiana Francesa. (Sousa, 2010, p. 39)

Em relação às instituições superiores existentes na Amazônia (UNIFAP, UEAP, UFAM, UFPA), o documento indica que, com a efetiva execução do projeto, todas seriam fortalecidas porque estariam ancoradas pelo programa de pesquisa em biodiversidade de instituições como: Embrapa, IEPA etc. O texto a seguir apresenta a informação completa:

A base da estrutura do NIBA será estabelecida pela integração das instituições de pesquisa INPA – CBA – FICRUZ – MPEG - IEC, ancorados pelo programa de pesquisa em biodiversidade – PPBio, pela rede de biodiversidade e biotecnologia da Amazônia Legal – rede Bionorte, pela rede nacional de pesquisa – RNP e pelo programa nacional de plantas medicinais e fitoterápicos – PNPMPF. Essa estrutura fortalecerá e apoiará os programas de graduação e pós-graduação da UNIFAP, UEAP, UFPA, UFAM de forma integrada. (Brasil, 2009, p. 18)

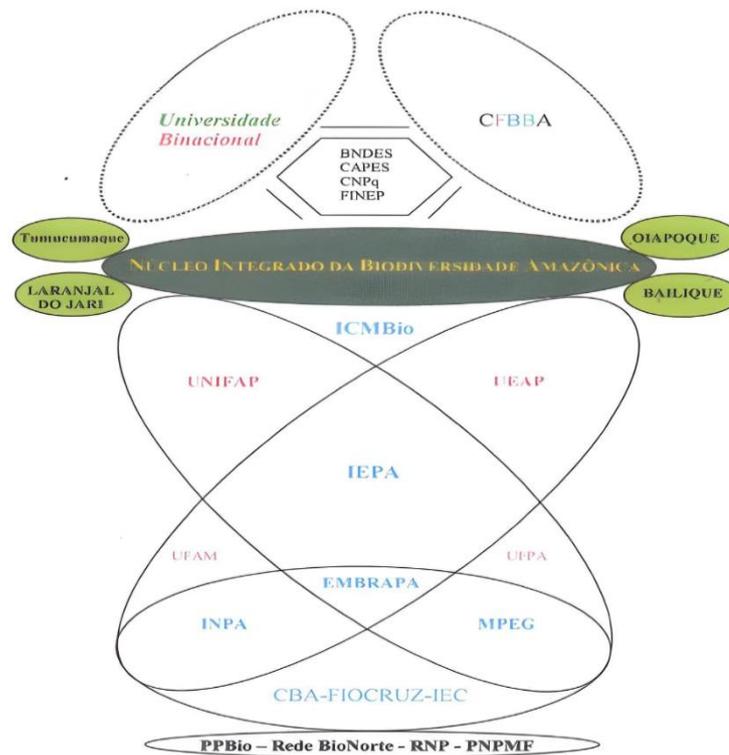
O NIBA, que sustentaria as atividades do CFBBA, teria suas atividades coordenadas por um modelo de consórcio de instituições nacionais que participariam como associadas; em consonância com o comitê científico nacional institucionaria as linhas de pesquisas, o uso das bases e a gestão dos recursos como garantia da execução dos objetivos do novo núcleo. Segundo o texto do documento, as bases de pesquisas por meio de consórcio de instituições já haviam sido usadas com relevante sucesso no país da Costa Rica. O texto abaixo esclarece melhor tal entendimento:

As atividades do NIBA deverão ser coordenadas por um consórcio de instituições nacionais que participaram como associadas, com fatores e formas de contribuição definidas em Regimento. O consórcio contará com um comitê coordenador com alternância de assentos se o número de instituições parceiras se tornar elevado, e uma secretaria executiva que deverá ficar a cargo do IEPA. O consórcio, em consonância com o comitê científico nacional, implementará as linhas de pesquisa, coordenará o uso das bases pelos diversos parceiros e outras instituições, viabilizará e fará a gestão dos recursos para garantir a consecução dos objetivos do NIBA, incluindo a manutenção das estações científicas. A coordenação e utilização de bases de pesquisa por meio de consórcio de instituições interessadas é uma experiência sucedida na Costa Rica, que conta com um conjunto de estações coordenadas desta forma pela ‘organization for tropical studies’ (OTS), desde a década de 1960 (Brasil, 2009, p. 23).

5.3 A UNIVERSIDADE BINACIONAL

O Projeto Binacional discutido e elaborado pelo MCT incluía uma Universidade Binacional a ser criada em ambos os países. Estas instituições comporiam o projeto consórcio, e inicialmente não ficou definida uma estrutura física própria, se na fronteira ou não. O documento cita o seguinte texto sobre este assunto: “[...] a Universidade Binacional terá a UNIFAP, situada em Macapá, como instituição principal, com atuação nas estações experimentais de Oiapoque e Laranjal do Jari” (Brasil 2009, p. 18). O desenho da integração das instituições pensada para este projeto está apresentado a seguir.

Esquema 1 – A Universidade Binacional



Fonte: Brasil (2009, p. 19).

Nesta imagem, a Universidade Binacional (ainda a ser criada) teria como função interagir com o CFBBA na produção de conhecimento e intercambiar informações sobre a biodiversidade, ambas subvencionadas pelas instituições CAPES, BNDES, CNPq e FINEP. Em

entrevista¹⁵, o Dr. José Tavares indica que a ideia de uma universidade na fronteira do Oiapoque fazia parte do organograma maior do CFBBA e entre os vários objetivos visava à valorização da pesquisa:

[...] era uma proposta muito bem estabelecida e viabilizava a realização de estudos e projetos de pesquisa dentro do contexto da biodiversidade e do ecossistema amazônico da fronteira, valorizando os parques de conservação do Brasil, como Tumucumaque; estabelecia uma integração estreita com a Guiana Francesa dentro do contexto da valorização da pesquisa com todas as áreas, como a ecologia, biologia e todos os outros sistemas sociais, e ainda estabelecia a valorização dos conhecimentos da população tradicional. Penso que este fato de uma Universidade Binacional funcionou do lado da Guiana Francesa porque lá só existia um campus ligado a Martinica e Guadalupe, e foi criada a Universidade da Guiana Francesa, que está trabalhando muito no contexto da área social com alguns cursos e implantando alguns programas de pós-graduação na vertente da ecologia social e outros temas de fronteira.

A proposta de implantação do NIBA e do CFBBA, para gerenciar a biodiversidade na Amazônia e a implantação da Universidade Binacional, foi apresentada pelo Ministério de Minas e Energia (MCT) como pré-projeto em reunião realizada em 17 de maio de 2009, no Ministério das Relações Exteriores (MRE). Com o objetivo de colher manifestações sobre o projeto citado, foi agendada uma segunda reunião, datada de 02 de junho de 2009, realizada no MCT. Nesta nova reunião é citada a participação de outras seis (6) instituições governamentais como: Ministério da Educação (MEC), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Instituto Brasileiro da Amazônia (IBAMA), Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBIO), Governo do Amapá e UNIFAP. Nesta reunião foi levantada a possibilidade de valorizar as instituições técnico-científicas já existentes no Amapá, através do apoio das instituições já consolidadas na Amazônia, para que as instituições técnico-científicas locais tivessem estrutura para produzir pesquisas profissionais de alto nível, capazes de cooperar em condições favoráveis com a já existente na Guiana. O texto a seguir descreve este momento:

Nessa reunião foi discutida a importância do fortalecimento das instituições técnico-científicas localizadas no Amapá, com o apoio de entidades consolidadas envolvidas com os estudos e pesquisas da biodiversidade amazônica, para que se instituisse na região fronteiriça uma estrutura de pesquisa científica e de formação profissional de alto nível, capaz de cooperar em condições favoráveis com a estrutura existente na Guiana. Diante disso, solicitou-se que fosse apresentada pela UNIFAP e Governo do Amapá uma previsão orçamentária necessária para esse objetivo. No processo de elaboração dessa proposta ocorreram algumas reuniões com os parceiros locais

¹⁵ As entrevistas foram conduzidas por este pesquisador junto aos gestores que tiveram atuação durante o processo de pactuação, montagem e implantação do campus Binacional. Optou-se por referir-se a estes autores somente quando for necessário esclarecer algum tópico do assunto em discurso.

(SETEC, IEPA, EMBRAPA e UEAP) na tentativa de uma maior integração entre as diversas proposições. (UNIFAP, 2011, p. 9)

Em suas alegações, a UNIFAP considerou a importância do pré-projeto, apresentado e montado pelo MCT, como integralizador de importantes institutos amazônicos, contratação de pessoal e da criação de novas estruturas de pesquisas. No entanto, alegou que o projeto em si fragilizava a UNIFAP e delegava a ela apenas o papel de ofertar cursos de graduação, sem considerar o quadro de pesquisadores existentes. O texto a seguir demonstra a contestação:

O pré-projeto elaborado pelo MCT, se de um lado incorporava atores importantes como os seus institutos (INPA, MPEG) apresentando propostas para o seu fortalecimento através de contratação de pessoal e criação de infraestrutura de pesquisa, de outro lado pouco considerava as instituições localizadas na área de fronteira franco-brasileira, como, por exemplo, fixando para a Universidade Federal do Amapá a responsabilidade apenas pelos cursos de graduação, desconsiderando a competência de seu quadro de pesquisadores, bem como o fundamental e incontestável imbricamento entre pesquisa, ensino e extensão. (UNIFAP, 2011, p. 9)

A partir de então, a ideia de implantar o Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade não avançou. Não há referência disponível sobre o que realmente aconteceu. Em entrevista, o reitor da UNIFAP da época das tratativas afirma que o CFBBA funcionou virtualmente apenas na formatação dos objetivos e na organização das instituições que comporiam o consórcio, mas não avançou como esperado.

Também não há dados e nem elementos que tratem sobre a Universidade Binacional a ser criada e implantada na fronteira do lado brasileiro. No entanto, no lado francês, segundo informações de José Tavares, em entrevista concedida em 11 de agosto de 2023, funcionou:

[...] uma Universidade Binacional funcionou do lado da Guiana Francesa porque lá só existia um campus ligado a Martinica e Guadalupe e foi criada a Universidade da Guiana Francesa que está trabalhando muito no contexto da área social com alguns cursos e implantando alguns programas de pós-graduação na vertente da ecologia social e outros temas de fronteira.

A expectativa de criar uma Universidade na fronteira, como frisado pelo presidente Lula, recaía sobre o território do Oiapoque. No entanto, passou-se mais de uma década e os benefícios de uma Universidade Federal no território do Oiapoque ainda não eram percebidos pela população. O capítulo a seguir vai tratar sobre como o governo brasileiro e a UNIFAP lidaram com esta expectativa.

6 A POLÍTICA DE EXPANSÃO DE CAMPI — REUNI, CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS BINACIONAL DO OIAPOQUE

6.1 A POLÍTICA DE EXPANSÃO DE CAMPI – REUNI

Acreditava-se que, em razão do não avanço das propostas de implantação do CFBBA e da Universidade Binacional na fronteira entre o Brasil e a França e da finalização do mandato do presidente Lula, forças políticas haviam direcionado o ambicioso projeto fronteiriço de pesquisa para a criação de um campus de graduação superior, visando preencher a lacuna existente em nível universitário federal na Região Amazônica e, ao mesmo tempo, estimular pesquisa sobre a biodiversidade.

Entretanto, as entrevistas realizadas com os gestores da época apontaram que não se tratava de um redirecionamento do governo brasileiro e nem um desdobramento do projeto CFBBA e da Universidade Binacional. Segundo o professor José Tavares, reitor da época das tratativas sobre o CFBBA, um outro programa federal estava disponível para as universidades federais. Tratava-se de um programa de expansão das universidades para a implantação de campi.

Na entrevista realizada no dia 11 de agosto de 2023 com José Tavares, se perguntou se o termo de pactuação entre a UNIFAP e o Governo federal para a criação de um campus era um redirecionamento ou um desdobramento do projeto do CFBBA. A resposta foi a seguinte:

Não tem nada disso. Ao mesmo tempo que se estava cogitando a questão da instalação do CFBBA, que foi implantado virtualmente e funcionou dentro do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT – por algum tempo virtualmente, houve um programa do Ministério da Educação de Expansão de Campi. Assim, a Unifap não poderia ficar esperando que saísse algo de concreto em relação à Universidade Binacional, que era algo muito mais complexo, e perder a oportunidade de haver investimentos e reconhecimento para o próprio campus norte do Oiapoque, que ainda não era reconhecido pelo MEC. Quando foi lançado o programa de novos campi, a Unifap conseguiu introduzir, também, a ideia do Campus Binacional do Oiapoque. Então, na verdade, foi uma questão de não perder oportunidade de investimentos no Oiapoque e não “mudar” de ideia em detrimento do CFBBA, que, na verdade, não foi para frente, funcionou virtualmente e era uma questão muito mais ampla e complexa que envolvia outros ministérios, além do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT, como o ministério do exterior -Me e ministério da educação – MEC. Na verdade, foi um aproveitamento de oportunidades, isso sim. Não houve nada de deixar ou participar do CFBBA para pactuar a implantação de um campus. A implantação de um campus foi a oportunidade da Unifap de participar dentro do programa de expansão de campi e assim consolidar campus o Oiapoque.

A criação de campi no Brasil era um programa de estímulo às universidades de expansão. Saldanha (2020) aponta que a política de expansão das universidades brasileiras deu-se por conta de ações políticas ocorridas no início do século XXI e que a política pública voltada para a integração internacional e regionalizada, tendo a educação como vetor, deu-se a partir de 2003, quando o governo brasileiro criou 14 novas universidades, sendo três delas criadas com foco na integração e cooperação internacional.

Este contexto de política pública para a integração internacional e regionalizada para a educação deu-se por um movimento do governo brasileiro a partir de 2003, quando tomou a decisão política de criar Universidades Federais, foram 14 no total. Desse universo, três foram criadas com foco na integração regional e cooperação internacional de países do continente latino-americano, caribe e países luso-falantes, principalmente os africanos. São elas: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB); Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA) e Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). (Saldanha, 2020, p. 69)

Além das 14 universidades criadas havia interesse em criar uma universidade federal que integrasse a Amazônia, estabelecida no município de Santarém (Pará), cujo nome inicial seria Universidade Federal da Integração da Amazônia (UNIAM). Porém, ajustes políticos não permitiram que a proposta avançasse e em seu lugar criou-se a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), que na prática foi a fusão de outros campi já existentes no estado, tornando-se mais um “símbolo da consolidação da interiorização da educação superior no Estado do Pará do que um instrumento a serviço da integração e cooperação regional amazônica” (Saldanha, 2020, p. 69).

Assim, na época restou ao estado do Amapá como a última alternativa para se criar, na Região Amazônica, uma estrutura universitária com o objetivo de fortalecimento e integração regional. Após discussões em Macapá e em Brasília foi assinada a intenção de incluir no plano de ação franco-brasileiro a criação do Campus Binacional como um esforço e um fruto da declaração conjunta dos presidentes da França e do Brasil. A minuta do projeto Campus Binacional — Oiapoque —, nas considerações iniciais, resume este momento:

O desafio da criação do Campus Binacional – Oiapoque veio a partir de um discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em visita ao Estado do Amapá em que apontou a possibilidade de se criar uma universidade na fronteira entre Oiapoque – Amapá e Guiana Francesa-França. A ideia foi bastante discutida pelas instituições científicas no Amapá e em Brasília, quanto a sua formatação, no final de 2007 e início de 2008, sendo citada no plano de ação franco-brasileiro, na declaração conjunta do presidente da república francesa, Nicolas Sarkozy e, do então presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, assinado em Saint George, fronteira com o município de Oiapoque/AP, em 12 de fevereiro de 2008. (UNIFAP, 2011, p. 8)

Inicialmente, o plano do governo brasileiro era propor a criação de um centro de estudos e pesquisas avançadas sobre biodiversidade na cidade de Oiapoque, cujo objetivo seria viabilizar a cooperação universitária e científica pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia, tendo o apoio da UNIFAP e outras instituições. Em 2009 esta intenção foi ratificada através do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica, firmado entre os dois governos, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 08 de janeiro de 2009, que instituiu o Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica.

Quatro meses depois, em 02 de junho de 2009, a direção da UNIFAP apresentou um manifesto sobre o tema da criação do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica no Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), quando se posiciona contrário ao projeto de intenções da criação do referido centro e se posiciona a favor do fortalecimento das instituições técnico-científicas localizadas no Amapá — no caso, a própria UNIFAP, que ficaria responsável por criar um campus universitário na região de Oiapoque. Segundo o manifesto entregue ao MCT, seria mais vantajoso e louvável realizar os investimentos na própria UNIFAP, que assim expandiria sua influência para a fronteira setentrional, do que abrir um Centro Franco-Brasileiro de Biodiversidade Amazônico.

Diante deste manifesto, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Superior (SESU), convocou o então reitor da UNIFAP (em caráter de urgência), ao final de 2010, para assinatura de um termo de pactuação, que não mais resultaria em um centro com estrutura física alocada envolvendo todas as instituições, mas sim em um campus em Oiapoque (AP), contemplando o projeto de se caracterizar binacional.

Em síntese, o território do Oiapoque deixaria (a princípio) de receber um Centro Franco-Brasileiro de Estudos e Pesquisas da Biodiversidade com recursos próprios e, portanto, independente, com capacidade de ser um elemento integralizador nacional e internacional e uma universidade autônoma na fronteira, para se tornar um espaço alocador para um campus universitário denominado binacional, tutelado pela UNIFAP.

6.2 DA PACTUAÇÃO, DA FORMATAÇÃO, DA CRIAÇÃO E DA IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS BINACIONAL DO OIAPOQUE

6.2.1 Termo de pactuação para implantação de um campus universitário na fronteira¹⁶

Com a assinatura do termo de pactuação em referência ao Campus Binacional em 23 de novembro de 2010, a UNIFAP se comprometeu em priorizar cursos de graduação, cujo perfil atendesse ao caráter da interdisciplinaridade e da sustentabilidade socioambiental, em atenção às necessidades da fronteira e da Amazônia. Na proposta inicial foram indicados nove cursos de graduação com abertura de 850 vagas/ano e para 2.200 quando a universidade atingisse sua plena implantação.

Ainda na pactuação foram garantidos 263 códigos de vagas para contratação de docentes e técnicos, além de três cargos de direção para a gestão do campus. E recursos orçamentários na ordem de R\$ 58.146,000,00 para investimentos em obras, custeios de equipamentos e assistência estudantil. O Campus Binacional nasceria gigante, tendo em seu pleno funcionamento mais de 2200 discentes matriculados, cerca de 260 docentes e técnicos atuando, e com uma oferta anual de 850 vagas distribuídas em dois eixos principais: saúde e meio ambientes. As tabelas 2 e 3 a seguir apresentam o audacioso projeto.

Tabela 2 – Metas para contratação de pessoal

CONTRATAÇÃO		2010	2011	2012	2013	2014	Total
1	Professores	6	15	30	30	36	117
2	Técnicos administrativos – nível superior	0	15	15	15	21	66
3	Técnicos administrativos – nível médio	2	6	20	20	40	88
TOTAL							271

Fonte: UNIFAP (2011, p. 26).

¹⁶ Os documentos oficiais analisados por este autor apresentam, inicialmente, a nomenclatura “Universidade Binacional”. No entanto, em uma segunda versão da minuta sobre o projeto proposto, a presidente da comissão que analisava a proposta de criação do campus solicita que seja desconsiderada essa nomenclatura e substituída por “Campus Binacional”. Para efeito desta pesquisa, vamos utilizar a nomenclatura da segunda versão, conforme consta nos documentos oficiais e assim evitar confusão quanto às duas nomenclaturas.

Tabela 3 = Metas para infraestrutura e equipamentos

Natureza da despesa	Recursos financeiros		
	2011	Até 2015	Total
Obras e instalações	6.750,000.00	24.930,000.00	31.680.000,00
Equipamentos			9.504.000,00
Assistência estudantil	1.400.000,00	10.018.800,00	11.418.800,00
TOTAL GERAL			58.146,000, 00

Fonte: UNIFAP (2011, p. 26).

Com estes dados em mãos: previsão de nove cursos nos eixos de saúde e meio ambiente, abertura de 850 vagas/ano, 2.200 discentes quando o campus atingisse plena implantação e os recursos para a construção e contratação de pessoal, o reitor da UNIFAP envolveu vários servidores para discutir a proposta do projeto a ser encaminhado ao Ministério da Educação. Foram criados grupos de trabalho (GTs) com representantes das quatro pró-reitorias, de técnicos e representantes do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Amapá (SINDUFAP) e do Sindicato dos Servidores Administrativos da Universidade Federal do Amapá (SINSTAUFAP). As reuniões dos GTs promoveram algumas alterações na proposta original que serão descritas a seguir.

A minuta do Campus Binacional traz em seu bojo quatro pilares da UNIFAP que permitiriam a efetivação e a execução do projeto. São eles: a graduação no Campus Binacional do Oiapoque (estratégias e metas); a pós-graduação e a pesquisa no Campus Binacional do Oiapoque (estratégias e metas); a extensão no Campus Binacional do Oiapoque (estratégias e metas) e a Pró-Reitoria de Administração do Campus Binacional do Oiapoque (estratégias e metas). Nesta pesquisa, a análise se deterá somente no primeiro pilar, o da graduação.

Em relação aos cursos para o Campus Binacional, o texto da minuta indica que o grupo de trabalho (GT) optou, na primeira fase, pelos cursos de licenciatura. O objetivo era atender as demandas da realidade local de formação de professores, para impactar, a curto e médio prazo, na qualidade e na quantidade de alunos formados na educação básica. A escolha dos cursos atendeu aos apelos de reunião de audiência pública. A minuta aponta que, nesta audiência no Oiapoque, houve a participação dos representantes de dois pilares da UNIFAP (graduação e administração), o procurador geral e o reitor da época. O texto a seguir detalha o evento:

Esses cursos foram propostos para iniciarem com prioridade nos anos de 2012 e 2013

[...] respondem aos anseios da comunidade que em reunião de audiência Pública requereu licenciaturas para qualificar os jovens justamente para terem maior condições de entrada na universidade, evitando ainda a rotatividade de professores da capital que não se adaptam e deixam as escolas sem professor¹⁷(UNIFAP, 2011. Memorando 01/2012).

O item metas contido na minuta nos dois primeiros anos (2012, 2013) da fase de implantação previa 10 cursos com criação de 400 vagas para o biênio. A Tabela 4 abaixo mostra os cursos e as vagas previstas (UNIFAP, p. 17).

Tabela 4 – Meta de cursos e vagas

Tronco (ou eixo temático)	Cursos	Vagas	Oferta	
1	Licenciatura em Química	40	2012	
2	Exatas	Licenciatura em Física	40	2012
3		Licenciatura em Matemática	40	2012
4		Letras	Letras (francês)	40
5	Letras (Linguística)		40	2012
6	Biológicas	Licenciatura em Ciências Biológicas	40	2012
7		Bacharelado em Ciências Biológicas	40	2012
8	Sociais e Humanas	Licenciatura em História	40	2013
9		Licenciatura em Geografia	40	2013
10		Bacharelado em Turismo	40	2013
Total: cursos e vagas		10 cursos	400/vagas	

Fonte: UNIFAP (2011, p. 14-15).

Para os anos subsequentes, a minuta previa:

- ✓ Para o triênio 2014-2016, a implantação de 03 (três) cursos de bacharelado.
- ✓ Para o triênio 2017-2019, a implantação de 03 (três) cursos de bacharelado.
- ✓ Para o triênio 2020-2022, a implantação de 02 (dois) cursos de bacharelado.

Os novos cursos seriam definidos à medida que o Campus Binacional se fortalecesse em estrutura física, laboratórios, docentes e técnicos para atendimento da demanda além das necessidades do município. Para os anos subsequentes outros cursos seriam implantados: enfermagem, arquitetura e urbanismo, farmácia, direito, engenharia, agronomia

¹⁷ A informação sobre existência de “audiência pública” está ausente na minuta original. Consta somente na minuta permutada, datada do dia 23 de fevereiro de 2012. A minuta substituta está sem numeração.

de pesca e florestal, administração e medicina. A partir da perspectiva do projeto, vislumbrava-se o Oiapoque como uma referência de atração para alunos do estado como um todo e do país, como uma cidade universitária que agregaria alunos do Brasil e da fronteira, que se sentiriam atraídos pelos cursos lá ofertados.

Os dados da minuta indicam nesta fase o GTs, municiado pelas informações da audiência pública ocorrida no Oiapoque, e que foram propostos 10 cursos, com quatro eixos e não mais dois, com abertura de 400 vagas/biênio, e não mais 850/ano, como previsto na pactuação. O texto indica que os cursos escolhidos objetivavam atender às necessidades locais e os anseios da comunidade que, em reunião de audiência pública, requereu licenciaturas para qualificar os jovens. Esta informação é importante para esta pesquisa porque busca-se averiguar se houve participação da comunidade na escolha dos cursos que contribuíssem com a implantação da educação superior no Oiapoque.

A participação popular do Oiapoque em audiência pública foi incluída somente na minuta permutada, datada do dia 23 de fevereiro de 2012, e confirmada pelo pró-reitor de administração, Sr. Seloniel dos Reis, participante deste encontro. Ele atesta em entrevista que a reunião ocorreu com a população do Oiapoque e contou com a presença de professores, pais, comerciantes e soldados do exército brasileiro. Afirma ainda que a reunião ocorreu em uma das escolas do centro da cidade (não soube identificar a escola) e contou com a participação de vários servidores e gestores da UNIFAP:

Eu participei de uma onde o objetivo era ouvir as demandas da comunidade. Não lembro bem em que escola aconteceu. Quais cursos eles tinham interesse que fossem implantados lá. Na reunião, várias pessoas participaram, como os professores, pessoal do exército, pais. Além de mim, o reitor Tavares participou e creio, também, que a Dra. Adelma. Os cursos foram discutidos e a Unifap atendeu à solicitação da comunidade

6.2.1 O processo de escolha dos cursos de graduação

Tendo como base as informações partilhadas pelos participantes na audiência pública no Oiapoque, a definição dos cursos para a oferta foi conduzida pelos Grupos de Trabalho (GTs). A minuta do projeto indica que estes grupos ficaram responsáveis por discutir, aperfeiçoar, montar e apresentar o resultado das discussões. Como resultados foram indicados, inicialmente, 10 cursos de graduação. São eles: História, Geografia, Matemática, Ciências Biológicas (licenciatura e bacharelado), Turismo, Letras (francês e linguística) e Química.

Todos os cursos contidos no projeto apresentavam uma justificativa para a sua escolha. Em sua maioria foram escolhidos para atender: à demanda local e regional pela formação de professores que pudessem atender à carência de formação dos candidatos egressos das escolas do Oiapoque e da região adjacente; cursos para capacitar profissional para atender o público da fronteira, que em sua maioria se comunicava através da língua francesa; e o profissional para entender a riqueza linguística das diferentes etnias indígenas existentes em região de fronteira Brasil e Guiana Francesa.

Além destes, outros dois cursos foram incluídos no projeto original: o curso de Ciências Biológicas, nível bacharelado que propunha aprofundar o conhecimento sobre bioma amazônico e a exploração dos diferentes ecossistemas com trabalho ambiental, políticas públicas e pesquisa básica aplicada; e um curso para a exploração do potencial da Amazônia, através do turismo legal para explorar as peculiaridades do Oiapoque, sobretudo após a recente criação do Parque Montanhas do Tumucumaque.

A Tabela 5 a seguir apresenta as justificativas para a escolha dos cursos.

Tabela 5 – Justificativa para a escolha dos 10 cursos para oferta inicial do projeto Universidade Binacional

	Cursos – Licenciatura	Justificativas
1	Química	O curso se justifica pela necessidade de aumentar e melhorar a formação de professores de Química no Oiapoque, que atenderão a educação básica do município, ao mesmo tempo que poderão trabalhar com pesquisa e extensão juntamente com os cursos afins.
2	Física	O curso se justifica porque há déficit no ensino da física no ensino básico e necessária melhoria da formação de professores no Oiapoque. Além disso, trabalhar com pesquisa e extensão juntamente com os cursos afins.
3	Matemática	O atual quadro docente brasileiro revela um déficit na formação de profissionais dedicados ao ensino da matemática, fazendo-se necessária a implantação imediata do curso nesta região.
4	Letras (francês)	Sua implantação fica inteiramente justificada, por se tratar de uma região fronteira em que há o trânsito de pessoas cuja língua falada é o francês, sendo necessária a formação de profissionais no estudo e no ensino dessa língua.
5	Letras Linguística (com ênfase em línguas indígenas)	Na realidade de fronteira Brasil – Oiapoque e França – Guiana Francesa, há duas línguas oficiais se intercambiando: francês e português. Mas não se pode desconsiderar a riqueza linguística advinda das diversas etnias indígenas e suas línguas diversas. Os

		<p>povos indígenas habitam nos dois territórios de fronteira. Deste modo, um curso em Letras Linguística não poderia deixar de fazer parte de uma universidade como a que se inicia nesta região. Um curso na área de Linguística como ciência da linguagem, como fonte de constituição do homem, se justifica por abrir possibilidade de qualificar pessoas que investiguem e atuem nos estudos sobre as relações entre as diversidades socioculturais e linguísticas (contando com os estudos da Antropologia), tanto das línguas oficiais como das línguas indígenas.</p>
6	Ciências Biológicas	<p>O curso de Ciência Biológica é uma ciência que estuda todas as formas de vida (origem, evolução, estrutura e funcionamento), o curso atenderá uma demanda regional quanto à formação de professores para a Educação Básica.</p>
7	História	<p>Tendo em vista o aumento da população na região do Oiapoque e a conseqüente demanda de formação de professores de História que possam vivenciar os problemas sócio-históricos, tendo vínculos com esta região, é necessário a formação nesta área, com foco também nas pesquisas em áreas afins, como a Arqueologia e a Antropologia, grande potencial da região.</p> <p>Há também uma demanda de professores de todas as áreas nas terras indígenas e o curso de história irá propiciar a esta população uma autonomia quanto aos rumos de sua educação. Neste sentido, a UNIFAP cumprirá a legislação para a educação indígena.</p>
8	Geografia	<p>A necessidade de formação em Geografia se torna semelhante à necessidade de formação em História. Além da formação de professores, existe também a necessidade de reordenamento do espaço físico desta região, que poderá ser pensando por professores pesquisadores em geografia.</p>
	Cursos – Bacharelado	Justificativas
9	Ciências Biológicas	<p>Semelhantemente ao grau licenciatura, o curso de Ciências Biológicas bacharelado é uma ciência que estuda todas as formas de vida (origem, evolução, estrutura e funcionamento), o curso atenderá uma demanda regional quanto à formação de professores para a Educação Básica.</p>
10	Turismo	<p>Faz-se necessário pela necessidade de formar profissionais que possam fomentar, ampliar, estruturar e viabilizar o turismo no Oiapoque e adjacências, contribuindo para a expansão nestes</p>

ramos para o estado do Amapá.

Fonte: UNIFAP (2011, p. 17-19). Adaptado pelo autor.

Nesta fase do projeto, os cursos pensados buscavam atender, em sua maioria, à demanda local e adjacente, tendo como base os anseios da população definida em audiência pública. Entretanto, não está claro no projeto o parâmetro usado que refere uma pesquisa de campo quanto ao quantitativo de cursos e ao quantitativo de vagas por curso que pudesse, mais adiante, contribuir para a análise e a aprovação por parte da Câmara de Ensino (órgão vinculado à Prograd e responsável pela análise da viabilidade pedagógica dos cursos). O fato é que, com a definição destes cursos, buscava-se tornar o Oiapoque um lugar de atratividade.

Sobre este assunto de novos cursos e vagas, o regimento geral da UNIFAP, em seu artigo 62, indica que havia um departamento responsável por subsidiar a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), em relação à criação de novos cursos. Certamente, os técnicos que sugeriram os novos cursos tiveram acesso a esta informação contida no regimento geral da UNIFAP. O artigo 62:

Art. 62 Ao Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis compete:
XII – efetuar levantamentos de dados relativos ao mercado de trabalho que possam subsidiar a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação na criação de novos cursos.
(UNIFAP, 2002, p. 28)

Não há registro no processo do projeto do Campus Binacional de qualquer referência sobre levantamentos de mercado de trabalho, ou mesmo sobre demanda reprimida e permanente no lugar Oiapoque para os cursos propostos pela população e acatados pela equipe técnica da UNIFAP. Diante disto, o trâmite do documento com o processo sobre o projeto Universidade Binacional seguiu o fluxo até chegar à câmara de ensino.

Após finalizarem as manifestações sobre o projeto, os GTs entregaram as propostas à presidente da comissão do projeto Campus Binacional, Profa. Dra. Adelma Barros. Esta unificou as considerações dos GTs para a elaboração da minuta. De posse da minuta, a presidente encaminhou o documento ao CONSU e em 1 de novembro de 2011, este encaminhou-o à câmara de ensino. No dia 3 de abril de 2012, às 09 horas, os conselheiros reuniram-se para discutir vários pareceres, incluindo o que tratava do projeto Universidade Binacional.

6.2.3 Do debate à aprovação do Campus Binacional do Oiapoque na Câmara de Ensino

As informações contidas no documento de ata da câmara de ensino indicam que este foi o único momento em que (de fato) o projeto campus Binacional foi discutido. Nas falas dos 10 conselheiros presentes naquela reunião é possível distinguir certo desconforto com o projeto em pauta. Havia um grupo que considerava uma irresponsabilidade das Instituições UNIFAP e do MEC instituir um campus no interior do Amapá, cujas condições de acesso e infraestrutura eram muito insuficientes. Outro grupo defendia a imediata implantação, mesmo diante dos desafios. Estes afirmavam que o público do interior, a despeito das dificuldades descritas, tinha o direito de cursar nível superior, e a UNIFAP poderia unir forças neste sentido.

O assunto é pertinente para se conhecer como os conselheiros percebiam o projeto naquelas circunstâncias, e como no decorrer da reunião os pontos de vista foram defendidos individualmente, e as conclusões que chegaram na decisão final de votação. O nome, as falas principais e o ponto de vista dos conselheiros serão descritos a seguir para uma melhor compreensão deste momento único em que (como já descrito) de fato ocorreu um debate sobre o projeto e o que acabou sendo decidido.

6.2.3.1 A nomenclatura Binacional

Uma das pautas a ser discutida naquela reunião da Câmara de Ensino era a pauta da implantação dos cursos do Campus Binacional. Uma das conselheiras, Cássia Ceres P. Evangelista, solicitou a inversão desta pauta como prioridade, por já estar contida nas outras que seriam discutidas adiante, como a do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI). Assim, no primeiro momento passou a ser discutido o parecer do Campus Binacional. Esta nomenclatura incorporada ao campus (por gerência do MEC) gerou motivo de discórdia por alguns conselheiros. Segundo a conselheira Kátia de Nazaré Fonseca, o nome binacional não apresentava o quadro atual de parceria entre o Amapá e a Guiana Francesa em termos de pesquisa.

Vale ressaltar um adendo sobre este assunto: a minuta original tratava de um projeto Universidade Binacional; porém, em 23 de fevereiro de 2012, um memorando da Pró-Reitoria de Graduação solicitou anexar ao projeto do Campus Oiapoque a permuta do Campus Binacional:

Senhor secretário do CONSU,
Solicito que seja permutada a minuta do projeto do campus Binacional, porque detectamos um desvio de digitação de nomenclatura pactuada entre a Universidade e a Secretaria da Educação Superior. Onde se lê Universidade Binacional, leia-se campus Oiapoque Binacional, cópia do termo e do projeto corrigido em anexo. (UNIFAP, 2012)

É a partir deste momento que há mudança de nomenclatura na minuta do projeto original. Até então, desde 7 de julho de 2011, quando foi criado o processo nº 23125.002057_2011-01, Projeto Universidade Binacional, nas comissões (GT) que discutiram o projeto, a nomenclatura mantinha-se como Projeto Universidade Binacional de Oiapoque. No entanto, ao chegar às mãos dos conselheiros da comissão de câmara de ensino, a nomenclatura já alterada mantinha a seguinte forma: Campus Binacional Oiapoque. Deste modo, a nomenclatura Binacional ainda estava presente no projeto e foi este um dos motivos para o debate inicial na câmara de ensino.

A conselheira Conceição Medeiros se posiciona com preocupação com a possível retirada do nome Binacional, visto que o projeto em discussão estava atrelado às futuras parcerias com o país vizinho, fronteira com o Amapá. O conselheiro Paulo Marcelo Cambraia solicitou posicionamento da Câmara de Ensino em relação ao nome, independentemente de consulta ao MEC, e sugeriu o nome Campus Oiapoque. Diante do impasse foi solicitada votação, o que foi aprovado por todos os conselheiros participantes da reunião.

Contudo, a resolução que trata sobre a aprovação do Campus do Oiapoque manteve a nomenclatura Binacional. Aparentemente, este poderia ser um assunto sem relevância ou mesmo secundário no trato com o campus. Mas, tem tido um potencial de conflito, desde antes de sua aprovação, por parte dos membros da comissão que aprovou o projeto. Parte de docentes, técnicos, discentes e pesquisadores em geral ainda hoje questiona o uso desta adição ao campus. Eles entendem não haver atividades de cooperação que justifique a nomenclatura usada, nem mesmo abertura para o ingresso de discentes da Guiana Francesa e vice-versa. Em busca de desvendar o uso frequente desta adição, este pesquisador procurou descobrir, através de entrevistas, o porquê da adição desta nomenclatura ao campus Oiapoque.

A presidente da comissão que montou e formatou o projeto definido como Campus Binacional, Dra. Adelmá Barros, alegou em entrevista que não se objetivou instituir uma universidade com perfil para binacionalidade. O nome restou por ser uma zona de fronteira e ter um significado, um sentido que se agregou ao espaço geográfico que ocupa.

6.2.3.2 A inclusão do curso de Pedagogia

Houve um debate em relação aos cursos propostos pelos GTs. Segundo a presidente da comissão do projeto Campus Binacional, Dra. Adelma Barros, havia mais de um ano que o tema foi discutido e houve mudança nos cursos inicialmente propostos pelo MEC, pois, os GTs procuraram atender às necessidades da comunidade. A conselheira Kátia Fonseca indagou sobre a criação dos cursos no projeto. Segundo a conselheira, dentre os cursos de licenciatura propostos, o projeto não contemplava a inclusão do curso de Pedagogia, considerado por ela como o *carro chefe* em qualquer município do Amapá. E, nos moldes onde se encontrava o projeto, ela era contrária à implantação.

Diante deste novo dilema, as conselheiras Marcia Jardim Rodrigues e Cássia Ceres Evangelista sugeriram avanço na discussão sobre este tema e consideraram importante a inclusão do curso de Pedagogia no projeto do Campus Binacional. Com o apoio das três conselheiras a presidente garantiu esta possibilidade. Desta forma, quando do momento da leitura do parecer pela secretária da reunião, além da aprovação dos projetos pedagógicos dos cursos existentes no projeto (discutido por cerca de um ano pelos GTs), foi incluído o curso de Pedagogia.

Percebe-se que não houve discussão sobre este tema (curso) pelos GTs, nem foram discutidos os parâmetros mínimos para a presença deste curso. No entanto, a força dos argumentos das três conselheiras foi fundamental para convencer a presidente da comissão do projeto Campus Binacional sobre a inclusão e posterior aprovação do curso por parte da Comissão da Câmara de Ensino.

6.2.3.3 Infraestrutura do Campus no Oiapoque

Em relação à infraestrutura para atender o Projeto Binacional, houve forte debate sobre as possíveis dificuldades que seriam enfrentadas. As conselheiras Marcia Jardim Rodrigues e Kátia de Nazaré Fonseca, por conta da experiência já vivida no projeto de interiorização (parceria da UNIFAP com o governo estadual do Amapá, desde 1999) entendiam que seria necessário alojamento para atender familiares e servidores que se deslocariam para este novo ambiente, além de garantia de salas e espaços administrativos. Sem uma estrutura básica, o projeto estava fadado ao fracasso.

Outros conselheiros como Kátia de Nazaré Fonseca e Carliendel Dias Magalhães viam a incapacidade da UNIFAP de implantar o projeto, uma vez que esta instituição estava com *falta de pernas*¹⁸ para instalar o campus e que o projeto já *nasce viciado*, porque a UNIFAP não tem condições para a implantação e, portanto, eram contrários à implantação do campus nestes moldes apresentados. Entretanto, outro conselheiro, professor Steve Wanterson Calheiros de Araújo, informou que no projeto físico já havia garantia de 70 salas, entre salas de aulas e administrativas e que, segundo a presidente da comissão, o que estava em discussão para, em seguida, ser aprovado, era muito mais que um polo de ensino no interior, mas um projeto binacional, com verbas garantidas para a sua execução.

Outra conselheira, Greice Tavares Trindade, argumentou que os conselheiros não eram contrários à expansão universitária, mas às possíveis condições precárias de funcionamento do projeto. Uma das conselheiras, Conceição Correa Medeiros, destacou a infraestrutura que já estava sendo preparada e propôs a aprovação do parecer, com a seguinte ressalva sobre este tema: que o campus ofereça estrutura física necessária para o funcionamento dos cursos, bem como implantação de todos os laboratórios e equipamentos para o desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos. O texto lido foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes.

6.2.3.4 Acesso ao Oiapoque e ao ensino superior

Cursos de nível superior no formato de módulos (intensivo) já eram ofertados pela UNIFAP desde 1999, nas cidades de Tartarugalzinho, Amapá, Calçoene e no município do Oiapoque. Desde 2007 também começou a funcionar um curso de nível superior denominado de Educação Escolar Indígena, mantido pela UNIFAP. Mas, era voltado especificamente para os povos indígenas do Amapá e do norte do Pará. Parte dos membros da comissão conhecia, por experiência própria, a dificuldade de acesso para a maioria destes municípios, especificamente o Oiapoque. Este é o mais setentrional de todos os 16 municípios. O acesso a este município se faz por meio da Rodovia 156, e há décadas parte do trajeto é realizado sem asfaltamento. A dificuldade de acesso era uma preocupação para a maioria dos conselheiros em

¹⁸ As expressões “falta de pernas” e “nasce viciado” utilizadas pelos conselheiros são palavras usadas no sentido figurativo e indicam que: falta de pernas - a universidade promotora da graduação no Oiapoque não possuía, naquele momento, condições de implantar um projeto de tão grande envergadura; “nasce viciado” nasce corrompido ou equivocado.

relação à implantação do Projeto Campus Binacional, especialmente no período das fortes chuvas (que ocupam a maior parte do ano).

A presidente da comissão Dra. Adelma Barros anuiu com esta preocupação dos conselheiros sobre o acesso, entendendo que realmente as condições que o município oferecia não eram as melhores. Entretanto, a presidente da comissão evidenciou a responsabilidade da UNIFAP em oportunizar o ensino superior para a comunidade desta localidade, pois, há demanda para o ensino superior na região. Citou ainda os preparativos que já estavam sendo feitos para garantir estrutura, bem como o preparo dos candidatos para o ingresso nos cursos que seriam ofertados.

Sobre este assunto, outro conselheiro, o professor Steve Wanderson Calheiros, apresentou dados sobre a dificuldade de acesso ao ensino superior dos candidatos oriundos do Oiapoque. Segundo ele, apenas um aluno ingressara via vestibular no ano anterior. Ele citou os investimentos já implantados no município para preparar o ingresso dos futuros discentes: foram investidos cerca de 18 milhões de reais no programa UNIFAP Pré-Vestibular (UPV)¹⁹, através de bolsas ofertadas como: moradia, alimentação, fotocópia aos alunos do UPV e aos demais indígenas matriculados no curso intercultural indígena. O conselheiro afirmou ainda que, antes do UPV, havia poucos ingressos na universidade, por conta do despreparo dos candidatos, e que a presença da universidade no Oiapoque já está preparando os alunos para o ingresso nos cursos superiores. Além do UPV e dos auxílios aos candidatos, foram adquiridos veículos para atender o campus, como preparo para o projeto ora analisado.

6.2.3.5 Relação com o MEC

A relação da UNIFAP com o MEC era vista por parte dos conselheiros como subserviente em relação ao projeto. Um dos conselheiros, Paulo Cambraia da Costa, indignado com o tema em pauta, afirmou que não concordava com as políticas de gabinete do Ministério da Educação (MEC) e que era necessária uma audiência para socializar as dificuldades da universidade. A conselheira Kátia Fonseca argumentou que se o próprio campus-sede não consegue atender as exigências do MEC, então como criar este campus?

¹⁹ UPV – Unifap Pré-Vestibular – foi um programa de inclusão social promovido pela UNIFAP, cuja finalidade era ofertar aulas de preparação para estudantes de baixa renda, oriundos, principalmente, de escolas públicas, para que pudessem concorrer a uma vaga nos cursos da UNIFAP.

O tema em questão foi rechaçado pela presidente da comissão do projeto. Segundo ela, a UNIFAP tem se posicionado frente ao MEC. A presidente da comissão destacou as reivindicações de mudanças dos cursos e prorrogação de prazo para implantação. Ela destaca ainda que não se faz apenas o que o MEC deseja, mas se preocupa em atender as necessidades da comunidade. Diante desta afirmativa, o conselheiro Carliendell Magalhães sugeriu que, independentemente de consulta ao MEC, fosse alterado o nome do projeto.

Por conta das informações apresentadas por alguns conselheiros, como investimentos através de bolsas, compra de veículos para atender o campus e estrutura já iniciada, a conselheira Cássia Evangelista, indignada, afirmou que as etapas do planejamento foram atropeladas ou foi colocada a carroça na frente dos bois. A presidente não concordou com estas duas expressões. Segundo ela, há mais de um ano o projeto tem sido discutido pela comissão (GTs) e o trâmite de apreciação ocorreu de maneira lenta.

A reunião em que ocorreu o debate da pauta do projeto Campus Binacional começou no dia 3 de abril de 2012, às 09 horas, e finalizou às 11 horas da manhã do mesmo dia. Portanto, após duas horas de uma discussão ampliada, foi decidido o futuro do Projeto do Campus Binacional e as devidas alterações. O que se percebe, na análise das falas, é que os conselheiros não eram contrários à expansão, mas a possíveis condições precárias de funcionamento do campus.

Diante disto, a presidente da comissão do Projeto Campus Binacional enfatizou a mudança de cursos no projeto para atender às necessidades da comunidade, a inclusão do curso de Pedagogia e a alteração da nomenclatura Campus Binacional para Campus Oiapoque. O parecer foi provado por unanimidade dos 10 membros presentes. A secretária da câmara de ensino descreveu as decisões votadas neste dia com a seguinte redação e as seguintes ressalvas:

‘[...] que o campus ofereça infraestrutura física necessária para o funcionamento dos cursos; a contratação de docentes e técnicos em número suficiente para o início das atividades; que haja laboratórios e equipamentos imprescindíveis para o desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos; aprovação dos projetos pedagógicos dos cursos; a inclusão do curso de pedagogia e mudança do nome para campus Oiapoque’. Parecer da câmara de ensino.²⁰ (UNIFAP, 2011)

²⁰ Este parecer foi o resultado das discussões sobre o tema “Projeto Universidade Binacional”, contidas na ata de reunião ordinária da câmara de ensino do dia 03 de abril de 2012.

Uma informação constante na ata da reunião é da ausência da conselheira relatora deste parecer, professora Meire Adriana da Silva que, segundo a ata da reunião, encontrava-se em férias. No entanto, neste mesmo dia da reunião, consta o documento do parecer assinado pela relatora. Ela cita vários pontos concernentes ao projeto que, inicialmente, não foram discutidos nesta reunião ou, se foram, não constam em ata. São tópicos relevantes que serão descritos a seguir, para que se entendam as alterações que ocorreram no projeto original.

6.2.4 Parecer da relatora da câmara de ensino

O documento da minuta chegou à Câmara de Ensino no dia 11 de agosto de 2011 contendo o projeto Universidade Binacional com a nomenclatura alterada para Campus Binacional Oiapoque para análise e parecer na Câmara de Ensino da UNIFAP. Ela descreve em seu parecer sobre a minuta que a criação do Campus Binacional do Oiapoque veio a partir da fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em uma viagem ao Amapá, na fronteira do Brasil e Guiana Francesa, em parceria com o presidente da República Francesa, Nicolas Sarkozy. Nesta reunião foi citada a possibilidade de criar na fronteira um centro de pesquisa da biodiversidade.

A relatora comentou sobre o pré-projeto proposto pelo MCT, em reunião que ocorrera em Brasília, ao qual a UNIFAP teve acesso. Este pré-projeto procurava reunir uma gama de instituições científicas existentes na Amazônia, contando com o apoio de várias instituições superiores. Todas elas reunidas comporiam o chamado Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica (CFBBA), com o intuito de produzir ciência que explorasse o potencial da biodiversidade.

A relatora citou que a UNIFAP formalizou junto ao MCT que o seu papel na Região Amazônica ia muito mais além do que o projeto delineava, uma vez que já possuía um grupo considerado de pesquisadores em seu quadro de servidores. E que o projeto em si desconsiderava esta competência, bem como o fundamental e incontestável imbricamento entre pesquisa, ensino e extensão, ou seja, o potencial e a UNIFAP como promotora (também) de pesquisa no Amapá.

Então, ela fez um resumo do fluxo do projeto, até chegar à Câmara de Ensino: convocação do reitor da UNIFAP pelo SESU em Brasília para assinatura de uma pactuação de um campus da UNIFAP no Oiapoque, atendendo à ideia de Campus Binacional. Ela descreveu que foram indicados Grupos de trabalho para análise da pactuação e que eles escolheram os

cursos que melhor atendessem as demandas da comunidade. Porém, fez ressalva em um dos cursos propostos pelo GT de graduação. Segundo a relatora, de todos os dez cursos indicados, o curso de Letras/Linguística (com ênfase em línguas indígenas) teria dificuldade de manutenção, por conta das várias etnias existentes na região e pela carência de docentes no Brasil que dominem tais conhecimentos. Seus argumentos estão descritos em quatro tópicos a seguir:

a) Em decorrência da experiência na atuação do curso de educação indígena que é realizado no campo do Oiapoque desde 2007, faço as seguintes observações. Encontramos diariamente dificuldade de mantermos no curso disciplinas relacionadas às várias línguas indígenas existentes no curso, por consequência das várias etnias e línguas diferentes faladas pelos povos indígenas do Amapá e norte do Pará.

b) Temos hoje no quadro de professores do colegiado de educação indígena dois professores, cuja formação é voltada para o estudo de línguas indígenas, a partir da entrada deles, conseguimos melhorar a ênfase em áreas como a questão da descrição das línguas indígenas. No entanto, mesmo com essa melhoria, existe a necessidade premente de professores que dominem as línguas dos povos indígenas da região, bem como suas respectivas estruturas, para que educação indígena possa avançar no completo estudo dessas línguas desde a descrição ao processo de aprendizagem feita pelos professores indígenas em suas escolas.

c) Mesmo sabendo que a ênfase citada na minuta do projeto não será somente para povos indígenas, mas para qualquer aluno que faça graduação em letras com a devida ênfase, considero não haver atualmente condições para formação de um quadro de professores para que o curso de letras linguístico (com ênfase em línguas indígenas) consiga fazer jus a ênfase sugerida. Além da ausência de pesquisa nessa área existe o agravante de que algumas que foram feitas terem sido realizadas por pesquisadores que atuam e moram fora do país, possuindo vínculos com outras instituições internacionais, o que irá dificultar a vinda de candidatos para os concursos previstos para o campus Binacional.

d) Considero o curso e ênfase nas línguas indígenas de extrema urgência e necessidade. A vinda de professores com essa formação iria inclusive reforçar o curso de educação indígena, mas observo ser necessário adiar a referida ênfase para o ano de 2013. (UNIFAP, 2011)

Percebe-se, *a priori*, que na reunião do dia 3 de abril de 2012 foram aprovados todos os 10 cursos constantes na minuta e ainda inserido o curso de Pedagogia. Neste caso, somam-se 11 cursos. Agora, no parecer da relatora do processo à Câmara de Ensino foi mantido o que fora aprovado; porém, com a ressalva do curso de letras/linguística (com ênfase em línguas indígenas). Diante do exposto, a relatora finalizou com a aprovação dos dez membros presentes da Câmara de Ensino com as seguintes ressalvas:

[...] que o campus ofereça infraestrutura física necessária para o funcionamento dos cursos; a contratação de docentes e técnicos em número suficiente para o início das atividades; que haja laboratórios e equipamentos imprescindíveis para o desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos; aprovação dos projetos pedagógicos dos

cursos; a inclusão do curso de pedagogia e mudança do nome para campus Oiapoque. (UNIFAP, 2011)²¹

No dia 16 de abril de 2012, o parecer aprovado pela Câmara de Ensino foi encaminhado ao CONSU para aprovação. Porém, houve um hiato de quase 10 meses desde o acalorado debate sobre o projeto denominado Campus Binacional Oiapoque pela Câmara de Ensino. O texto do Memorando nº 005/2013 da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) identifica que as greves nacionais atingiram os profissionais locais e contribuíram para que 2012 fosse um ano atípico, provocando demora nos trâmites dos documentos.

Em 7 de janeiro de 2013, a PROGRAD encaminhou à reitoria um memorando (nº 005/2013) contendo a minuta do projeto, cópia da reunião da câmara, ata com texto de aprovação, todos os memorandos anexados ao longo do processo e ainda rascunho de resolução já com a alteração de nomenclatura aprovado pelos conselheiros, com a seguinte redação:

Magnífico Reitor,
Tendo em vista o ano de 2012 ter sido atípico em função das greves, pouco se reuniu no conselho Superior. Isso causou atraso a diversas demandas para votação. Desse modo, solicitamos que aprove ad referendum a resolução do campus Binacional, cujo projeto já foi aprovado pela câmara de ensino, uma vez se fazer necessários vários encaminhamentos para o início dos cursos para o 2º semestre de 2013. (UNIFAP, 2013)

6.2.5 Implantação do Campus Binacional do Oiapoque

No dia 10 de janeiro de 2013, o processo com parecer da Câmara de Ensino foi encaminhado ao CONSU. No dia 14 de janeiro, a resolução referente ao campus foi assinada pelo vice-presidente do CONSU/UNIFAP, contendo a seguinte redação no artigo I: “Transformar o campus de Oiapoque em campus da Universidade Binacional para a realização de cursos de ensino superior da Universidade Federal do Amapá, fora da sede, e atender o projeto da Universidade Binacional”. A seguir, imagem atual do campus.

²¹ Este parecer foi o resultado das discussões sobre o tema “Projeto Campus Binacional” contidas na ata de reunião ordinária da câmara de ensino do dia 03/04/2012.

Figura 6 – Fachada atual do Campus Binacional do Oiapoque



Fonte: UNIFAP (2022). Disponível em: <http://www.unifap.br/campi>. Acesso em: 28 jan. 2022.

A Resolução nº 01/2013, de 14 de janeiro de 2013, tendo como base o processo nº 23125.002057/2011-01, que trata do Projeto do Campus Binacional do Oiapoque, procurou atender pelo menos três objetivos demonstrados no artigo 1º: 1) transformar o Campus Oiapoque, denominado Campus Norte, em Campus da Universidade Binacional; 2) para a realização de cursos de ensino superior da Universidade Federal do Amapá, fora da sede; e 3) atender o projeto da Universidade Binacional.

Aqui está claro que um dos objetivos do novo campus era atender o projeto da Universidade Binacional. Entre os objetivos de que trata o artigo 5º da resolução, destacam-se três. São eles:

I - Promover o desenvolvimento educacional, social, econômico e ambiental; III - formar profissionais qualificados nas diversas áreas do conhecimento, dentro de uma perspectiva ética, humana e ambiental contribuindo para as futuras gerações com uma sociedade mais coletiva e IV - contribuir para o crescimento regional e nacional apoiando-se na busca da excelência para uma Amazônia econômica, ambiental e socialmente mais equilibrada. (UNIFAP, 2013)

No artigo em referência acima, no item I e IV, afirma que o campus deve promover o desenvolvimento educacional, social, econômico e ambiental e contribuir para o crescimento regional e nacional, apoiando-se na busca da excelência para uma Amazônia econômica, ambiental e socialmente mais equilibrada. Não está claro, nem na minuta do Projeto Binacional e nem na resolução que criou o campus, o parâmetro ou referencial teórico usado para pensar o desenvolvimento regional citado na resolução.

Além disto, percebe-se que o conteúdo da resolução demonstra parcialmente as ressalvas da Comissão de Câmara de Ensino, ao não alterar a nomenclatura solicitada, mantendo o nome binacional questionado pelos conselheiros. Também não ficaram claras as mudanças em relação aos cursos ou à manutenção dos sugeridos na minuta.

A partir da assinatura da Resolução nº 01/2013, em 14 de janeiro de 2013, decisões foram tomadas pela Reitoria e a PROGRAD no sentido de garantir a execução do projeto recém-aprovado. Primeiro foram nomeados um diretor geral para o campus e uma coordenadora de cursos. Em seguida foi publicado edital público para contratação de técnicos e docentes, que acabaram sendo efetivados ao longo do ano de 2013. Ao mesmo tempo foram montadas equipes de docentes do campus-sede para a construção dos projetos pedagógicos dos cursos. A aprovação dos projetos pedagógicos foi a última etapa, antes do ingresso dos primeiros discentes através de vestibular especial no novo campus, com cerca de 335 discentes. A Tabela 6 a seguir detalha a evolução de ofertas no período a partir da primeira entrada, em 2014.1 até 2018.2.

Tabela 6 – Vagas ofertadas no Campus Binacional do Oiapoque no período de 2014 - 2018.2, considerando os sete novos cursos implantados

Curso	2014		2015.2	2016	2017	2018.2	TOTAL/ VAGAS
	Entrada 1	Entrada 2					
1 Enfermagem	50	50	50	S.O.	S. O	20	170
2 Ciências biológicas (licenciatura)	50	50	50	S. O	S. O	30	180
3 História	50	50	50	S.O.	S. O	30	180
4 Geografia	50	50	50	S. O	S. O	30	180
5 Letras (português - francês)	35	35	35	S.O.	S. O	23	128
6 Pedagogia	50	50	50	S. O	S. O	30	180
7 Direito	50	50	50	S.O.	S. O	30	180
TOTAL POR ANO	335	335	335	000	000	193	
TOTAL DE VAGAS NO PERÍODO 2014-2018							1.198

Nota: S.O refere-se aos anos sem ofertas de vagas.

Fonte: Derca (2014-2018). Organizado pelo autor.

Nota-se que nesta primeira fase foram ofertadas 335 vagas, distribuídas em 7 cursos (CPA, 2013, p. 52), e não as 400 para os 10 cursos previstos na minuta do projeto. Também se verifica que nesta fase foram incluídos 2 cursos que, *a priori*, seriam ofertados na segunda fase: direito e enfermagem. Além disto, ao longo dos 5 anos não se percebeu evolução de cursos ou

mesmo de vagas, pelo contrário, redução das ofertas de vagas e estagnação de cursos. Nota-se ainda que por 2 anos e meio (2016, 2017 e 2018.1) não houve oferta de vagas.

Diante deste cenário pergunta-se: é possível analisar a minuta do Projeto Campus Binacional e as expectativas de ofertas previstas, tendo como base os dados identificados no primeiro ciclo de ofertas do campus? Para ajudar nesta análise, segue a Tabela 7.

Tabela 7 – Dados de cursos –duração em semestres/ano. Vagas ofertadas e matrículas

	Curso Duração	Vagas ofertadas Período: 2014-2018	Ativos em 2018.2	Matriculados em 2018.2
1	Enfermagem 8 semestres / 4 anos	170	127	52
2	Ciências biológicas (licenciatura) 8 semestres / 4 anos	180	134	57
3	História 8 semestres / 4 anos	180	115	40
4	Geografia 8 semestres / 4 anos	180	133	38
5	Letras (português-francês) 8 semestres / 4 anos	128	103	31
6	Pedagogia 8 semestres / 4 anos	180	113	48
7	Direito 10 semestres / 5 anos	180	130	60
	TOTAL	1.238	855	326

Fonte: Elaborado pelo autor com base no PDI²² 2015-2019/UNIFAP.

Entende-se que o resgate das circunstâncias da proposta de graduação para a fronteira é importante para que se conheça como as políticas públicas, em sua maioria, são decididas para regiões periféricas como o Oiapoque. Uma reflexão mais densa sobre este tema passa também sobre as iniciativas de gestão dos reitores. Tais iniciativas se estenderam desde a ideia e a concepção do CFBBA, até a implantação do Campus Binacional e o primeiro ciclo de ofertas. Durante este período houve iniciativas que geraram expectativas e aquelas relacionadas ao esvaziamento do campus, incluindo encaminhamentos para o seu fechamento. No Quadro 2 a seguir são apresentadas as iniciativas de gestão dos reitores, entre 2014 a 2018.

²² O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento que identifica a instituição – no caso aqui, a UNIFAP – no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à sua missão e às diretrizes que orientam suas ações ao longo de cinco anos.

Quadro 2 – Resumo das iniciativas de gestão dos reitores da UNIFAP para a implantação e o fortalecimento do Campus Binacional

Dr. José Tavares Gestão 2006–2010/2011–abril/ 2014		Dr. Antônio Filocreão Gestão Abril a Set /2014	Dra. Eliane Superti Gestão Set/2014 –Set/2018	Dr. Júlio Batista Gestão 2018 ao Período atual
Foi consultor para a concepção do CBBA; assinou termo de pactuação para promover graduação no Oiapoque e organizou os GTs para a construção do Projeto Campus Binacional.	Criou o Campus Binacional; promoveu acolhimento dos primeiros docentes do Campus Binacional do Oiapoque e promoveu, via PROGRAD, ofertas de 335 vagas em 2014.1.	Assinou a resolução 01/2013, enquanto reitor em exercício; promoveu, via PROGRAD, oferta de 335 vagas em 2014.2.	Promoveu, via PROGRAD, oferta de 335 vagas em 2015.2; no PDI 2015 -2019, as metas indicavam ampliação da interiorização entre 5% a 20%; assinou resolução da reestruturação administrativa do Campus Oiapoque; não houve oferta de vagas em 2016 e 2017; ofertou 193 vagas para a graduação em 2018.2.	No PDI 2015 - 2019: as metas indicavam fortalecimento e ampliação do processo de interiorização entre 5% a 50%.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no PDI 2015-2019/Unifap 2011/Derca 2014-2018.

7 CRÍTICAS SOBRE O RESULTADO DA PESQUISA

Diante do que foi exposto pela pesquisa, é possível identificar três pontos para uma ampla reflexão sobre o que se tinha como expectativa da oferta de ensino superior na fronteira Oiapoque e o que se tornou realidade: a) expectativa de oferta anual de 850 vagas, até atingir 2.200 discentes matriculados, quando o campus estivesse em sua plena implantação, ou seja, no primeiro ciclo de oferta que se inicia em 2014.1 e se estende até 2018.2, considerando que os sete cursos aprovados tinham em sua grade curricular entre oito a dez semestres de duração ou integralização; b) tornar o Oiapoque uma cidade universitária com atratividade de candidatos de todo o Brasil pelos cursos existentes lá; e o terceiro ponto a analisar como o resultado da pesquisa é c) a participação popular na construção e na formatação do projeto implantado do Campus Binacional. Nele foram incorporadas as especificidades distintivas do Oiapoque, como acesso, povos indígenas como público-alvo e vocação oiapoqueense. Além disto, a pesquisa permitiu descortinar o que realmente aconteceu quando o Projeto Binacional entre Brasil e França não avançou, e conseqüentemente também a graduação, através da Universidade Binacional, não se efetivou.

Quando o reitor da UNIFAP da época foi chamado ao Ministério de Educação, em Brasília, para assinatura de um pacto de oferta de cursos de ensino superior no Oiapoque, ficou afirmado que haveria abertura de 850 vagas/ano e 2.200 quando o Campus Binacional do Oiapoque atingisse plena implantação. Esta possibilidade gerou expectativa entre os servidores do campus-sede e mais ainda na população oiapoqueense. Isto foi percebido na apresentação do projeto à comunidade.

A pesquisa identificou que em nenhum dos anos analisados, durante o período entre 2014.1 e 2018.2, a oferta de vagas se concretizou como previsto. O ano em que a oferta chegou mais próxima foi justamente o primeiro ano de 2014.1 e 2014.2, quando foram ofertadas 670 vagas para os sete novos cursos. Isto somente ocorreu porque havia uma demanda reprimida há anos aguardando a oferta de cursos superiores naquele território.

Nos anos subsequentes, a partir de 2016, as ofertas tiveram queda vertiginosa e por dois anos e meio não houve ofertas de vagas. O campus voltou a ofertar vagas somente em 2018.2; mesmo assim, com redução para apenas 198 vagas destinadas aos sete cursos, um pouco mais do que 1/3 do quantitativo de ofertas do primeiro ano. A Tabela 8 a seguir apresenta o paradoxo da oferta de vagas para o ensino superior no Oiapoque e o choque entre a expectativa e a realidade.

Tabela 8 – Comparativo de dados sobre as expectativas e a realidade de ofertas de vagas do Campus Binacional

Expectativa de oferta de vagas por ano	Vagas ofertadas por ano				
	2014	2015	2016	2017	2018.2
850 vagas por ano	670	335	00	00	193

Fonte: Elaborado pelo autor com base em UNIFAP (2011, minuta, p. 10) e Derca (2014-2018).

Em relação à demanda permanente para a oferta de vagas, a pesquisa identificou que o quantitativo de 2.200 discentes distribuídos nos 10 cursos previstos na minuta para quando o campus estivesse em sua plena implantação também não se concretizou no primeiro ciclo, entre 2014 e 2018.2; pelo contrário, houve uma redução do quantitativo de discentes ingressantes e permanentes no mesmo período. A pesquisa identificou cerca de 326 discentes matriculados de fato no ano de 2018.2 para todos os 7 cursos existentes no campus, exceção para o curso intercultural indígena, que havia sido implantado desde 2007, ou seja, o que se vislumbrava na justificativa para a aprovação do projeto na Câmara de Ensino de atender mais de 2 mil alunos não se confirmou até o período analisado pela presente pesquisa. O Quadro 3 a seguir apresenta outro paradoxo entre a expectativa e a realidade através dos dados.

Quadro 3 – Expectativa e realidade de discentes no Campus Binacional do Oiapoque

Expectativa de discentes	Discentes matriculados no primeiro ciclo de oferta 2018.2
2.200 discentes implantação total do campus	326 discentes matriculados nos 7 cursos

Fonte: Elaborado pelo autor com base em UNIFAP (2011, minuta, p. 10) e PDI 2015-2019.

Em entrevista no dia 07 de agosto de 2023, Seloniel dos Reis, um dos pró-reitores que participou da audiência pública no Oiapoque e que hoje atua como responsável financeiro e gerenciador das verbas do MEC para a UNIFAP, afirmou que os cursos do Oiapoque:

[...] funcionam apenas com a metade da sua capacidade e isso impacta o orçamento da Universidade como um todo. Pois o aluno equivalência representa até 90% da matriz na distribuição dos recursos. O Binacional prejudica o campus Marco Zero, prejudica o Mazagão e Santana pela evasão que é muito alta no Binacional. É necessário avaliar a viabilidade desses cursos, pois a evasão é muito alta. Os cursos são viáveis até quando? Porque isso é prejudicial para a Universidade por evasão de recursos. Recebemos por número de alunos que entram e que saem. Se você não focar nisso a Universidade toda é prejudicada.

Em relação ao Oiapoque com um perfil de cidade universitária com atratividade de candidatos de todo o Brasil e da fronteira que se sentiriam atraídos pelos cursos ofertados lá

(esta frase está contida na minuta do processo, na página 14), dados desta pesquisa apontam que também não se confirmou, a despeito do nome “*Oiapoque*” ter se tornado conhecido, em boa parte do Brasil, pela música “do Oiapoque ao Chuí” (... *arrumei as minhas malas e de viagem saí pra conhecer o Brasil do Oiapoque ao Chuí*²³), dos autores Teodoro e Sampaio, o território tem uma baixa capacidade de atratividade para capital humano social, econômico e cultural.

Almeida e Rauber (2017) descrevem o Oiapoque como um território que sofre para ser atração, fixação *in situ* tanto de migrantes como de professores, discentes de outros estados, profissionais liberais, pesquisadores com capital cultural, social e econômico que contribua para o desenvolvimento da região. Os dois autores concluíram que o ciclo do ouro não permitiu uma migração qualificada com capital econômico e muito menos com capital cultural. Também concluíram que os recursos investidos na economia do garimpo não permanecem na região do Oiapoque e os recursos humanos atraídos são precários. O que o Oiapoque acaba atraindo são exploradores que vêm, mas não para fincar raízes. Vêm para *passar uma chuva* e depois retornar aos locais de origem ou sair para novas aventuras.

Outro pesquisador, Paulo Fonseca (2018), que também ingressou no Campus Binacional, corrobora as conclusões de Almeida e Rauber ao afirmar que o Oiapoque, especialmente a área urbana, possui estruturas que foram erguidas às pressas e que as acomodações estão em nível muito abaixo do que se poderia recomendar a outrem como docentes, discentes, pesquisadores e visitantes em geral. Isto confirma o ponto de vista de Carmentilla (2014, p. 57), que descreve o Oiapoque como espaço periférico, distante dos centros de decisão, com ausência de infraestrutura (energia, transporte, comunicações, saneamento básico e internet) e ainda vulnerável diante de “atos ilegais: tráfico de drogas, armas e pessoas; exploração sexual de crianças e adolescentes; contrabando de ouro e pescado; degradação do patrimônio natural”.

Esta dissertação identificou que a manutenção de servidores no território é outro gargalo na administração pública. A gestão local sofre para manter profissionais de qualidade que possam contribuir na administração urbana. Chelala, Tostes e Andrade (2015) já alertavam para este quadro, quando identificaram a baixa retenção de capital humano no Oiapoque. Para

²³ O trecho da música “Oiapoque ao Chuí”, de Teodoro e Sampaio é ainda muito utilizada para se referir aos extremos do território do Brasil e a abrangência entre Norte e Sul. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/teodoro-e-sampaio/883796>. Acesso em: 14 nov. 2023.

estes autores, a fragilidade desta dimensão elevava o Oiapoque ao pior índice de servidores para cada mil habitantes do lugar quando comparado com a capital Macapá. Segundo estes autores, a prefeitura tem dificuldade para reter mão de obra qualificada para ajudar a gerenciar o município. Os indicadores de qualidade do quadro funcional refletiam os índices de capital humano na região e apresentavam um quadro extremamente fragilizado referente ao Oiapoque.

Esta rotatividade é percebida no próprio Campus Binacional. Um memorando circular nº 39/2014 indica que havia no campus 69 docentes e 40 servidores técnicos administrativos lotados que tomaram posse entre 2013 e 2014 para conduzirem o ensino superior. No entanto, a maioria se afastou. Alguns solicitaram transferência para outras unidades federativas e outros para o campus-sede. Poucos continuaram suas atividades no Campus Binacional. Poucos fixaram raízes no território do Oiapoque. O que se pode concluir sobre este ponto é que houve iniciativas que geraram expectativas (durante o acolhimento dos primeiros 46 docentes em 2013 e os demais ao longo de 2014) e aquelas relacionadas ao esvaziamento do campus, incluindo encaminhamentos para o seu fechamento percebidos recentemente (2021).

Em relação a este assunto, o Governo Federal e a Promotora (UNIFAP) de Educação Superior para a Fronteira se preocuparam em apenas ofertar vagas para os candidatos a docentes na fronteira, sem se preocupar com o bem-estar destes candidatos na condução de suas atividades. Houve uma negação das condições precárias de acesso, da estadia e das condições mínimas para desenvolvimento das atividades dos docentes no território do Oiapoque. Na reunião da Câmara de Ensino foram debatidas e ressaltadas as precárias condições vivenciadas no interior do estado do Amapá e ainda enfatizada a preocupação da forma como ocorreria no Campus Binacional em relação ao acesso e acomodação. No entanto, as observações da Câmara de Ensino foram ignoradas no processo de implantação do campus.

Em relação à participação popular para a formatação do Projeto Binacional, esta dissertação identificou que o novo campus foi definido, decidido e implantado com o envolvimento de vários servidores da UNIFAP, com representantes dos dois sindicatos e representantes locais, como professores, discentes, representantes do Exército Brasileiro, em uma reunião que aconteceu no Oiapoque em uma das escolas. A reunião de audiência pública, realizada por meio de entrevista, consta no documento oficial permutado e depois confirmado pela fonte primária.

No entanto, esteve ausente no planejamento prévio um estudo sobre as demandas permanentes existentes no Oiapoque, oriundas das escolas de ensino médio, além das demandas

provenientes dos locais adjacentes. O que se tinha, naquele momento, era uma demanda reprimida que foi atendida nas três primeiras ofertas de vagas. Aqui se pode inferir que a Promotora de Educação na Fronteira (UNIFAP) não atentou para suas próprias regras de implantação de cursos contidos no artigo 62 do Regimento Geral da UNIFAP, em que afirma a necessidade de se realizar levantamento de demandas para subsidiar a PROGRAD para a criação de novos cursos.

Os documentos afirmam que houve uma única reunião com a comunidade do Oiapoque, cujo objetivo era apresentar o projeto. Houve aquiescência dos cursos sugeridos pelos presentes naquela reunião, contudo, a UNIFAP ignorou a viabilidade e tempo de permanência dos mesmos. Estes dados podem ajudar no debate sobre as razões da não efetividade do projeto previsto. Os cursos foram ofertados a partir de 2014. Também não foram realizados estudos de viabilidade dos cursos em funcionamento. Com o estudo prévio, as coisas estariam mais bem equacionadas e se poderia enfrentar melhor o problema da ausência de demanda ou mesmo de evasão.

A pesquisa permitiu identificar que o Campus Binacional do Oiapoque não foi um desdobramento do Projeto Binacional de iniciativa do presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e do presidente da República Francesa, Nicolas Sarkozy, para se confirmar acordos de cooperação técnica e científica existentes entre os dois países, desde janeiro de 1967. Apesar dos documentos oficiais pesquisados apresentarem nomenclatura de Projeto Universidade Binacional (processo nº 23125.002057_2011-01 de 07/07/2011), “para atender o projeto da Universidade Binacional” (resolução nº 01/2013, de 14 de janeiro de 2013, artigo 1º), ou ainda, na página do governo federal:²⁴ “A implantação da instituição campus Binacional ao norte do Amapá é um dos frutos da assinatura do Plano de Ação Franco-Brasileiro assinado na cidade de Saint Georges em 2008”, o campus não era resultado das tratativas entre os dois Governos.

A fonte primária desta dissertação identificou que o Projeto Campus Binacional do Oiapoque foi o resultado de uma pactuação entre o Governo Federal e a UNIFAP para ofertar graduação no Oiapoque. Um “aproveitamento de oportunidades”, nas palavras do reitor da época do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades

²⁴ Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/noticias/36-outras-noticias/983-unifap-da-inicio-as-obras-do-campus-binacional-em-oiapoque>. Acesso em: 29 set. 2023.

Federais (REUNI), instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.096, 25 de abril de 2007, e que integrava o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Diante dos fatos descritos e fundamentados nos documentos oficiais, pode-se inferir que não houve o redirecionamento do CFBBA e do Projeto Universidade Binacional para o Campus Binacional. Este campus surgiu como uma resposta à política de expansão de campi promovida pelo governo federal e que, nas palavras do reitor da época, “foi um aproveitamento de oportunidades”, e a UNIFAP não podia ficar de fora do novo programa de expansão. No entanto, o que se estabeleceu com as nomenclaturas contidas no processo do Projeto Universidade, na página oficial do Governo Federal (Reuni.gov.br) e na Resolução nº 014/2013 que criou o Campus Binacional, foi e ainda é confusão na mente de muitos discentes, servidores e na comunidade oiapoquense sobre o que, de fato, é o campus.

Diante dos dados desta pesquisa, pode-se aferir que o Governo Federal e a Promotora (UNIFAP) de Graduação para a Fronteira se equivocaram ao pactuar um projeto de educação superior para a fronteira do Oiapoque nas condições que este se apresentava e ainda se apresenta nos dias atuais. Imaginar oferta anual de 850 vagas, um montante de 2.200 discentes em sua plena implantação e 263 servidores (docentes e técnicos), para conduzir a oferta de graduação para aquela fronteira foi um erro grotesco, especialmente devido às ofertas de demanda serem baixas, pela dificuldade de fixação *in situ* de capital cultural, social e econômico, decorrente das precárias condições do lugar e do fato de o acesso pela Rodovia 156 se apresentar calamitoso, especialmente no período das fortes chuvas.

Por fim, a UNIFAP aproveitou as oportunidades da pactuação do Reuni, no entanto, não aproveitou as oportunidades de construção dos cursos, tendo como fundamento a valorização dos estudos sobre a biodiversidade e o conhecimento dos povos indígenas, e não considerou a natureza do lugar e o contexto da fronteira da preservação tão bem delineada por Bertha Becker.

8 RECOMENDAÇÕES

Esta dissertação traz a lume aquilo que empresas privadas já fazem há décadas. Antes de implantar um novo processo de campus e cursos, é necessário fazer um estudo denso e levantar informações sobre outras IFES que sejam excelentes referências nesta prática. E assim se aprende com elas, em vez de ter que começar do zero. A educação superior tem sido fundamental para a formação de massa crítica em cidades de fronteira ou periféricas, constituindo atualmente um dos pilares fundamentais no processo de formação de mão de obra qualificada para contribuir para o desenvolvimento de cidades e territórios. E intencionalidades educativas ajudam a concretizar projetos socioeducativos pensados para ambientes como o Oiapoque.

Esta pesquisa identificou alguns pontos que são de relevância para pesquisas futuras, do ponto de vista de melhorias em relação ao objeto de estudo apresentado. Para futuros trabalhos recomenda-se a incorporação de elementos distintivos observados através desta pesquisa no território do Oiapoque. Entre eles, destaque para o acesso. Não se pode vislumbrar o Oiapoque com perfil de cidade universitária com a mobilidade existente nos dias atuais. Discentes, docentes, servidores públicos e ainda pesquisadores precisam ter resguardado o direito de ir e vir em segurança, ao longo do ano, em período chuvoso ou no verão.

O trecho de cerca de 110 km entre Calçoene e Oiapoque é um entrave angustiante para quem precisa se deslocar para o Oiapoque ou retornar para a capital Macapá. Dependendo do período do ano, o viajante pode se deparar com uma nuvem de poeira que ofusca os olhos e torna cada curva uma via perigosa (verão), ou trecho inviável para passagem por conta das fortes chuvas (inverno) que dominam a Floresta Amazônica na maior parte do ano. Este é um elemento que dificulta a fixação *in situ* de capital humano social, cultural e econômico.

A pesquisa identificou que a maior dificuldade da prefeitura do Oiapoque e da própria UNIFAP é a manutenção do capital qualificado. A maioria resiste labutar por muito tempo no Oiapoque, devido à insegurança da mobilidade, especialmente em período de emergências. A instituição promotora de educação superior e o poder público precisam se unir para garantir o acesso de qualidade para o território, que traga segurança para permanência e fixação no território de servidores e discentes oriundos de outros lugares.

A questão da demanda precisa ser entendida como análise primordial pela instituição promotora. A UNIFAP precisa aplicar o dispositivo já existente no regimento desde

2002. O artigo 62 indica que há um departamento responsável por subsidiar a instituição em relação à criação de novos cursos:

Art. 62 Ao Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis compete:
XII – efetuar levantamentos de dados relativos ao mercado de trabalho que possam subsidiar a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação na criação de novos cursos.
(UNIFAP, 2002, p. 28)

Com os dados de demanda disponíveis, sugere-se a incorporação de planejamento. É importante que planos de implantação de campi voltados para o território do Oiapoque sejam definidos com base na avaliação realizada em anos anteriores para averiguar a viabilidade do projeto, e não em função das intenções políticas do governo federal, de interesses de um docente especializado ou mesmo da instituição UNIFAP.

A calendarização das fases de planejamento, a pesquisa de demanda de campo, a análise de demandas que venham a subsidiar ofertas de vagas, as audiências públicas, a discussão sobre viabilidade dos cursos, a contratação de servidores, o aporte financeiro, a implantação dos cursos e avaliação devem ser cumpridos rigorosamente.

Nesta avaliação deve constar, entre outros, a participação popular como parte do planejamento. O reconhecimento da importância da educação superior para o desenvolvimento do território precisa ser entronizado e isto não se consegue em apenas uma única reunião de audiência. É necessário capacitar a comunidade para que “*abrace*” o projeto e contribua na discussão e na escolha dos cursos viáveis, na divulgação do projeto e dos cursos, e se proponha a preparar os filhos do território do Oiapoque para esta fase de formação superior. A academia promotora precisa preparar a comunidade e a comunidade precisa interiorizar a importância do projeto para que o Oiapoque se desenvolva.

Por fim, o território do Oiapoque precisa ser entendido como possuidor de elementos distintivos nos aspectos de fronteira, riqueza da biodiversidade e povos indígenas. A fronteira com a Guiana Francesa precisa ser vista como porta de entrada para a Europa e cursos voltados para esta temática precisam ser discutidos e implantados. A natureza do lugar e o contexto da preservação da biodiversidade precisam ser entendidos como *conditio sine qua non* para a existência do campus. Este tema tem poder de despertar interesses nacionais e internacionais para discentes, docentes, pesquisadores, instituições de pesquisas e ONGs que, atraídas pelos cursos focados nesta temática, se sentirão induzidas a conhecer *in situ* o território e o campus.

Deve ser considerada a presença forte e intensa dos povos indígenas. Eles não podem ser ignorados como público-alvo dos cursos e como possuidores de uma riqueza cultural ainda não totalmente pesquisada e conhecida. A incorporação dos povos indígenas, em tese, garante demanda permanente para alguns cursos que sejam ofertados. Além disto, as pesquisas sobre a riqueza cultural destes povos podem contribuir para cunhar o Oiapoque como cidade universitária de pesquisa cultural antropocêntrica da Amazônia.

Estes aspectos precisam ser incorporados no projeto, nos cursos e na divulgação. Estes elementos distintivos do território do Oiapoque, por si só, são atraentes e podem ser incorporados como marketing de massa para aumentar demanda e contribuir para o Oiapoque conquistar perfil de cidade universitária, de fato, pelos cursos existentes lá.

9 CONCLUSÃO

A pesquisa teve por objeto o Projeto Campus Binacional criado em 2013 e os cursos ofertados a partir de 2014 no Oiapoque, identificado como território localizado no extremo norte do Amapá, na região mais setentrional do Brasil. Este território é o resultado de históricos litígios internacionais e confronto político, finalizado apenas em 1900 por um Tratado de Arbitragem decidido na Suíça, que estabeleceu, no plano internacional, os limites definitivos de fronteira, reafirmando a base do Tratado de Utrecht. Trata-se de um espaço de natureza plena com várias áreas protegidas, incluindo Unidade de Conservação e Terras Indígenas.

O Oiapoque compartilha uma fronteira de 730 km (através do rio Oiapoque, de sua foz até sua nascente) com a União Europeia (EU), através da Guiana Francesa, e detém um corredor de biodiversidade, em sua maioria endêmica, composta por mangues, campos e montanhas contidas nos dois parques de maior expressão: o Parque Montanhas do Tumucumaque e o Parque do Cabo Orange, identificados com uma riqueza em biodiversidade e com potencial para o desenvolvimento científico e tecnológico no Amapá e na Amazônia, através de instituições de ensino e pesquisa.

O objetivo da pesquisa foi resgatar as circunstâncias que levaram o Governo Federal e a UNIFAP a pactuarem um Campus Binacional na região mais setentrional do Brasil, ao inverso dos discursos oficiais dos presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da República Francesa, Nicolas Sarkozy, em 2008, sobre a necessidade de um Centro Franco-Brasileiro de Biodiversidade Amazônica (CFBBA) e uma universidade no território do Oiapoque para promover pesquisa sobre a biodiversidade Amazônica.

A pesquisa identificou que inicialmente a oferta de ensino superior e pesquisa na fronteira viria a partir do projeto Universidade Binacional. Este faria parte de um conglomerado de instituições científicas da Amazônia brasileira e da Guiana francesa. O objetivo era apoiar as ações que seriam geradas a partir das pesquisas sobre biodiversidade produzidas pelo Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade da Amazônia. A Universidade Binacional era apenas um projeto a ser ainda criado e executado, enquanto as demais instituições de pesquisas já existiam e desenvolviam suas atividades normalmente na Amazônia.

Dentre as instituições já existentes e que compoariam o CFBBA, destaca-se o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o Museu Paraense Emílio Goeldi

(MPEG), a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), a Universidade Estadual do Amapá (UEAP), o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

A pesquisa apontou que a justificativa da criação do CFBBA era o potencial identificado da biodiversidade presente na Região Amazônica, em região de fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Os dados utilizados pelos técnicos do MCT indicavam que a Amazônia possuía uma extensão territorial geográfica de 5,4 milhões de Km², com a maior biodiversidade do planeta no quesito plantas, peixes de água doce e mamíferos, que era a segunda maior região do planeta em anfíbios, a terceira em aves e a quinta em répteis. Os dados apontavam que a Amazônia comportava um vasto grupo de povos indígenas com conhecimento tradicional associado ao conhecimento de recursos genéticos.

Entretanto, havia baixo aproveitamento do potencial econômico, social e ambiental da biodiversidade da Amazônia. Apenas de 5% a 15% de um total de 250.000 espécies de plantas superiores haviam sido investigados. Um dos fatores para o baixo aproveitamento do potencial e da riqueza amazônica era o conhecimento insuficiente da biodiversidade por parte de pesquisadores e baixa conectividade entre ciência e Governo sobre o bioma amazônico.

As narrativas recorrentes do presidente brasileiro à época para se criar um centro de excelência em pesquisa na Amazônia, especificamente na região do Oiapoque, foi fortalecida em uma entrevista coletiva concedida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da França, Nicolas Sarkozy, em 12 de fevereiro de 2008. Suas palavras indicavam preocupação com o tema da biodiversidade, o desenvolvimento e a preservação da Amazônia na fronteira. A segunda fala, ocorrida no encontro de 23 de dezembro de 2008, o discurso proferido acrescentava outros elementos, como pesquisa e inovação tecnológica como elementos para o aproveitamento máximo do potencial amazônico.

Os acordos já existentes de cooperação técnica e científica entre o governo da República do Brasil e o governo da República Francesa (assinados nos anos de 1967, em Paris, na convenção sobre biodiversidade biológica, em 1992 no Rio de Janeiro, e do acordo de cooperação entre o governo da República do Brasil e o governo da República Francesa, datados e assinados em Paris, em 1996) contribuíram para a assinatura, em 23 de dezembro de 2008, do protocolo adicional ao acordo de cooperação técnica e científica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Francesa para a criação do Centro de Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica.

A pesquisa apontou que houve uma reunião em 17 de maio de 2009 para apresentação do pré-projeto envolvendo instituições científicas da Amazônia que fariam parte no CFBBA. Na reunião foi apresentada a necessidade de criar um centro que reunisse várias instituições já existentes na Amazônia para se aprofundar a pesquisa sobre a biodiversidade. Foi apresentado um modelo de consórcio já existente no país da Costa Rica, cujos resultados eram excelentes e que certamente seriam viáveis na Amazônia.

No entanto, a UNIFAP, por ser uma instituição de ensino na Amazônia com o status de consolidada, teve acesso ao pré-projeto em 21 de maio de 2009 e em 02 de junho de 2009, em outra reunião com representantes do MCT, do Ministério da Educação, do Ministério das Relações Exteriores, do IBAMA, do ICMBIO e do governo do Amapá, manifestou-se contrária ao modelo do projeto apresentado pelo MCT, porque a ela conferia apenas a execução de oferta de cursos de graduação e desconsiderava-se a sua competência entre pesquisa, ensino e extensão e seu quadro de pesquisadores.

Diante deste impasse, no final do governo Lula, em dezembro de 2010, o então Reitor da UNIFAP, professor Dr. José Carlos Tavares, foi convocado para uma reunião de emergência na Secretaria de Educação Superior em Brasília para assinatura de um termo de pactuação não mais de um centro com estrutura física alocada que reunisse várias instituições da Região Amazônica para a produção de pesquisa sobre a biodiversidade Amazônica, mas de uma estrutura universitária com o objetivo de fortalecimento e integração regional.

A partir desta reunião e da assinatura do termo de pactuação, a UNIFAP tomou para si o desafio de criar um campus denominado binacional, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, no território do Oiapoque. Os documentos analisados da minuta do projeto, datado de 07 de agosto de 2011, e do processo n.º 23.125.002057/2011-01 de 07 de julho de 2011, indicam que o campus nasceria grande, pois, já contava com a garantia de 263 códigos de vagas para contratação de docentes e técnicos, além de três cargos de direção para a gestão do campus e recursos orçamentários na ordem de R\$ 58.146.000,00 para investimentos em obras, custeios de equipamentos e assistência estudantil. Em seu pleno funcionamento, o novo campus contaria com 2.200 discentes matriculados e cerca de 260 docentes e técnicos atuando. Com oferta anual de 850 vagas distribuídas em dois eixos principais: saúde e meio ambiente.

A pesquisa revelou ainda que o processo do Projeto Campus Binacional percorreu um período de quase dois anos em várias instâncias dentro da UNIFAP. Primeiro criou-se grupos de trabalho (GTs) com 18 cursos, 04 departamentos, 02 sindicatos e 03 pró-reitorias. Os 27 membros foram indicados para pensar e estruturar o projeto e indicar quais os cursos para o

novo Campus do Oiapoque. Feito isto, o projeto foi enviado à PROGRAD que, seguindo os trâmites legais, enviou-o ao chefe de gabinete da reitoria e este à Câmara de Ensino, onde o projeto de fato foi discutido, analisado, questionado e aprovado por todos os conselheiros, com algumas ressalvas, entre elas a retirada do nome Binacional do Oiapoque para Campus do Oiapoque.

Por fim, após a aprovação pela Câmara de Ensino, o processo foi encaminhado para a PROGRAD, cujo parecer indicou inicialmente a falta de condições para a formação do quadro de docentes para o curso de Letras/Linguística (com ênfase em línguas indígenas), a inclusão do curso de Pedagogia no projeto original, orientações quanto à estrutura física necessária para o funcionamento dos cursos. Apesar das discussões indicarem resistência quanto à execução do projeto, este foi aprovado por unanimidade pelos membros da Câmara de Ensino.

Foi identificado que o processo foi aprovado pelo CONSU na resolução datada de 01/2013 de 14 de janeiro de 2013, cujo 1º artigo traz a seguinte redação: “Transformar o campus Oiapoque em campus da Universidade Binacional para a realização de cursos de ensino superior da Universidade Federal do Amapá, fora da sede, e atender o projeto Universidade Binacional”.

Ressalta-se que a pesquisa seguia o entendimento de que o Campus Binacional do Oiapoque era um desdobramento do Projeto Universidade Binacional abrigado dentro do CFBBA. Este entendimento foi alimentado por três motivos: a) no processo n.º 23.125.002057/2011-01, de 07 de julho de 2011, usado como base da pesquisa, a nomenclatura utilizada se referia a uma Universidade Binacional, permutada (alterada) somente na segunda versão, datada do dia 23 de fevereiro de 2012 e emitida pela coordenadora do Projeto do Campus Binacional do Oiapoque; b) o primeiro artigo da resolução que criou o Campus Binacional do Oiapoque indica que foi criado para atender o Projeto da Universidade Binacional, e c) a página do Reuni descreve, ainda hoje, início das obras do Campus Binacional como resultado da assinatura do Plano de Ação Franco-Brasileiro, na cidade de Saint Georges em 2008.

Estas informações geraram uma certa confusão sobre o que de fato estava sendo pesquisado: um campus fomentado por um programa federal para a expansão das universidades brasileiras ou um campus como resultado do desdobramento do CFBBA? A partir deste momento houve a sugestão de imergir na busca de fonte primária para suprir a falta de informações concretas não encontradas nas fontes oficiais.

A dissertação indica que as entrevistas com gestores, coordenadores, técnicos e docentes da época da pactuação foi fundamental para dirimir as dúvidas existentes nos

documentos oficiais. Com a inclusão das fontes primárias, a pesquisa seguiu um caminho mais seguro para apresentar resultados fidedignos à comunidade científica e à comunidade em geral.

O resultado indica que o objeto desta pesquisa, o Campus Binacional, apesar da nomenclatura contida no processo que deu origem ao projeto, ao texto da resolução que criou o Campus Binacional do Oiapoque e o que consta na página que hospeda informações do Reuni, não foi o desdobramento do CFBBA, que hospedaria uma Universidade Binacional no Oiapoque. Em vez disto, foi um aproveitamento de oportunidade através do Programa Federal do Reuni, que promovia expansão das IFES para ofertar ensino superior fora da sede. O aproveitamento desta oportunidade garantiu o reconhecimento do campus pelo MEC.

A pesquisa identificou que para justificar a escolha dos primeiros cursos, a PROGRAD emitiu um novo memorando n.º 001/2012, datado do dia 23 de fevereiro de 2012, em que afirma ter ocorrido uma reunião para debate sobre a escolha dos cursos a serem ofertados no lugar Oiapoque. Segundo a nova minuta, quatro representantes das instâncias superiores participaram de uma reunião de audiência pública com a comunidade para apresentação do Projeto Campus Universitário e acolhimento das principais necessidades da comunidade. No entanto, não foram especificados data, local e registros de presença da comunidade e dos servidores da UNIFAP na reunião citada.

Entretanto, a pesquisa de campo, denominada de entrevista, com alguns servidores da UNIFAP confirmou a existência da audiência pública para tratar sobre o Projeto Campus Binacional em uma das escolas estaduais existentes no Oiapoque (sem precisar o nome e o dia da citada reunião). Nesta reunião foi apresentada a proposta da UNIFAP de criar um campus binacional com vários cursos para o Oiapoque. Lá foram discutidos quais cursos deveriam ser priorizados nas primeiras ofertas para o território do Oiapoque. A audiência contava com professores, alunos, membros do Exército Brasileiro e profissionais do comércio que participaram das discussões e apresentaram as maiores necessidades: os cursos de licenciaturas para suprir a demanda de profissionais da região e assim preparar melhor os candidatos do Oiapoque e demais municípios adjacentes para ingresso no ensino superior.

Esta reunião com a sugestão de cursos para atender as necessidades locais subsidiou os GTs na formulação do projeto, na escolha, na formatação e na justificativa dos 10 cursos previstos inicialmente para o campus. No entanto, os cursos que foram disponibilizados no primeiro vestibular especial distavam da maioria dos dez 10 cursos indicados pelos GTs.

A pesquisa aponta ainda que, a despeito da participação da comunidade em audiência pública, o Projeto Campus Binacional foi pensado no geral, de cima para baixo, como

“*políticas de gabinete*”, como se referiu um dos conselheiros da Câmara de Ensino, ao discutir em comissão o projeto. Um dos entrevistados que participou da audiência citada afirma que, naquela reunião de audiência pública, a UNIFAP atendeu os pedidos para ofertas dos cursos, mas não atentou para a demanda existente, não procurou realizar pesquisa de mercado. O entrevistado afirmou ainda que tais cursos deveriam ter sido ofertados em período determinado para evitar perda de recursos.

Outro ponto identificado na pesquisa está relacionado ao público-alvo. Na literatura disponibilizada por autores regionais e amazônicos, o Oiapoque tem sido descrito como lugar de passagem de aventureiros em busca do ouro e do euro, território de formação do tecido étnico, diferenciada dos demais municípios e da capital Macapá, público raiz e permanente constituído pelos povos indígenas, os verdadeiros moradores fixos do lugar (Almeida; Rauber, 2017; Silva, 2011; Tostes, 2016).

Estes elementos não foram incorporados no Projeto Campus Binacional como resultado de uma ampla discussão, nem ainda foram discutidas a demanda reprimida ou permanente, a dificuldade de fixação *in situ* e a dificuldade de acesso ao território do Oiapoque. Os povos indígenas, embora servidos com curso superior, especificamente voltado à formação de professores para atuarem nas aldeias desde 2007, não foram percebidos como público-alvo no novo campus universitário para a fronteira. Estes povos são apontados por Milhomes (2020) como os verdadeiros moradores do território do Oiapoque. O reconhecimento garantiria, em tese, demanda para os vários cursos. O IBGE aponta que os povos indígenas, que representavam em 2010 cerca de 25% da população do Oiapoque, tiveram um crescimento de mais de 60%, entre 2010 e 2022, enquanto a população do Oiapoque, em geral, obteve taxa de crescimento populacional de 34%.

Por fim, a pesquisa identificou que o quantitativo de 2.200 discentes distribuídos nos 10 cursos previstos na minuta também não se concretizou no primeiro ciclo, entre 2014 e 2018.2; pelo contrário, houve uma redução do quantitativo de discentes ingressantes e permanentes no mesmo período (cerca de 326 discentes, de fato, matriculados no ano de 2018.2). Também o que se previa em ofertas de 850 vagas ao ano não se confirmou. No primeiro ciclo de oferta, em nenhum momento se atingiu a meta e houve dois anos sem oferta de vagas, ou seja, o que se vislumbra na justificativa para a aprovação do projeto na Câmara de Ensino — atender mais de 2.200 mil alunos em sua plena implantação — não se confirmou até o período analisado pela presente pesquisa, nem ainda se confirmou a expectativa de tornar o

Oiapoque uma cidade universitária com perfil de atratividade para pessoas que seriam atraídas pelos cursos que lá existiriam.

Esta pesquisa se torna relevante por apresentar questões a serem consideradas, repensadas e corrigidas para contribuir na construção de futuros projetos de nível superior em, pelo menos, três pontos: a) os projetos voltados para as regiões periféricas, como, no caso, o Oiapoque – que se situa na região mais setentrional do Brasil (norte do Amapá) –, precisam ser pensados, discutidos com a comunidade e é preciso verificar se são viáveis para a região, por quanto tempo as demandas estarão disponíveis para as ofertas de vagas e cursos; b) as especificidades do lugar devem ser valorizadas, analisadas e acolhidas, antes de se averiguar a possível execução do projeto, sob o risco de fracasso, perda de recursos e sonhos da comunidade; c) é preciso acionar o dispositivo contido no regimento geral da UNIFAP, no artigo 62, XII, sobre demanda.

Há um departamento de ações comunitárias com competência em subsidiar a PROGRAD com levantamentos de demandas reprimidas e permanentes para a oferta de novos cursos que a instituição UNIFAP se proponha a disponibilizar. A análise de demanda pode evitar perda de alto investimento em estrutura e material humano de qualidade. Esta ferramenta pode evitar os paradoxos e o choque entre a expectativa e a realidade de oferta de curso superior nas unidades educacionais.

Recentemente este autor leu um artigo de Tostes (2023), professor da UNIFAP. O texto chama atenção pelo título: “Amazônia: o cemitério de boas intenções e projetos interessantes”. Nele, Tostes identifica vários projetos pensados para a Amazônia que não chegaram a ser implantados e ficaram no esquecimento, a despeito de que, *a priori*, eram interessantes. Isto posto, pode-se inferir que o CFBBA era interessante. A Universidade Binacional também. Mas até o momento não saíram do papel, e o Campus Binacional proposto não atingiu a previsão imaginada.

Embora tenha o potencial da biodiversidade existente, o Oiapoque é um território cuja vocação ainda está voltada para a exploração do potencial das riquezas amazônicas, como o ouro, ou para passagem em busca do euro no outro lado da fronteira. A mudança da percepção sobre o valor da educação para o uso sustentável das riquezas naturais vai exigir tempo, investimento e um grau de paciência. A avaliação do primeiro ciclo de ofertas de cursos superiores disponibilizadas para o território, através do Campus Binacional, precisa passar por uma profunda reflexão de gestores, docentes e comunidade em geral, para, a partir disto, se decidir como proceder para o êxito do próximo ciclo do ensino superior no Oiapoque, visto que

os dados apresentados no recorte temporal da pesquisa (2014 -2018) evidenciaram o fosso entre as expectativas e a realidade da oferta de ensino superior.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S. **Geopolítica da biodiversidade**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília: Atlas, 1998. Disponível em: https://www.academia.edu/35126461/Geopol%C3%ADtica_da_Biodiversidade. Acesso em: 25 abr. 2023.
- ALMEIDA, C. S.; RAUBER, A. L. Oiapoque, aqui começa o Brasil: a fronteira em construção e os desafios do desenvolvimento regional. **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, p. 474-493, 2017.
- ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalho para curso de pós-graduação: noções práticas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- BECKER, B. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B.; HAESBAERT, R.; SILVEIRA, C. (Orgs.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.
- BECKER, B. **Amazônia: geopolítica na virada do milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BECKER, B. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cien. Hum.**, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, 2010.
- BÍBLIA. **Bíblia sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada no Brasil. 2. ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1990.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC.**, v. 2, p. 68-80, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em: 14 nov. 2023.
- BORDO, A. A.; SILVA, C. D.; NUNES, M.; BARBOSA, T.; MIRALHA, W. **As diferentes abordagens do conceito de território**. Disponível em: <https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/as-diferentes-abordagens-do-conceito-de-territo3b3rio.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.
- BRASIL. Ministério de Ciência e Tecnologia. **Proposta de implantação do Núcleo Integrado da Biodiversidade Amazônia – NIBA – e do Centro Franco-Brasileiro de Biodiversidade Amazônica – CFBBA**. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia, 2009.
- BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. **Entrevista coletiva concedida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da França, Nicolas Sarkozy, em 12 de fevereiro de 2008**. Brasília, 2008a. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/entrevistas/2o-mandato/2008/12-02-entrevista-coletiva-concedida-pelo-presidente-da->

[republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-conjunto-com-o-presidente-da-franca-nicolas-sarkozy/view](#). Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. **Declaração à imprensa seguida de entrevista coletiva concedida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da França, Nicolas Sarkozy, em 23 de dezembro de 2008.** Brasília, 2008b. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/entrevistas/2o-mandato/2008/23-12-declaracao-a-imprensa-seguida-de-entrevista-coletiva-concedida-pelo-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-conjunto-com-o-presidente-da-franca-nicolas-sarkozy/view>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Protocolo adicional ao acordo de cooperação técnica e científica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Francesa para criação do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica.** Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 2008c.

BRASIL. REUNI. **Unifap dá início às obras do campus binacional em Oiapoque.** Ministério da Educação, 2011. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/noticias/36-outras-noticias/983-unifap-da-inicio-as-obras-do-campus-binacional-em-oiapoque>. Acesso em: 29 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.139, de 22 de agosto de 2017.** Promulga o protocolo adicional ao acordo-quadro de cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Francesa sobre a cooperação descentralizada, firmado em São Jorge do Oiapoque, em 12 de fevereiro de 2008. Presidência da República. Secretaria geral/ subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9139.htm. Acesso em: 17 out. 2022.

CHAGAS, M.A.A. **Tumucumaque:** o “Big Park” e a história do conservacionismo no Amapá. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2008.

CHELALA, C.; CHELALA, C.; TOSTES, J. A.; ANDRADE, R. F. Sustentabilidade dos municípios e vulnerabilidade regional no estado do Amapá: a região de Oiapoque. In: AMIN, M. M.; NUNES, S. F.; SILVA, F. C. da (Orgs). **Sustentabilidade dos municípios da Amazônia organizadores.** Coleção formação regional da Amazônia. Belém: NAEA, 2015.

COSTA, R. **Oiapoque hoje.** 2010. Arquivo pessoal.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontologia politica de los “derechos al territorio”. Cuadernos de Antropología Social, n. 41, 25-37, 2015. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/1594>. Acesso em: 05 set. 2023.

FERREIRA, S. D. **A lógica da ação coletiva:** análise do processo de construção do Plano Diretor de Oiapoque. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018.

FONSECA, G. P. M. **Cavalo do vingador: ethos da garimpagem na fronteira da Amazônia Franco-Brasileira: uma análise sociológica em Oiapoque**. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 57–63, 1995. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/38183>. Acesso em: 16 nov. 2023.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do censo demográfico 2010 - residente total do município do Oiapoque**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopse/index.php?uf=16&dados=21>. Acesso em: 14 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Brasília: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?edicao=31094&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 14 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Brasília: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/oiapoque/panorama>. Acesso em: 14 nov. 2023.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio. **Plano de manejo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque**. Brasília: ICMBio, Ministério do Meio Ambiente, 2009.

IRVING, Marta. Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque (Ap - Brasil): “ultra periferia” ou “laboratório” para a cooperação em gestão da biodiversidade nos espaços amazônicos de fronteira? **Revista de desenvolvimento econômico**, Salvador, a. 6, n. 10, p. 26-37, 2004. Disponível em: https://agora.ie.ufrj.br/pdf/Marta_de_Azevedo_Irving/10.Parque_Nacional_Montanhas_de_Tumucumaque.pdf. Acesso em: 16 nov. 2023.

IRVING, Marta. Áreas protegidas de fronteira e turismo sustentável na Amazônia: entre o surrealismo e a invenção. **Revista de desenvolvimento econômico**, Salvador, a. 8, n. 13, p. 35-49, 2006. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/74/78>. Acesso em: 16 nov. 2023.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARTINS, Carmentilla das Chagas. **Para além, através, da fronteira e do acordo: interações sociais no Oiapoque**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

MILHOMES, P. Ethos e fronteira: uma breve análise sociológica na Amazônia Franco-Brasileira no universo da garimpagem. In: IV Congresso Internacional de Direitos Humanos (CONIDIH): Direitos humanos em um mundo em transformação. Campina Grande, de 20 a 22 de novembro de 2019. **Anais...** Campina Grande, 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65085>. Acesso em: 16 nov. 2023.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf. Acesso em: 14 mar. 2022.

PORTO, J. L. R.; SILVA, G. V. De periferia a espaço estratégico: a construção da condição fronteira amapaense. In: 7º Workshop APDR: Frontiers and Regional Development. **Anais da XXXVI Reunión de Estudios Regionales**, v. 1, 17-19 noviembre de 2010. Badajoz-Elvas. Disponível em: <https://old.aecr.org/web/congresos/2010/htdocs/pdf/p8.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023.

PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E.; TOSTES, J. A.; SOTTA, E. D. A reformatação da fronteira amapaense: das políticas públicas aos planos diretores e ambientais. **Revista researchgate**, 31 de jul. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/362382257_A_reformatacao_da_frenteira-amapaense_Das_politicas_publicas_aos_planos_diretores_ambientais. Acesso em: 04 maio 2023.

PROVEDELLO, M. Berta Becker: geógrafa e historicista, filha de ucranianos e romenos. Entrevista. **Revista IPEA, Desafios do desenvolvimento**, a. 2, ed. 11, 2005. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1321:entrevistas-materias&Itemid=41. Acesso em: 16 nov. 2023.

PRODANOV, C. C.; ERNANI, C. F. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SALDANHA, R. G. H. **Campus Binacional do Oiapoque: uma análise da expansão do ensino superior para a região de fronteira Brasil-França**. 2020. Dissertação (Mestrado profissional em Planejamento e Políticas pública) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://storage.woese.com/documents/f590003eed5ac0481a721ebc142c211abc405e72.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2022.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: ed. Record. 2008.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. *In*: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SAQUET, M.; SPOSITO, E. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular, UNESP, 2009. Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20C1FICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. A história de um livro. **Acta geográfica**, ed. esp. cidades na Amazônia brasileira, p. 151-163, 2011. Disponível em: https://www.dpi.inpe.br/Miguel/AnaPaulaDAIasta/Acta_Geografica_CidadesAmazonicas_EdicaoEspecial_2011/MariaLauraSilveira_HistoriaLivro_Acta_Geografica_2011.pdf. Acesso em: 16 nov. 2023.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E. de; P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SILVA, G. V. Usos Contemporâneos da Fronteira Franco Brasileira: entre os ditames globais e articulação local. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

SILVA, G. V.; TOSTES, J. A. Objetos técnicos que reconfiguram uma realidade periférica: notas sobre a organização do espaço amapaense vistas pela ótica das redes técnicas. *In*: **XIV Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro, maio de 2011.

SOUSA, R. **Geografia política na fronteira franco-brasileira**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena e Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal do Amapá, 2010. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/geografia-politica-na-fronteira-franco-brasileira/35116>. Acesso em: 13 out. 2022.

SUPERTI, E.; SILVA, G.V. Integração internacional e políticas públicas de defesa e segurança na fronteira Setentrional Amazônica: Reflexões sobre a condição fronteiriça amapaense. **Revista intellecto**r, Rio de Janeiro, a. 11, v. 11, n. 22, 2015.

TOSTES, J. A. **Um dia de domingo na vida de sapateiro**. Artigo urbanidade, 09 jul. 2023. Disponível em: <http://josealbertotostes.blogspot.com/2023/07um-dia-de-domingo-na-vida-de-sapateiro.html>. Acesso em: 16 jul. 2023.

TOSTES, J. A. **Oiapoque**: em busca do plano perdido. Macapá: Ed. Sal da terra, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Regimento geral**. Resolução nº 09 – CONSU/UNIFAP, de 29 de abril de 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Proposta de fortalecimento da Unifap no contexto do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica**. 2009. Arquivo pessoal.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Plano de desenvolvimento Institucional - PDI**. 2015-2019. Unifap, 2009. Disponível em: <https://www2.unifap.br/pdi/files/2009/08/PDI-2015-2019-UNIFAP.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Minuta do projeto Universidade Binacional**, 2011. Relatório do parecer da relatora da Câmara de Ensino. Datado de 03 abril 2012. Constante no processo nº 23125.002057/2011-01.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Processo nº 23125.002057/2011-01**. Minuta do Projeto Campus Binacional – Oiapoque. Macapá, 07 de abril de 2011. Arquivo pessoal.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Memorando nº 001/2012** – Prograd de 23 fev. 2012. Solicita permuta do Projeto Universidade Binacional.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Memorando nº 005/2013** – Prograd de 07 jan. 2013. Solicita aprovação *ad referendum* à resolução do Campus Binacional. Unifap, 2013a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Resolução nº 01/2013** - CONSU, de 14 de janeiro de 2013b. Ementa: transforma o Campus de Oiapoque em Campus Binacional.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Relatório de Avaliação Institucional** – Comissão Própria de Avaliação. Macapá, 2013c. Disponível em: <https://www2.unifap.br/pdi/files/2009/08/PDI-2015-2019-UNIFAP.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Memorando nº 039/2014** – Combinacional/Unifap 23 de setembro. Informa sobre disponibilidade de recursos às coordenações.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Departamento de Cadastro Acadêmico – DERCA**. Unifap, 2015. Disponível em: <https://www2.unifap.br/derca/2015/09/15/convocacao-para-a-matricula-dos-aprovados-nos-2015-2-campus-binacional/>. Acesso em: 20 out. 2023.

VIEIRA, I. C. G. TOLEDO, P. M. de; ROCHA, G. de M.; SANTOS JUNIOR, R. A. O. Bertha Becker e a Amazônia. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 19, n. 1103(4), 2014.

ANEXO

ANEXO I - TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

RESUMO

Esta pesquisa visa resgatar o contexto histórico da Universidade Binacional do Oiapoque, implantada na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. A Universidade integrava o Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica, projeto acordado pelos presidentes Lula e Sarkozy, em 12 de fevereiro de 2008. Os descaminhos e as descontinuidades políticas reduziram ou anularam os impactos positivos do projeto, implicando um processo de cooperação bilateral inacabado ou mesmo problemas que se tornam em novos desafios de tomada de decisão. Com o intuito de garantir uma ação pública em nível federal na fronteira, no final do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a UNIFAP foi convocada pela Secretaria de Ensino Superior – SESU – a promover não mais um centro com estrutura física alocada envolvendo todas as instituições científicas já existentes na Amazônia, mas sim um campus em Oiapoque (AP), contemplando a proposta do projeto de ser binacional. A pesquisa se baseou em consulta de documentos institucionais, pesquisa bibliográfica, entrevista e literatura filiada ao conceito de território, territorialidades e fronteira, para referendar, substancialmente, a análise do conteúdo do projeto.

Entrevista semiestruturada para obtenção de dados primários sobre o Projeto Binacional: Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônia – CFBBA – e Projeto Universidade Binacional. Esta entrevista aconteceu no dia 11 de agosto de 2023 com o Dr. José Tavares. Reitor no período das tratativas da concepção e da construção do Projeto Binacional – Brasil e França.

1. Qual a percepção do Centro Franco-Brasileiro pensado para acontecer na fronteira do Oiapoque com a Guiana Francesa?

A ideia do CFBBA Surgiu a partir da necessidade de discussão da valorização da biodiversidade da Amazônia. A Andifes – órgão que representa todas as universidades brasileiras – encabeçava essa discussão. Sarkozy, presidente francês, tinha interesse em fortalecer essa relação do Norte do Brasil com a Guiana Francesa – território ultramarino da França –, juntamente com o governo Lula. Com isso, surgiu o CFBBA, que funcionou virtualmente dentro de um contexto de pensar na estruturação na área da pesquisa e do ensino e nas relações entre Brasil e França. Na minha concepção, era um projeto arrojado e de grande envergadura que poderia se materializar na valorização da fronteira Brasil-França. Infelizmente, isso não veio a se concretizar. Mas penso que, num futuro próximo, irão novamente voltar a essa proposta por conta de a Amazônia ser espaço de grande

importância e por conta do tema da biodiversidade e do próprio ecossistema situado na fronteira.

2. E sobre a Universidade Binacional a ser criada dentro do CFBBA?

Isso era uma proposta muito bem estabelecida e viabilizava a realização de estudos e projetos de pesquisa dentro do contexto da biodiversidade e do ecossistema amazônico da fronteira, valorizando os parques de conservação do Brasil, como Tumucumaque, e estabelecia uma integração estreita com a Guiana Francesa, dentro do contexto da valorização da pesquisa com todas as áreas, como ecologia, biologia e todos os outros sistemas sociais e ainda a valorização dos conhecimentos da população tradicional. Penso que este fato de uma Universidade Binacional funcionou do lado da Guiana Francesa porque lá só existia um campus ligado a Martinica e Guadalupe, e foi criada a Universidade da Guiana Francesa, que está trabalhando muito no contexto da área social com alguns cursos e implantando alguns programas de pós-graduação na vertente da ecologia social e outros temas de fronteira.

Penso que esta proposta pode até não ser concretizada dentro de um contexto binacional, mas só vejo crescimento do município do Oiapoque e da Unifap, que contribui muito com o Campus Binacional. Mas só vai mesmo ser consolidado para crescer para dentro desse tema se for criada uma Universidade Federal consolidando todos os temas básicos que devem ser estudados na fronteira, dentro de uma universidade federal. Vamos torcer para que saia a Universidade Federal do Oiapoque.

3. O que levou o governo federal a propor à Unifap uma pactuação para implantação de um Campus Universitário Binacional em detrimento de um CFBBA e UB?

Não tem nada disso. Ao mesmo tempo que se estava cogitando a questão da instalação do CFBBA, que foi implantado virtualmente e funcionou dentro do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT – por algum tempo virtualmente. Ao mesmo tempo, houve um programa do Ministério da Educação de expansão de campi. Assim, a Unifap não poderia ficar esperando que saísse algo de concreto em relação à Universidade Binacional, que era algo muito mais complexo, e perder a oportunidade de haver investimentos e reconhecimento para o próprio campus norte do Oiapoque, que ainda não era reconhecido pelo MEC. Quando foi lançado o programa de novos campi, a Unifap conseguiu introduzir, também, a ideia do Campus Binacional do Oiapoque. Então, na verdade, foi uma questão de não perder oportunidade de investimentos no Oiapoque e não “mudar” de ideia, em detrimento do CFBBA, que, na verdade, não foi para frente, funcionou virtualmente e era uma questão muito mais ampla e complexa, que envolvia outros ministérios, além do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT –, como o Ministério do Exterior – ME – e o Ministério da Educação – MEC. Na verdade, foi um “aproveitamento de oportunidades”, isso sim. Não houve nada de deixar ou participar do CFBBA para pactuar a implantação de um campus. A implantação de um campus foi a oportunidade da Unifap de participar

dentro do programa de expansão de campi e aproveitar a oportunidade; se não, inclusive, a Unifap não teria nada consolidado no Oiapoque.

Dra. Adelma Barros – Presidente da Comissão para Construção do Projeto Universidade Binacional. Entrevista concedida em 06 de agosto de 2023

1. Qual a sua percepção da Universidade Binacional a ser criada dentro do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade da Amazônia – CFBBA?

Não se objetivou instituir uma Universidade com perfil para binacionalidade. O nome restou por ser uma zona de fronteira e ter um significado, um sentido que se agregou ao espaço geográfico que ocupa.

2. Na sua percepção, a Unifap tinha estrutura técnica, recursos e capital humano para promover uma Universidade Binacional na fronteira?

Na realidade, a proposta foi de criação de um campus e não de uma universidade. E a estrutura técnica de pessoal qualificado foi garantida tanto para área técnico-administrativa como docente. Infelizmente, muitos não se adaptaram ao local pela pouca estrutura de lazer, saúde e deslocamento.

3. Era possível identificar alguma pressão política oriunda dos gabinetes de Brasília para a execução do projeto em tempo hábil?

Em face ao tempo em que foi desenhada/planejada, havia a responsabilidade a ser cumprida, uma responsabilidade, a meu ver, social, com a população da fronteira e de adjacências e ainda em face do recurso público ter sido disponibilizado para tal, restava à Unifap, uma instituição pública, o cumprimento.

4. Quais os maiores entraves para as discussões, os debates e as decisões sobre o Projeto Universidade Binacional?

Não houve entraves nas discussões. A Comunidade de Oiapoque foi ouvida, fez demandas de cursos e os membros/professores técnicos e acadêmicos – DCE – da Sede foram convidados a participar e a discutir sobre as demandas. Participaram da construção do Projeto representações de todos os atores que compõem a Unifap (cf. Projeto).

5. Houve alguma orientação ou sugestão para o projeto incorporar ou acolher as especificidades do Oiapoque, como: acesso, povos indígenas, dificuldade de fixação *in situ* de capital humano qualificado e biodiversidade?

No corpo do projeto, há indicações de cursos e previsões de prazos de como ocorreria a implantação e as implementações, bem como as sugestões para as especificidades,

lembrando que já existia cursos voltados para a população indígena e os demais criados passaram a ser regidos pela lei de cotas, para pretos, pardos e indígenas.

6. As equipes de trabalho – GTs – ou o Campus do Oiapoque foram, em algum momento, subsidiados quanto à demanda de cursos e candidatos para a nova Universidade, de acordo com o dispositivo previsto no regimento geral da Unifap, no artigo 62, XII, sobre demanda, cuja competência se refere ao departamento de ações comunitárias para subsidiar a Prograd com levantamentos de demandas “reprimidas e permanentes”?

Conforme respondido antes, as demandas vieram da população, que requeria cursos que dessem a ela retorno às suas necessidades, formação de professor de pessoal da localidade, profissionais de saúde e direito, ou seja, em síntese, demandaram cursos que lhes dessem subsídios para obter representações da justiça, da saúde e formação de professores para garantir estudos e escolarização de suas crianças.

7. Mais alguma informação relevante que possa ser adicionada à pesquisa?

O campus proporcionou mudança na vida das pessoas e da própria cidade. Um exemplo foi o momento da pandemia. Foi noticiado que não fossem os profissionais de saúde formados no campus, foram fundamentais para salvar vidas. Além disto, muitos professores hoje que lá estão trabalhando são formados no campus. Valeria um estudo na população sobre os alcances, que, com certeza, foram muito significativos. Dos professores indígenas, muitos estão fazendo ou já fizeram mestrado e doutorado. São algumas provas de que o campus está cumprindo seu papel. Os principais percalços do campus foram estrada e falta de apoio.

Pró-reitor de Administração, Sr. Seloniel dos Reis – pró-reitor no período da implantação do Campus Binacional. Esteve presente na audiência pública para ouvir quais cursos deveriam ser incorporados no Campus Binacional. Entrevista concedida em 07 de agosto de 2023.

1. Para a implantação da Universidade Binacional, qual era o papel da Unifap, enquanto promotora do ensino superior na fronteira?

Por ser única no estado, a presença da Unifap era de fundamental importância no interior para promover a ciência, abrir espaço para a extensão, e ainda tem muita coisa para explorar. O que faltou foi um planejamento melhor.

2. Foram realizadas várias viagens ao Oiapoque para tratar sobre os assuntos de estrutura, construção e compra de material. Durante esse período, houve com a comunidade do Oiapoque (comerciantes, povos indígenas, associações de bairro, ONGs) audiência pública sobre o projeto da Universidade Binacional?

Sim. Houve sim. Eu participei de uma onde o objetivo era ouvir as demandas da comunidade. Não lembro bem em que escola aconteceu, quais cursos eles tinham interesse que fosse implantado lá. Na reunião várias entidades participaram, como professores, pessoal do exército, pais. Além de mim, o reitor participou – Tavares – e creio, também, que a Dra. Adelma também. Os cursos foram discutidos, e a Unifap atendeu à solicitação da comunidade. No entanto, faltou, a meu ver, um planejamento para verificar se aquilo era viável, a viabilidade desses cursos, o modelo a ser implantado, pois, por ser uma comunidade distante, precisava se pensar em outro modelo de cursos para o Oiapoque que não fosse só o presencial, mas também o EAD, outros modelos de cursos porque, por ser uma população menor, tu formaste quatro turmas, acabou a demanda. E não se tem mais público. Deveria ser tipo rotativo. Outros cursos para a comunidade tipo EAD. Os cursos implantados foram os pedidos pela comunidade.

3. Na sua opinião, o que, de fato, contribuiu para atrasar a entrega das construções dos prédios com estrutura adequada para receber discentes, docentes e técnicos na nova Universidade Binacional?

Os recursos vieram para licitar. Hoje, a legislação está mais flexível para licitar. Mas, na época, 2011, 2012, a legislação era rígida. Tu licita e vem uma empresa para construir todos os prédios. No entanto, o Oiapoque é uma logística complicada para a construção civil. Deve-se conhecer a região. A empresa que ganhou a licitação era do Maranhão, não conhecia realidade nenhuma do Oiapoque. A relação da Unifap com as empresas é a seguinte: a empresa executa o empreendimento e a Unifap vai pagando ou ressarcindo, de acordo com o percentual de avanço da obra. Entretanto, a empresa não tinha capital para manter a construção. Eram três prédios com três pavimentos, cada um, todo o material para a construção deveria ser deslocado da capital e, de preferência, no verão, porque, no inverno, fica muito mais complicado, sobretudo na região entre a entrada de Calçoene e o Oiapoque. Eram mais de 110 km. E a empresa não tinha dinheiro para comprar material e tocar a obra. Houve tentativa de romper o contrato, e o que foi pago, a Unifap perdeu. A Unifap tentou, por vezes, garantir a empresa para evitar perder os recursos. Foi da advertência a multas. Infelizmente, teve que romper o contrato. Total conhecimento da empresa em relação ao Oiapoque, em questão de logística, e baixa de capital para tocar a obra.

4. Na sua percepção, enquanto gestor, qual o impacto do acesso ao Oiapoque, especialmente os 110 km entre o município de Calçoene e Oiapoque, na fixação *in situ* de acadêmicos, técnicos e docentes e na atratividade de profissionais com capital humano qualificado ao Oiapoque?

Sim, há muito impacto. É uma região distante. Não é qualquer um que quer ir para o Oiapoque para ficar. E o acesso inviabiliza em muito. A própria estrutura da Universidade impacta também. Nosso público-alvo é o aluno, e, portanto, temos que criar condições para o aluno ficar no Oiapoque, o aluno de fora. As turmas que formam 4 turmas não têm mais

demanda. Com exceção dos indígenas. Eles têm um curso de mais de 10 anos e todo ano eles preenchem as vagas e vão até o final do curso com pouquíssimas evasões. Para fixar os alunos dos outros cursos, é necessário estrutura com restaurante, dormitório, porque quem não é do Oiapoque não sabe que o custo de vida é alto no Oiapoque. Portanto, para se ter aluno no Oiapoque, precisa ter uma atração lá. Para os técnicos e os professores que são renumerados seria necessário um adicional de fronteira (pleito antigo) como ideal que pudesse ajudar na fixação deles, porque hoje o que acontece é que, quando o técnico passa pelo concurso para o Oiapoque, ele já pensa na remoção para a sede, e o professor vive outra situação ministrando apenas aulas intensivas. Assim, na forma que está, ninguém quer fixar-se no Oiapoque, comparando com o IFAP, que não tem problema em fixação, porque trabalha com o ensino médio, onde há mais demanda que o ensino superior. Enfim, melhorando a infraestrutura básica da Universidade lá e o acesso a esses 110 km que faltam, você consegue atrair mais acadêmicos. O modelo dos cursos precisa ter uma melhor rotatividade, e tem cursos com uma evasão muito alta.

Outros itens descritos pelo entrevistado:

Eu vejo que o indígena está muito bem estruturado com público. Nos outros cursos não existe isso. Funcionam apenas com a metade da sua capacidade, e isso impacta o orçamento da universidade como um todo, pois o aluno equivalência representa até 90% da matriz na distribuição dos recursos. O Binacional prejudica o Campus Marco Zero, prejudica o Mazagão e Santana pela evasão, que é muito alta no Binacional. Devemos repensar a viabilidade desses cursos que estão lá. Não seria hora de implementar outros cursos? Outras EAD, também? Vejo que a pandemia trouxe a EAD, que a princípio, era inédita a longo prazo, mas não tem volta. Ela é viável, mesmo com muitas críticas. Creio que ao melhorar a metodologia dos cursos do Oiapoque e avaliar a viabilidade, pois a evasão é muito alta. Os cursos são viáveis até quando? Porque isso é prejudicial para a Universidade, por ser evasão de recursos. Recebemos por número de alunos que entram e que saem. Se você não focar nisso, a Universidade é prejudicada. Repensar a Universidade. Quais os novos cursos? Há uma concorrência com a IFAP, que também oferece cursos superiores no Oiapoque. É necessário conversar com a IFAP para evitar ofertas de cursos semelhantes que gerem concorrência entre si. Eles têm professores, nós também temos; então, é possível criar um curso como administração ou ciências contábeis e realizar parceria com a boa infraestrutura da IFAP. Estamos licitando uma nova estrutura para lá e ficaremos com uma boa estrutura também. Assim, o importante é evitar a concorrência com a IFAP. Eles, focados mais no ensino médio, que é o modelo deles, e nós, no ensino superior. Planejar os dois juntos, porque cada um trabalhando no seu mundo, não vejo muito futuro de crescimento. Tem que ter parceria entre os dois. Hoje lá tem universidade particular com EAD, e nós temos que ocupar esse espaço. Há a presença do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, o que ajuda no aumento da renda. Temos que nos preparar melhor com a graduação e outros modelos e cursos, como a especialização.

Marlene Oliveira da Silva Almeida - Coordenadora do Reuni Unifap. Entrevista concedida em 15 de setembro de 2023.

1. Qual a sua percepção da Universidade Binacional a ser criada dentro do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade da Amazônia – CFBBA?

É um projeto de grande relevância, em razão da extrema necessidade de profissionais qualificados e engajados com a realidade local, com vistas a promover e fortalecer ações voltadas ao desenvolvimento sustentável dessa região fronteiriça, na qual, conforme censos demográficos apontam, há atividades garimpeiras, terras indígenas, comunidades quilombolas, comunidades rurais e ribeirinhas, fluxo migratório constante e outras; enfim, riquezas de diversidade do ponto de vista político social a serem pesquisadas.

2. Na sua percepção, a Unifap tinha estrutura técnica, recursos e capital humano para promover uma Universidade Binacional na fronteira?

Esta pergunta me remete a tempos atrás, quando a Unifap era chamada, cobrada pelo governo, pelas prefeituras e pela comunidade local com demandas de serviços e cursos a serem oferecidos pela Ifes, a tão "sonhada" interiorização. Então, surgem os Campi Norte no município de Oiapoque e no Sul no Laranjal do Jari. Posteriormente, o Campus Oiapoque oferece o primeiro curso em Licenciatura Intercultural Indígena, voltado exclusivamente para formar profissionais para atuarem nas escolas indígenas, constituindo-se num grande avanço para a educação básica, na educação superior. Em 2013, o Conselho Superior – Consu – da Unifap aprova a transformação do Campus Oiapoque em Campus Binacional. Tal decisão, quando aprovada no referido conselho, previa infraestrutura necessária para a efetivação da sua implantação. Inclusive, houve inserção de novos cursos e, obviamente, ampliação de novas vagas. Então, resalto isso como ponto forte para a culminância do projeto. A universidade baseada no tripé: ensino, pesquisa e extensão não pode se furtar a contribuir com o desenvolvimento sociopolítico da comunidade na qual está inserida e nem do país, e, assim, esta Ifes aderindo à participação em importantes projetos nacionais, como foi o caso do projeto do governo federal – PAC –, projeto de aceleração do crescimento, que vislumbrava melhorias para a Região Amazônica, a exemplo da ponte binacional e outras. Nessa linha de crescimento, surge o Programa de Reestruturação e Expansão da Universidade – Reuni –, em 2017, com execução 2008-2012, que visava basicamente ao aumento de vagas de ingresso, especialmente noturno, redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas, renovação pedagógica e, acima de tudo, compromisso social da instituição. Com aporte de recursos iniciais para assegurar as metas previstas.

3. Qual a sua percepção do Reuni?

Essa pergunta é desafiadora. Avaliar uma política pública é conseguir identificar dados que demonstrem o cumprimento de metas. No âmbito da Unifap, os relatórios apontam que

sim, em relação à infraestrutura física de pessoal técnico e docente, criação de novos cursos, aquisição de equipamentos e outros.

4. Durante sua gestão como coordenadora, quais eram as ações do Reuni para o Oiapoque?

Penso que a resposta desta segue a mesma linha da segunda questão.

5. O Campus Binacional do Oiapoque foi motivado pela oportunidade que o Reuni oferecia ou foi um desdobramento do projeto Universidade Binacional?

Acredito que sim, uma vez que este projeto teve grande repercussão nos ministérios de planejamento, educação, saúde, todas Ifes e Institutos federais envolvidos e fortemente por envolver anseio da sociedade por melhores serviços e aporte significativo de recursos públicos.

6. Era possível identificar alguma pressão política oriunda dos gabinetes de Brasília para a execução do projeto em tempo hábil?

Não tenho parâmetro para avaliar; porém, acredito que algumas foram fortemente prejudicadas, considerando a realidade socioeconômica e espacial do estado do Amapá e, conseqüentemente, do município de Oiapoque, principalmente o acesso a serviços e bens. Agora, não resta dúvida de que o Reuni proporcionou o acesso a uma população que não teria oportunidade ao ensino superior.

7. O montante de recursos disponibilizados para o projeto na fronteira era o suficiente?

Considerando a relevância do projeto para o Ministério da Educação – MEC –, para a Unifap e a sociedade local, e ainda considerando o regimento interno da referida Ifes, que orienta que as grandes questões inerentes ao desenvolvimento da instituição sejam discutidas e aprovadas no seu conselho superior – Consu –, o qual é formado por representantes da comunidade acadêmica, da administração superior, representantes da sociedade local, dos técnicos administrativo, bem como representantes dos docentes indicados pelo respectivo colegiado, e notoriamente o compromisso da gestão da época me levam a pensar que sim.

8. Houve alguma orientação ou sugestão para o projeto incorporar ou acolher as especificidades do Oiapoque como: acesso, povos indígenas, dificuldade de fixação *in situ* de capital humano qualificado e biodiversidade?

Lembro que, à época, foram realizadas muitas discussões em torno do assunto.

9. Houve alguma audiência pública com a comunidade do Oiapoque sobre o Projeto Campus Binacional ou Universidade Binacional? Se sim, quem participou? As equipes de trabalho – GTs – foram, em algum momento, subsidiadas quanto à demanda de cursos e candidatos

para a nova Universidade ou novo Campus do Oiapoque, de acordo com o dispositivo previsto no regimento geral da Unifap, no artigo 62, XII, sobre demanda, cuja competência se refere “ao departamento de ações comunitárias para subsidiar a Prograd com levantamentos de demandas “reprimidas e permanentes”?”

Grupos foram formados, análises e discussões foram oportunizadas no âmbito da instituição, com culminância da aprovação do projeto.

10. Mais alguma informação relevante que possa ser adicionada à pesquisa?

Em que pese muitas dificuldades enfrentadas pela Unifap, na feitura e na execução do programa Reuni, posso afirmar que presenciei um marco de desenvolvimento na vida da instituição.